BRITO CAMACHO

RESCALDO DA GUERRA

GUIMARÃES & C.ª - EDITORES
68, RUA DO MUNDO, 70 — LISBOA

RESCALDO DA GUERRA

(Continuação do «PORTUGAL NA GUERRA»)

DO AUTOR

Herança mórbida (esgotado)
A propaganda (esgotado)
Dois crimes (esgotado)
Impressões de viagem (esgotado)
Nas horas calmas (esgotado)
Ao de leve (esgotado)
Pretos e brancos (esgotado)
Por aí fora (2.ª edição)
Longe da vista (2.ª edição)
D. Carlos íntimo (2.ª edição)
Gente rústica (2.ª edição)
Os amores de Latino Coelho
A caminho de Africa
Terra de lendas
Quadros alentejanos
Jornadas
Contos ligeiros
Gente vária
Contos e sátiras
Cenas da Vida
Gente Boer
Pó da estrada
Lourdes
A questão romana (esgotado)
Por cerros e vales
Ferroadas
A reacção (esgotado)
A linda Emília
Moçambique
De bom humor
Matéria vaga
Contos selvagens
Portugal na guerra
Rescaldo da guerra

BRITO CAMACHO

RESCALDO DA GUERRA

ATRAVÉS DO «LIVRO BRANCO»

(CONTINUAÇÃO DO «PORTUGAL NA GUERRA»)

Livraria Editora
GUIMARÃES & C.ª
68, Rua do Mundo, 70
LISBOA

Comp. e imp. na Imprensa LUCAS & C.ª
59, Rua do Diário de Notícias, 61 — LISBOA

Advertência

«Rescaldo da guerra» — o novo livro do saüdoso escritor Dr. Brito Camacho, agora lançado a público — é continuação do último livro que editámos, «Portugal na guerra», e que tanto êxito alcançou. Se não publicássemos o presente volume ficaria, por assim dizer, incompleto e quási desconhecido, para a actual e para as futuras gerações, o notável estudo crítico que o Dr. Brito Camacho produziu acêrca da grande guerra de 1914 e seus reflexos em Portugal. Os dois volumes completam-se, constituem uma obra valiosa de comentário e crítica, escrita sem paixão e à luz de incontestáveis documentos, acêrca da maneira como se preparou e desenvolveu o grande conflito europeu, e como o nosso País realizou a sua intervenção.

Se os leitores observarem como fecha o 1.º dêstes volumes — «Portugal na guerra» — verão que êsse último capítulo é formado pelo célebre e magistral discurso que o Dr. Brito Camacho pronunciou, em 30 de Março de 1920, no Congresso da República, discutindo o Tratado da Paz, *tendo, então, afirmado que reduziria as suas considerações de crítica à intervenção de Portugal na guerra, por ainda não estar publicado o «Livro Branco». Mas não se esqueceu de prometer que se reservava para fazer essa crítica quando o «Livro Branco» fôsse publicado.*

Pois bem: êste volume—«Rescaldo da guerra»—é formado

pelos trabalhos que o ilustre publicista inseriu na «Luta», depois da publicação do «Livro Branco» — ou seja grande parte de tudo quanto escreveu, acêrca da guerra, depois de no Parlamento ser discutido e aprovado o Tratado da Paz.

Infelizmente, a morte não lhe permitiu completar a revisão, que iniciara, dêstes trabalhos, que hoje publicamos tão completos quanto foi possível. A circunstância de haverem sido publicados num jornal de reduzida expansão, há cêrca de dezasseis anos, fêz com que êsses estudos não fôssem divulgados, devendo estar quási esquecidos para os poucos indivíduos que tiveram o gôsto de os ler. Neste «Rescaldo da guerra» as gerações novas têm muito que aprender, não só no que respeita à intervenção de Portugal no conflito europeu, como aos bastidores da política militar e diplomática da Europa, da qual o Dr. Brito Camacho mostrou estar superiormente informado.

Sôbre o aspecto da política internacional, que caracterizava essa época inquieta de 1914, chegam a ser surpreendentes os conhecimentos do Dr. Brito Camacho, bem como a argúcia, a independência dos seus raciocínios. E vêm muito a-propósito tôdas as suas considerações — baseadas em documentos — acêrca das indecisões da política inglêsa...

Neste livro «Rescaldo da guerra» confirmam-se as brilhantes e altas qualidades de escritor do Dr. Brito Camacho. Mas revelam-se, ainda muito mais, a inteligência, a cultura e austeridade do homem público. Quaisquer que possam ser as discordâncias, estes dois volumes sôbre a guerra são depoimentos valiosos para a História e enaltecem a memória do ilustre escritor falecido.

Ao publicarmos mais êste volume ficamos com a consciência de haver praticado um acto útil e de ter cumprido um dever.

Outubro — 1936.

Os Editores

Prólogo

ESTÁ, finalmente, publicado o Livro Branco. *Melhor dizendo, está publicada a primeira parte do* Livro Branco — *a menos que esta obra, como a outra, dum mestre coimbrão, seja dividida... numa parte única!*

Mas assentemos nisto — está publicado o Livro Branco, *o qual forma um volume de 255 páginas e contém, por cópia, 354 documentos.*

O primeiro dêstes documentos é um telegrama do sr. Freire de Andrade, Ministro dos Negócios Estrangeiros, ao sr. Teixeira Gomes, Ministro de Portugal em Londres. O último é a declaração de guerra entregue ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, sr. Augusto Soares, pelo barão de Rosen, Ministro da Alemanha em Lisboa. O telegrama tem a data de 2 de Agôsto de 1914; a declaração tem a data de 9 de Março de 1916.

Os principais documentos dos 354 que aparecem no Livro Branco *já o público os conhece, porque a imprensa diária, mercê de inconfidências várias, os publicou em extracto, alguns* in extenso. *Mas vale a pena tornar a lê-los, integrados agora na documentação da política da guerra, porque têm valor por si; o seu maior valor resulta da conjugação com os demais, todos êles formando uma unidade que não deve ser fra-*

gmentada, para bem se avaliar do que foi a acção da nossa diplomacia no período que vai de 2 de Agôsto de 1914 até 9 de Março de 1916, data em que nos tornámos beligerantes.

Não era difícil presumir que o Livro Branco só viria a público aos bocados, depois de ratificado por nós o Tratado da Paz; e essa ratificação foi protelada o mais possível, a tal ponto que o Congresso teve de reünir extraordinàriamente para a fazer. Tornou-se impossível, por falta de base documental, discutir a nossa política da guerra, no Congresso, ao tratar-se da ratificação do Tratado da Paz, assinado ad referendum em 28 de Junho de 1919.

Ignorando-se os motivos e as condições em que tinhamos entrado na guerra, a crítica do Tratado, no ponto de vista das vantagens que nêle tínhamos consignadas, não poderia fazer-se, por assim dizer, senão duma forma abstracta, sem um critério de direito, de eqüidade ou justiça. E, assim, os intervencionistas, tendo apenas uma corda na sua viola, lassa à fôrça de ser tocada, puderam continuar declamando que fôra óptimo termos entrado na guerra, não pelo que essa intervenção nos deu, mas pelo que ela evitou que perdêssemos — nada mais nada menos do que o nosso império colonial.

É conhecido o caso do outro — tendo partido uma perna, acendeu velas a Nossa Senhora, porque ela fizera o milagre de êle não partir, na mesma queda, as outras três...

Se entrámos na guerra para salvarmos o nosso património colonial, há-de isso constar do Livro Branco, tão clara, tão insofismàvelmente impresso em documentos, que a sua evidência entre por todos os olhos, não por todos os olhos de cada pessoa — seria demais! — mas pelos olhos de tôda a gente.

Sendo assim, claro está que resolvemos o nosso desi-

derato, e realizámo-lo plenamente, pois conservamos intactas as nossas colónias, e ainda por cima reentramos na posse de Kionga, de que a Alemanha, por um acto violento, a que depois deu a sanção jurídica dum Tratado, nos desapossara há perto de quarenta anos.

Se no Livro Branco publicado se encontrar um documento, um só que seja, em que se estatua que a nossa intervenção na guerra seria a condição ou indispensável condição para conservarmos o nosso dominio colonial, estão justificados os intervencionistas. Simplesmente, êsse documento não existe; pelo menos, não está publicado, e absurdo nos parece que êle deixasse de se publicar se porventura existisse.

¿Entrámos na guerra por virtude das estipulações dos nossos Tratados de aliança e amizade com a Inglaterra?

Nesse caso, fazendo-o no cumprimento duma obrigação contratual, a que não poderiamos faltar, tinhamos de o fazer sem pedir compensação, satisfeitos com a nossa consciência, e sobejamente compensados por termos de alguma forma contribuído para o triunfo da civilização.

Mas prova-se, pela atenta leitura do Livro Branco, que a Inglaterra, longe de invocar os Tratados para nos coagir a entrar no pleito, féz todos os possíveis para dêle nos afastar, o que muito arreliou os nossos diplomatas e governantes.

Bem sabemos que águas passadas não fazem girar moinhos; mas há que liquidar tôdas as responsabilidades na política da guerra, reconhecendo a cada qual a justiça que lhe assistir.

Vamos analisar o Livro Branco, considerando um por um todos os documentos que o compõem, fornecendo aos nossos leitores, em vez de afirmações dogmáticas, os indispensáveis elementos para ajuïzarem por si, afirmando segundo o grau de certeza que se formar no seu espírito.

Tendo acabado a leitura do Livro Branco, *apenas diremos que nada temos que retirar, nada temos que rectificar de quanto dissemos a respeito da nossa intervenção na guerra ; e tudo quanto dissemos foi inspirado tam-sòmente nos altos interêsses do País, sem nenhum pensamento reservado de servirmos os interêsses políticos dum partido em desfavor de outros partidos.*

A crítica da nossa intervenção na guerra pode agora fazer-se com documentos ; e nós vamos fazê-la com tôda a serenidade, interpretando honestamente os documentos publicados, extractando-os no que fôr essencial para bem se avaliar do seu valor e do seu alcance.

Os manifestantes da Sérvia queiram ter a bondade de ouvir...

Brito Camacho

Rescaldo da guerra

I

O primeiro documento, dos 354 que compõem o *Livro Branco,* é o seguinte telegrama, com data de 1 de Agôsto de 1914, do sr. Freire de Andrade, Ministro dos Negócios Estrangeiros, ao sr. Teixeira Gomes, Ministro de Portugal em Londres:

«Eventualidade possível guerra desejo V. Ex.ª veja *Foreign Office* sôbre nossa atitude visto nossos direitos deveres resultantes Tratados Grã-Bretanha e visto desde começo podermos ser considerados pelos adversários como aliados Grã-Bretanha. Convém obter sendo possível quaisquer declarações que possam guiar com segurança nosso procedimento.»

Veja Foreign Office sôbre nossa atitude, não é um primor de linguagem; mas *visto nossos direitos,* é um bocadinho pior, mesmo levando em conta que um Ministro não carece, para bem desempenhar as funções do seu cargo, de ser um literato.

Vê-se, pelo teor dêste telegrama, que em 1 de Agôsto de 1914 o Govêrno Português considerava a guerra como uma eventualidade meramente possível, certamen-

te porque o não habilitavam a mais as informações que lhe forneciam, sôbre a matéria, as nossas Legações de Londres, Paris e Berlim. Não seria muito que em 1 de Agôsto o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal já soubesse, devidamente informado pelas Legações de Londres, Paris e Berlim, que a guerra ia estalar, pois que nessa altura os exércitos da Alemanha já estavam em marcha, e incidentes de fronteira se tinham produzido, que eram, na realidade, actos de guerra.

Certo é que em 1 de Agôsto a guerra, para o nosso Govêrno, ainda era uma eventualidade possível; quer dizer, uma contingência que poderia muito bem não vir a ser uma realidade. Não há que exigir dos diplomatas uma tal acuidade de vistas que lhes permita descortinar o futuro longínquo através de brumas espêssas. Mas ¿será dar provas duma acuidade visual maior que a das águias aperceber-se da guerra quando já o Luxemburgo fôra invadido, e em mais dum ponto da fronteira norte da França as avançadas do exército alemão tinham disparado os primeiros tiros, apresentando-se como inimigos declarados?

Os nossos diplomatas não tratam, geralmente, de negócios, porque isso é função de cônsules; mas se da alta política êles se ocupam com a proficiência de que deram mostras a-propósito da guerra, havemos de concordar que para bem pouco servem, e, como luxo, são objectos demasiadamente caros para um País de finanças avariadas.

O segundo documento do *Livro Branco* é ainda um telegrama do sr. Freire de Andrade ao sr. Teixeira Gomes, datado de 2 de Agôsto de 1914.

Ei-lo:

«Peço a V. Ex.ª queira saber *Foreign Office* atitude da Inglaterra e resposta meu telegrama ontem. Precisamos manifestar nossa atitude que só podemos desejar

seja de neutralidade, mas não posso declará-la sem saber se Inglaterra, a quem nos ligam tratados, não desejará de nós qualquer manifestação diferente. Ministro Inglaterra aqui nenhumas instruções tem, o que mais dificulta a nossa decisão.»

À data dêste telegrama, em 2 de Agôsto, ainda a Alemanha não tinha declarado guerra à França, declaração que fêz no dia seguinte, pelas 18 horas e três quartos. Mal se compreendem estas palavras do sr. Freire de Andrade — *precisamos manifestar nossa atitude* — e tanto menos se compreendem, tendo em consideração que algumas horas antes, no dia anterior, ainda a guerra, para s. ex.ª, era apenas uma eventualidade. ¿Que precisão tinha Portugal de manifestar uma atitude perante a guerra, se o estado de guerra ainda não existia, oficialmente declarado, entre a França e a Alemanha, e se a Inglaterra, nossa aliada, ainda não resolvera sôbre o que lhe conviria, no caso de ser feita essa declaração?

Neste telegrama do sr. Freire de Andrade há duas afirmações de superior importância, e que por isso mesmo devemos destacar. A primeira diz respeito à nossa atitude perante a guerra — *que só podemos desejar seja de neutralidade.*

O texto dêste telegrama foi, com tôda a certeza, adoptado em conselho de ministros, pois que uma afirmação desta gravidade não podia fazê-la o Ministro dos Negócios Estrangeiros por sua conta, como se não se tratasse dum assunto a que se prendiam os mais altos interêsses nacionais. Se o sr. Freire de Andrade disse ao nosso Ministro em Londres que desejávamos ser neutros, é porque tal foi o voto expresso em conselho de ministros e porque essa era a orientação do Govêrno, presidido pelo sr. Bernardino Machado.

Que isto, pois, fique bem assente: — em 2 de Agôsto o Govêrno Português, chefiado pelo sr. Bernardino

Machado, dizia ao sr. Teixeira Gomes, nosso Ministro em Londres, que a atitude que desejava ter perante a guerra era de neutralidade.

A outra afirmação, muito importante, contida neste telegrama do sr. Freire de Andrade, é a de que «procederemos conforme os desejos da Inglaterra, ligados a ela por Tratados».

Quer dizer, nós seríamos neutrais se a nossa neutralidade agradasse à Inglaterra; mas nós seríamos beligerantes se a nossa beligerância, mais do que a nossa neutralidade, conviesse à Inglaterra.

Se naquele momento havia no País, com respeito à guerra, um sentimento nacional, o sr. Freire de Andrade interpretava êsse sentimento com perfeita exactidão.

Ficaríamos alheios à contenda, numa espectativa armada, reserva dum grande exército que possue os necessários elementos para alcançar a vitória.

¿Carecia de que a auxiliássemos?

Bastaria que o dissesse, invocando os Tratados, e logo iríamos pelejar a seu lado, afrontando, com ela, a sorte das batalhas.

O terceiro documento do *Livro Branco* é um telegrama do sr. Freire de Andrade aos senhores João Chagas e Sidónio Pais, respectivamente Ministros de Portugal em Paris e Berlim.

Eis o texto dêste telegrama, que tem a data de 2 de Agôsto de 1914:

«Estou tratando com Inglaterra saber sua atitude. Pela nossa parte, salvo exigência inglêsa invocada em vista Tratados, procuraremos manter neutralidade.»

Exigência inglêsa invocada em vista Tratados é um português arrevesado como mil demónios! E pois que o sr. Freire de Andrade era uma pessoa culta, de larga e sólida ilustração, a inferioridade literária dos seus te-

legramas devemos atribui-la ao subalterno do seu ministério a quem incumbia da sua redacção.

Fixe o leitor êste detalhe: — em 2 de Agôsto o sr. João Chagas soube, porque lho disse o seu Govêrno, que procuraríamos ser neutrais, e em 2 de Agôsto ainda a Alemanha não tinha declarado guerra à França, ainda a Inglaterra não tinha adoptado uma decisão definitiva no sentido de intervir ou de se abster.

II

O quarto documento do *Livro Branco* é um telegrama do sr. Teixeira Gomes ao sr. Freire de Andrade, com a data de 2 de Agôsto de 1914:

«Confidencial. — Informações colhidas na Embaixada de França dizem que a Alemanha não fêz ultimato algum, mas já invadiu França por dois lados, violando neutralidade de Luxemburgo.

«Informações Embaixada da Alemanha dizem que invasão França corresponde a movimento apressado, dificílimo de reprimir, mas que não é decisivo. *Foreign Office* diz que Inglaterra não tomou ainda decisão definitiva, que provàvelmente será tomada em Conselho de Ministros esta noite e apresentada àmanhã à tarde ao Parlamento e conforme essa declaração poderemos regular nosso procedimento. Subsecretário de Estado, Sir Eyre Crowe, diz que o Govêrno pensa que Portugal deverá conservar neutralidade, mas esta questão será particularmente estudada, sendo-nos logo comunicado parecer do Govêrno. Não julga que haja urgência de fazermos declaração de neutralidade, mas responderá àmanhã concretamente sôbre êste ponto. Entende que receio da Alemanha de ser desagradável à Inglaterra nos põe por agora ao abrigo de qualquer surprêsa desagra-

dável. Devo informar V. Ex.ª que vejo Govêrno Inglês ainda muito hesitante sôbre sua definitiva atitude.»

Repare o leitor: — a 2 de Agôsto a Inglaterra ainda não tomara uma decisão definitiva quanto à sua atitude perante a guerra, tão indecisa que a Alemanha esperava que ela se conservasse neutral. Calmo, sereno, reflectido, o povo inglês via que se ateava uma pavorosa conflagração, e hesitava em lançar-se nela, medindo rigorosamente, como num balcão ou num laboratório, o que poderia ganhar e o que poderia perder.

Por seguro temos que se a Alemanha não esperasse que a Inglaterra se conservaria alheia ao conflito, dando-lhe ou prometendo-lhe alguma coisa, não se daria pressa em tornar a guerra inevitável, adiando-a para melhor oportunidade. Por ocasião do golpe de Marrocos — *le coup du Maroc* — a Alemanha mostrou-se disposta a declarar guerra à França, mas interveio o rei Eduardo, afirmando, sem hesitações, que a Inglaterra se poria ao lado da França, caso a guerra estalasse.

Se a Inglaterra, já a ouvirem-se tiros na fronteira norte da França, ainda se mostrava hesitante quanto à atitude definitiva a assumir, ¿seria coisa estranha que Portugal, pobre de recursos para a sua vida normal, desprovido de tudo, absolutamente de tudo para fazer a guerra, procurasse a maneira digna de não cair na fornalha que ia acender-se, devorando vidas e fortunas?

Em 2 de Agôsto, o Subsecretário de Estado, Eyre Crow, uma das mais eminentes personalidades da política inglêsa, entendia que Portugal devia conservar-se neutral, ou porque tal era o seu direito, com base nos Tratados, ou porque tal era a sua conveniência, em perfeito acôrdo com a de Inglaterra. Se o Govêrno Inglês, conforme se diz no telegrama do sr. Teixeira Gomes, não julgava urgente, em 2 de Agôsto, que fizéssemos declaração de neutralidade, é porque nos reconhecia o

direito de fazermos essa declaração em vista das estipulações da aliança que à Inglaterra nos prendem desde séculos.

Que êste ponto fique assente: — a Inglaterra, *sponte sua,* reconheceu-nos o direito de sermos neutrais na guerra que ela ia travar com a Alemanha, hesitando muito antes de se tornar beligerante.

Convém não esquecer, para melhor se julgar das hesitações da Inglaterra, que também ela, como a França, como a Alemanha, era signatária dos Tratados de 1839, garantindo a neutralidade belga, e sabia muito bem que a derrota da França seria, num prazo curto, a sua própria derrota. Os verdadeiramente fortes nunca têm mêdo de parecerem fracos, e só os levianos, os insensatos, se abalançam a empreendimentos arriscados, sem madura reflexão.

O quinto documento do *Livro Branco* é uma carta de Sir Eyre Crowe, Subsecretário de Estado do *Foreign Office,* ao sr. Teixeira Gomes, assim traduzida:

«Meu caro Ministro. — O assunto em que me falou foi presente esta noite ao Conselho de Ministros. Sem estar habilitado neste momento a dizer-lhe, exactamente, o que se passou na discussão, estou porém autorizado por Sir Edward Grey a dizer-lhe que o Govêrno de Sua Majestade pede com instância ao Govêrno Português para se abster por agora de publicar qualquer declaração de neutralidade. — Seu, etc.»

Esta carta tem a data de 3 de Agôsto, justamente o dia em que a Alemanha fêz a declaração oficial de guerra à França, declaração que certamente foi conhecida em Londres muito primeiro que em Lisboa.

Pois bem, o Govêrno Inglês insta com o Govêrno Português para que não faça, por emquanto, qualquer de-

claração de neutralidade, mais uma vez reconhecendo o nosso direito a sermos neutrais. Sir Edward Grey deve conhecer bem os Tratados luso-britânicos, e como bom inglês, tendo de os interpretar em momento tão grave, dar-lhes-ia a interpretação mais favorável à Inglaterra.

Em 4 de Agôsto o sr. Teixeira Gomes dirigiu ao sr. Freire de Andrade o seguinte telegrama, que constitue o documento n.º 6 do *Livro Branco*:

«Confidencialíssimo. — Informação Ministro da Bélgica diz que a Alemanha fêz ultimato Bélgica para passagem tropas. Declarações Govêrno Inglês Parlamento foram dúvidosas, mas tendem favorecer França. Marinha inglêsa está já mobilizada e mobilização do Exército começa àmanhã. No *Foreign Office* há grande inquietação, não tendo sido possível ainda decidir nossa atitude, que segundo carta Subsecretário Estado Crowe, recebida agora, foi esta noite apreciada em Conselho de Ministros, resolvendo Govêrno Inglês pedir encarecidamente ao Govêrno Português para não fazer ainda qualquer declaração de neutralidade. Atendendo forma como Alemanha está violando neutralidade pequenas Potências, tirando-nos qualquer garantia de paz, mesmo quando declaremos neutralidade, comuniquei esta tarde ao Subsecretário de Estado Crowe, que julgava interpretar sentimentos Govêrno e povo português dizendo que em qualquer caso a Inglaterra nos teria a seu lado, o que confirmarei, se corresponder aos desejos Govêrno Português.»

Estamos em 4 de Agôsto. A guerra já foi declarada à França, os exércitos da Alemanha já invadiram o Luxemburgo e a Bélgica, e o Govêrno Inglês ainda fêz, no Parlamento, declarações duvidosas, apenas mostrando tendências para favorecer a França.

III

Em 4 de Agôsto o sr. Teixeira Gomes comunicava ao sr. Freire de Andrade, por telegrama:

«Confidencial. — Precipitam-se os acontecimentos com extrema rapidez, parecendo já inevitável entrada Inglaterra na conflagração europeia. Hoje insisti com Govêrno Inglês para estudar, sem demora, defesa das nossas colónias de África contra golpe de mão alemão.»

Comunicava isto para Lisboa o sr. Teixeira Gomes, em 4 de Agôsto, isto é, quando já a Alemanha fizera a sua declaração de guerra à França, no dia anterior, pelas 18 horas e três quartos, declaração de guerra que seria a faísca caindo num barril de pólvora.

Não se pode dizer que o sr. Teixeira Gomes andasse rigorosamente bem informado, em termos de o não surpreenderem os mais graves acontecimentos; mas eram ainda menos rigorosas e menos prontas as informações do sr. João Chagas, que só no dia 5 foi pelo Govêrno Francês notificado da declaração de guerra feita pelo Ministro alemão, comunicando-a logo para Lisboa.

Quem não sabia coisa alguma do que se passava, absolutamente nada, era a Legação portuguesa em Bru-

xelas ; pelo menos no *Livro Branco* não há um só documento contendo a menor informação que ela mandasse para Lisboa, com respeito à guerra que ia desencadear-se, e que tanto nos interessaria, qualquer que fôsse a atitude que tomássemos.

A nossa Legação em Bruxelas não podia ignorar que o Govêrno Alemão ameaçara a Bélgica de invadir o seu território se ela não quisesse dar aos seus exércitos, a caminho da França, passagem e livre trânsito. Não podia ignorar que a Alemanha considerava essa concessão absolutamente indispensável à realização dos planos urdidos pelo seu Estado Maior, e devia saber que a Bélgica, com uma nobreza antiga, não aceitando ofertas e desprezando ameaças, se negara redondamente a ter um procedimento deshonroso. A nossa Legação em Bruxelas não podia ignorar, em 2 de Agôsto, que o território belga já fôra invadido, e que o ducado de Luxemburgo, vizinho paredes-meias da Bélgica, já era, por assim dizer, uma conquista alemã. Tudo isto devia saber, melhor do que ninguém, a nossa Legação em Bruxelas ; mas se o sabia não o disse para Lisboa, visto do *Livro Branco* nada constar a êste respeito.

Foi no dia 2, logo ao amanhecer, que as tropas alemãs entraram no Luxemburgo, dirigindo-se para a capital do pequenino ducado, e nesse mesmo dia o Ministro alemão, ali acreditado, comunicava, em nome do seu Govêrno, que tal facto não representava hostilidade contra aquela potência amiga, neutral por virtude de tratados e convenções, mas apenas a necessidade de proteger os caminhos de ferro ali administrados e explorados por companhias alemãs contra uma invasão do exército francês, largamente premeditada. E que seria dada a competente indemnização pelos eventuais prejuízos causados.

¿ Ignorava isto, em 2 de Agôsto, a nossa Legação em Bruxelas ?

Quem o não ignorava era o sr. Mellard, Ministro da França no Luxemburgo, que prontamente o comunicou, no dia 2, ao sr. Viviani, chefe do Govêrno Francês.

Se a respeito dos primórdios da guerra, a nossa Legação em Bruxelas informou o Terreiro do Paço, isso não consta do *Livro Branco;* e uma tal omissão, verdadeiramente lamentável, não se justificaria nem se desculparia, se fôsse propositada.

No telegrama de que nos estamos ocupando, o 7.º documento do *Livro Branco,* o sr. Teixeira Gomes diz: *hoje insisti com o Govêrno Inglês para estudar, sem demora, a defesa das nossas colónias da Africa contra um golpe de mão alemão.*

Nesta sua *démarche* junto do Govêrno Inglês, ¿o sr. Teixeira Gomes procedeu por inspiração própria ou por ordem do seu Govêrno?

Atendo-nos ao *Livro Branco,* somos levados a dizer que o sr. Teixeira Gomes procedeu, no caso de que se trata, por sua conta, mais inspirado pelo patriotismo do que pela diplomacia.

No plano de defesa nacional, que sem dúvida existe, elaborado pelo nosso Estado Maior, deve haver alguma coisa que diga respeito às colónias; e a hipótese de um golpe de mão contra qualquer delas deve ser coisa prevista, havendo para ela medidas projectadas.

A solicitude de que deu mostras o sr. Teixeira Gomes não é para censurar; mas de Lisboa podiam ter-lhe preguntado quem lhe encomendara o sermão, lembrando-lhe que talvez fôsse prudente não tomar iniciativas em assuntos de tanta monta.

Certo é que às instâncias do sr. Teixeira Gomes o Govêrno Inglês deu o melhor acolhimento, sendo disso prova o documento n.º 8, do *Livro Branco,* que a seguir transcrevemos, e que vem a ser um telegrama de E. Grey ao sr. Carnegie, Ministro da Inglaterra em Lisboa:

«Sir E. Grey ao sr. Carnegie, Lisboa. — Informe o Ministro dos Negócios Estrangeiros de que, em caso de ataque pela Alemanha contra qualquer possessão portuguesa, o Govêrno de Sua Majestade considerar-se-á ligado pelas estipulações da aliança anglo-portuguesa. Por agora, o Govêrno de Sua Majestade ficaria satisfeito se o Govêrno Português se abstivesse de proclamar a neutralidade. No caso do Govêrno de Sua Majestade entender, de futuro, necessário fazer algum pedido ao Govêrno Português que não seja compatível com a neutralidade dêste último, apelará para a aliança como justificação de tal pedido.»

Êste telegrama tem a data de 4 de Agôsto. O Parlamento português ainda não tinha reünido para se ocupar da guerra; isto é, ainda não tinha definido uma atitude perante ela, declarando-se beligerante ou neutral, sequer ao menos deixando adivinhar nas suas palavras discretas a posição que tomaria — Nação de perfeita soberania, ligada por alianças e Tratados.

Pois bem; a Inglaterra não hesitou em nos dizer que estará connosco, ligada pelas estipulações da aliança anglo-portuguesa, se alguma das nossas possessões fôr atacada, mais uma vez declarando que ficaria satisfeita se o Govêrno Português se abstivesse de proclamar a sua neutralidade.

¿O que nos oferecia a Inglaterra?

Oferecia-nos o seu auxílio para defendermos as nossas colónias contra um golpe de mão *boche*, e fazia-nos êste oferecimento, não como uma generosidade, mas como o cumprimento duma estipulação contratual.

¿O que nos pedia?

Apenas isto — que nos abstivessemos de declarar a nossa neutralidade.

IV

O Govêrno Português, em Conselho de Ministros, aprovou a declaração que o sr. Teixeira Gomes tinha feito no *Foreign Office,* e que consta do documento n.º 6 do *Livro Branco.*

Comunicou o sr. Freire de Andrade ao sr. Teixeira Gomes, por telegrama, em data de 4 de Agôsto de 1914:

«Conselho de Ministros aprovou declaração por V. Ex.ª feita *Foreign Office.*»

O sr. Teixeira Gomes procedeu como homem que muito se interessa pelas coisas do País; mas esqueceu-se de que em negócio de tanta monta não podia agir espontaneamente, ligando o seu Govêrno a compromissos que talvez êle não quisesse, por quaisquer motivos, assumir. Bem sabemos que o sr. Teixeira Gomes, conforme o seu telegrama de 4 de Agôsto, e que no *Livro Branco* figura com o n.º 6, expressamente dizia que só confirmaria a promessa feita ao Govêrno Inglês se ela correspondesse aos desejos do seu Govêrno. Certo é que um plenipotenciário prende aos compromissos que toma o Govêrno que representa, devendo, por isso mesmo, dispensar-se de ter certas iniciativas, só procedendo por

virtude das sugestões que lhe façam ou das ordens que receba.

Tampouco o sr. Teixeira Gomes se deveria julgar autorizado a pedir ao Govêrno Inglês que estudasse o sistema de defesa das nossas colónias, limitando-se a esperar que a êste respeito o seu Govêrno lhe desse ordens e instruções. Esta *démarche,* no ponto de vista das práticas diplomáticas, foi incorrecta, e não a desculpa nem a justifica a declaração feita pelo Govêrno Inglês, e que consta do documento n.º 10 do *Livro Branco,* inserta numa carta que o sr. Lancelot Carnegie dirigiu ao sr. Freire de Andrade, com data de 5 de Agôsto, assim redigida:

«Meu caro Ministro. — Fui encarregado por Sir Edward Grey de vos fazer a seguinte comunicação:

«Em caso de ataque pela Alemanha contra qualquer possessão portuguesa, o Govêrno de Sua Majestade considerar-se-á ligado pelas estipulações da aliança anglo-portuguesa. Por agora, o Govêrno de Sua Majestade ficaria satisfeito se o Govêrno Português se abstivesse de proclamar a neutralidade. Caso o Govêrno de Sua Majestade entendesse de futuro necessário fazer algum pedido ao Govêrno Português, que não fôsse compatível com a neutralidade deste último, apelaria para a aliança como justificação de tal pedido. Queira aceitar, etc.»

Que o Govêrno Inglês ficou satisfeito com a declaração feita pelo sr. Teixeira Gomes, logo de seguida confirmada pelo Govêrno Português, é coisa que se não presta a dúvidas, e, se algumas houvesse, tirá-las-ia a seguinte carta do sr. Crow, Subsecretário de Estado, para o sr. Teixeira Gomes:

«Meu caro Ministro. — Transmiti a Sir Edward Grey

a amigável mensagem acêrca da atitude do Govêrno Português, que V. Ex.ª fêz o favor de me comunicar esta tarde. Pede-me êle para lhe dizer que logo que tenha um momento livre procurará encontrá-lo para, pessoalmente, juntar os seus agradecimentos aos do Govêrno de Sua Majestade.

Creia-me, etc.»

Esta carta constitue o documento n.º 11 do *Livro Branco,* e tem a data de 5 de Agôsto de 1914.

Com a mesma data recebeu-se em Lisboa, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, um telegrama do sr. Teixeira Gomes, informando que existia já o estado de guerra entre a Inglaterra e a Alemanha.

Diz o texto dêsse telegrama, que tem o n.º 12 no *Livro Branco:*

«Recebi agora, 12 ½ da noite, participação do *Foreign Office* de que existe estado de guerra entre a Inglaterra e a Alemanha.»

Vê-se que o Govêrno Inglês se deu pressa em comunicar à nossa Legação, em Londres, a declaração de guerra à Alemanha, que fôra adoptada pelo Parlamento poucas horas antes, contràriamente ao procedimento que tivera para com a nossa Legação em Paris o Govêrno Francês, que só lhe comunicou estar a França em guerra com a Alemanha, aproximadamente dois dias depois da respectiva declaração ter sido adoptada pelo Parlamento.

Provàvelmente os dois Governos, o da Inglaterra e o da França, fizeram as comunicações de que se trata por circular; mas, sendo assim, mal se compreende que a nossa Legação em Paris tivesse aguardado essa circular para só dizer para Lisboa, em 5, o que devia ter sabido em 3.

Já dissemos que a nossa Legação em Bruxelas nada disse para Lisboa que habilitasse o Govêrno Português a acompanhar a marcha dos acontecimentos políticos e militares que se iam desenrolando, por forma que a conflagração, a dar-se, o não colhesse de surprêsa.

A nossa Legação de Bruxelas não soube que a Bélgica recebera um ultimato da Alemanha, ao qual deveria responder dentro de 7 horas, autorizando ou negando autorização à Alemanha para fazer passar através do seu território, sem que fôssem incomodadas, as tropas que destinava à conquista da França.

Igualmente não soube que ao amanhecer do dia 2 a Bélgica fôra invadida por mais de uma parte, e que o Luxemburgo fôra ocupado pela Alemanha a pretexto de protecção aos caminhos de ferro que ali eram explorados por companhias alemãs. Nada disto soube, na devida oportunidade, para o comunicar para Lisboa, a nossa Legação em Bruxelas ; se o soube, não o comunicou, e, se o comunicou, o Govêrno Português praticou uma falta grave, de todo o ponto indesculpável, não incluindo os respectivos documentos no *Livro Branco*.

Idênticas considerações podemos fazer com respeito às nossas Legações de Viena e Saint-Petersbourg, de nenhuma das quais há vestígios no *Livro Branco*, isto é, informações com respeito aos sucessos políticos da Áustria e da Rússia, que precederam a guerra, que, por assim dizer, a tornaram inevitável, embora não fôssem mais do que circunstâncias ocasionais, que a Alemanha aproveitou para realizar os seus ocultos desígnios.

V

Como dissemos, da nossa Legação em Bruxelas não se encontram vestígios no *Livro Branco*; mas também se não encontram das nossas Legações em Viena de Austria e Saint-Petersbourg, facto que justifica, por motivos idênticos, os mesmos reparos.

Sabe-se que a causa próxima da guerra foi o assassinato do arquiduque Fernando e sua espôsa, em Serajevo, pequena cidade da Bósnia, em 28 de Junho de 1914. O arquiduque Fernando era o herdeiro presuntivo da coroa de Áustria, e tinha a reputação de ser um militar à moda antiga, vivendo nêle o espírito guerreiro da Idade-Média.

O seu assassinato foi atribuído a um *complot* sérvio, urdido para fazer regressar à Sérvia, morto Francisco José, a pequena Bósnia, de que a Áustria se tinha apossado em 1908, bem como da Herzegovina. Veio, em primeiro lugar, o pedido de explicações; veio, a seguir, o ultimato, e como a Sérvia se não prestasse à derradeira humilhação, invadiram-na as tropas austríacas, seguras de chegarem a Belgrado em passeio militar.

A Rússia, desde a primeira hora, mostrou-se disposta a não abandonar a Sérvia, por motivos que eram não só de raça e de religião, mas também de superiores conveniências políticas. Era certo que a Rússia não con-

sentiria no esmagamento da Sérvia, resolvendo-se contra ela a velha questão balcânica; e para ninguém podia ser duvidoso que a beligerância da Rússia, apoiando a Sérvia, implicaria a beligerância da Alemanha, apoiando a Áustria, de tudo isto resultando, por motivos de aliança, a conflagração europeia, que veio a desencadear-se, afectando o mundo inteiro.

Sendo assim, ¿como se compreende a mudez das nossas legações de Viena e S. Petersbourg, uma não informando acêrca das disposições da Áustria, resolvida a esmagar a Sérvia, correndo embora os riscos de tornar inevitável a temida conflagração; a outra não informando acêrca das disposições do império moscovita, que arrastaria na sua órbita, movendo-se em qualquer direcção, os seus aliados da última hora, a França e a Inglaterra?

Se tínhamos uma Legação em Viena, se tínhamos uma Legação em S. Petersbourg, era justamente para elas informarem o Govêrno Português acêrca de quanto nesses países se fôsse passando, que ao nosso interessasse por qualquer título, esforçando-se por manter e estreitar as relações de tôda a ordem, entre os respectivos países.

Pois no *Livro Branco* não há vestígios dessas Legações, o que só pode explicar-se por se terem elas conservado mudas quando deviam falar, ou por ter o Govêrno Português, que organizou o *Livro Branco,* achado que não deveriam nêle figurar, por quaisquer razões, os telegramas, cartas, notas ou memorandos que tivessem vindo para Lisboa.

Supomos saber que a nossa Legação em S. Petersbourg alguma coisa disse para Lisboa, com respeito à guerra; e por que à frente dela estava um homem superiormente inteligente, diplomata de excepcional talento, por seguro temos que ela alguma coisa disse para Lisboa, que não ficava mal registar nas páginas do *Livro Branco.*

¿¡ Podia lá ser, o sr. Batalha Reis, Ministro em S. Petersbourg, ver que se conglomeravam os elementos duma temerosa conflagração, que abalaria o mundo inteiro, e a êsse respeito nada comunicar para Lisboa, fazendo avisos, discretamente advertindo, patriòticamente aconselhando!?

Certo é que no *Livro Branco* só um telegrama encontrámos da nossa Legação em S. Petersbourg, telegrama que tem a data de 26 de Agôsto de 1914, e no qual o sr. Batalha Reis pregunta quais são as relações entre Portugal e a Alemanha.

Convém não esquecer que a Áustria declarou guerra à Servia em 28 de Junho, e a Alemanha declarou guerra à Rússia em 1 de Agôsto, às 7 horas e dez minutos da tarde.

Os nossos diplomatas, os que não podiam dispensar-se de ser solícitos em comunicar para Lisboa quanto às possibilidades da guerra dizia respeito, houveram-se com demasiada negligência, a menos que propositadamente, com fins que não compreendemos, as suas comunicações fôssem excluídas do *Livro Branco,* o qual tem de ser o mais valioso documento para se escrever esta página da nossa história.

Ora veja-se isto: — Em 1 de Agôsto de 1914 fez-se a distribuïção, nas ruas de Berlim, de jornais, em edição especial, anunciando que fôra decretada a mobilização do Exército e da Armada, e que essa mobilização se faria no dia seguinte.

¿ Sidónio Pais, nosso Ministro na Alemanha, comunicou êste facto para Lisboa?

Tal não consta do *Livro Branco.* O sr. Cambon, embaixador da França em Berlim, comunicou o facto ao sr. Viviani, que era então presidente do conselho; e isto prova que o Ministro de Portugal poderia ter feito ao seu Govêrno a mesma importante comunicação. A comunicação do sr. Cambon tem o n.º 130 na publica-

ção feita pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, sob o título *Documents Diplomatiques 1914 — La guerre européenne.*

Na mesma data, 5 de Agôsto, em que o sr. Teixeira Gomes comunicava para Lisboa que existia o estado de guerra entre a Inglaterra e a Alemanha, o sr. João Chagas também comunicava para Lisboa que havia o estado de guerra entre a França e a Alemanha, estado de guerra que existia desde as 18 horas e três quartos do dia 3. E' certo que o sr. João Chagas só às 14 horas do dia 5 recebera do Govêrno Francês a notificação do estado de guerra entre a França e a Alemanha; mas ¿será crível que só conhecesse êsse facto pela notificação que lhe era feita dois dias depois dêle se ter produzido?

O sr. João Chagas enviou para Lisboa, por cópia, a nota do Govêrno Francês, relativa ao estado de guerra, fazendo-a acompanhar da carta em que acusava a sua recepção, estas duas peças constituindo o documento no n.º 13 do *Livro Branco.*

Em 7 de Agôsto o sr. Teixeira Gomes diz ao seu Govêrno — documento n.º 14 — que o Govêrno Inglês lhe agradeceu, muito reconhecidamente, a aprovação que o Conselho de Ministros, em Lisboa, dava às suas declarações, respeitante à atitude de Portugal perante a guerra — disposto a acompanhar a sua aliada na boa ou má fortuna.

VI

Detenhamo-nos um pouco nestas alturas do *Livro Branco,* não para olharmos o caminho percorrido, porque êle é muito curto, mas para darmos relêvo a factos de que já tomámos conhecimento, e que muito convém não passarem despercebidos.

Quais factos?

O último documento do *Livro Branco,* dos que temos transcrito, e comentado, é o telegrama em que o sr. Teixeira Gomes diz ao sr. Freire de Andrade que o Govêrno Inglês lhe agradeceu a comunicação que lhe fizera, de ter o Conselho de Ministros aprovado as suas declarações com respeito à atitude de Portugal, no caso da Inglaterra entrar na contenda armada.

Êste documento tem a data de 7 de Agôsto de 1914; e nesta mesma data o Parlamento português reüniu extraordinàriamente, sendo-lhe lida pelo sr. Bernardino Machado, chefe do Govêrno, uma declaração, redigida nos seguintes termos:

«Logo após a proclamação da República tôdas as nações se prestaram a declarar-nos a sua amizade, e uma delas, a Inglaterra, a sua aliança. Por nossa parte, temos feito, incessantemente, tudo para corresponder a essa amizade, que de-veras prezamos, sem mostrar es-

quecimento, porém, dos deveres de aliança que livremente contraímos e a que em circunstância alguma faltaríamos. Tal é a política internacional de concórdia e de dignidade que êste Govêrno timbra em continuar, certo de que assim solidariza indissolùvelmente os votos do venerando Chefe do Estado com o sentimento colectivo do Congresso e do povo português.»

Vê o leitor que fazemos um alto-horário, na marcha que empreendemos através do *Livro Branco,* justamente no ponto em que está fincado um marco que assinala o têrmo dos actos preparatórios da guerra, quanto à Beligerância da nossa aliada, e preparatórios quanto à definição, por nossa parte, duma atitude definida no Parlamento, empenhados na conciliação do dever e do interêsse.

Até êste momento, como já dissemos, a nossa Legação em Viena de Áustria nada disse para Lisboa com respeito ao conflito austro-sérvio, e a nossa Legação em S. Petersbourg também nada disse para Lisboa com respeito ao conflito germano-russo.

Contudo, as conversas entre a Áustria e a Sérvia duraram um longo mês, pode dizer-se que desde o dia 28 de Junho, em que foi morto, com sua espôsa, em Serajevo, o arquiduque Fernando, até ao dia 28 de Julho, em que a Áustria, deitando fora a máscara, mandou a sua declaração de guerra a Belgrado. Pelo menos, não há vestígios, no *Livro Branco,* destas Legações portuguesas até à altura em que nos encontramos.

Dado o sistema de alianças que então havia, era sabido que a entrada na guerra de uma grande Potência generalizaria o conflito, por muito que pretendessem localizá-lo.

Seria infame abandonar a Sérvia à sua triste sorte, a lutar contra a Áustria; e essa infâmia, por interêsse próprio, a Rússia não podia consentí-la sem ter feito

tudo para a evitar. Mas a entrada da Rússia na baralha obrigaria a Alemanha a intervir em favor da Áustria; e essa intervenção determinaria a França e a Inglaterra a meterem-se na contenda, uma e outra ligadas à Rússia por *ententes* ou convenções.

Sendo assim, e não podendo os Ministros de Portugal em Viena e S. Petersbourg ignorar as nossas relações de amizade e aliança com a Inglaterra, desde há séculos, ¿como é que não foram informando o seu Govêrno acêrca do que se passava, com respeito à política externa, nos Países em que estavam acreditados?

Se algumas informações deram a êste respeito — repetimos — elas não constam do *Livro Branco*, e seria indispensável que aí figurassem, porque aí tinham o seu lugar marcado. Não podem elas ser tidas, por sua natureza, como documentos confidenciais, de cuja publicação resultassem quaisquer inconvenientes para a nossa política de relações.

É possível que a ignorância do nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros, quanto aos sucessos que iam tornando inevitável a guerra, fôsse justificada pela falta de informações, diplomáticas ou consulares, dos seus agentes; mas não se compreende uma tamanha negligência, e não se desculpa, se ela existiu, que tivesse ficado impune, uma vez posta a descoberto.

¿Quere o leitor ver como um cônsul francês, em 27 de Julho, informava o seu Govêrno?

«Os oficiais alemães em férias nesta região receberam, há quatro dias, ordens de as interromperem, regressando à Alemanha. Por outro lado, eu sei, de fonte segura, que foram avisados os proprietários de carruagens-automóveis do Grão-Ducado de Bade, de que se deviam preparar para dentro de dois dias, depois de nova ordem, as porem à disposição das autoridades militares...»

Êste telegrama é assinado pelo cônsul geral da França em Bade, e tem a data de 27 de Julho de 1914.

A Áustria declarou guerra à Sérvia em 28 de Julho, a Alemanha declarou guerra à Rússia em 2 de Agôsto, e a respeito destas declarações e dos sucessos diplomáticos que as precederam, não há vestígios no *Livro Branco!* Resta saber se os há nos arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Não queremos sair do campo em que nos colocámos: o da análise do *Livro Branco;* mas queremos deixar aqui expressa a nossa opinião de que o caso de Serajevo foi apenas a circunstância ocasional que determinou a guerra, e que a Áustria foi o instrumento de que a Alemanha se serviu para desencadear a tempestade.

Forte, por muitas vitórias diplomáticas alcançadas anteriormente, avultando entre elas a da anexação da Bósnia-Herzegovina à Áustria; a liquidação provisória da questão balcânica na conferência de Londres, em 1913; a da cedência, que lhe fêz a França, por ocasião de Agadir, duma boa parte do Congo francês; contando com a fraqueza militar da França; com a desmoralização da Rússia, ainda a sangrar da batalha de Mukden; contando com o egoísmo étnico da Inglaterra; contando ainda, e acima de tudo, com a fôrça dos seus exércitos, a Alemanha não quís perder o ensejo que se lhe oferecía de estabelecer, desde logo, a sua hegemonia na Europa, prelúdio da sua hegemonia mundial.

VII

Desde que a Áustria anexara a Bósnia, em 1908, apoiada pela Alemanha, as relações entre a Monarquia de Francisco José e a Sérvia tornaram-se excessivamente tensas, sendo fácil prever o seu rompimento na primeira oportunidade. Logo no ano seguinte, em 31 de Março de 1909, o Govêrno Sérvio assinou uma declaração nos termos da qual a Sérvia se conformava com a anexação da Bósnia à Áustria, como sendo acto legítimo, e se comprometia a fazer à Austria uma boa vizinhança. Esta declaração, arrancada à Sérvia, bastaria a provar, só por si, que a Áustria considerava como violência, sem legitimidade sustentável, na mais favorável interpretação dos factos, a anexação da Bósnia, sérvia pelos mais apertados laços da raça e da história, sérvia por uma quási comunhão de território.

Já tivemos ocasião de dizer que a anexação da Bósnia e Herzegovina à Áustria se deveu principalmente à diplomacia alemã; a Inglaterra não queria intervir directamente na política dos Balcans, e a Rússia mostrava-se enfraquecida pela recente luta com o Japão, reconhecendo-se incapaz de se opor eficazmente a essa extorção.

Vieram depois as guerras balcânicas de 1912 e 1913, e destas guerras a Sérvia logrou sair engrandecida em

território, tornando-se mais forte a coesão balcânica contra o despotismo da Turquia e as ambiciosas pretensões da Áustria. A Rússia, por virtude das convenções políticas e militares feitas, em 1913, entre a Sérvia e a Bulgária, ficou tendo influência maior na península balcânica, facto que muito regozijou os panslavistas, vendo cada vez mais próxima a realização do seu velho sonho. Tanto faz dizer, expondo isto, que as guerras balcânicas de 1912-1913 vieram tornar ainda mais tensas as relações entre a Áustria e a Sérvia, tornando ao mesmo tempo mais intimas as relações entre a Sérvia e a Rússia.

Veio o caso de Serajevo, e logo as pessoas que alguma cousa conhecem da politica geral da Europa pressentiram a tempestade a desenrolar-se, convulsionando o mundo inteiro. A morte do arquiduque Fernando atribuia-a a Áustria a manejos sérvios, e assim o disse, sem reticências, na famosa nota que enviou a Belgrado, formulando exigências inaceitáveis.

¿O que pretendia a Áustria, procedendo assim?

Pretendia criar um conflito com a Sérvia que lhe permitisse refundir o arranjo balcânico, em termos de ali diminuir a influência da Rússia, alargando e consolidando a sua própria influência.

A Sérvia não podia aceitar, integralmente, a nota austríaca; mas tamanho era o seu desejo de evitar a guerra que a aceitou em tão larga medida que a sua dignidade nacional ficou lesada. O sr. Edward Grey, num telegrama ao embaixador da Inglaterra em Viena de Áustria, com data de 27 de Julho, e que vem na correspondência do Govêrno britânico relativa à crise europeia, correspondência apresentada ao Parlamento em 1914 — ¡o nosso *Livro Branco,* ainda incompleto, só foi publicado há dois meses! — o sr. Edward Grey dizia, a respeito da resposta da Sérvia à Austria: *Parecia-me que a resposta sérvia já era a maior humilhação a que um País jamais se sujeitaria...*

Pois esta humilhação não a teve a Áustria por suficiente, e ainda insuficiente a consideraria mesmo que ela fôsse maior. O seu propósito era aniquilar a Sérvia, pela diplomacia ou pelas armas, mas de qualquer modo aniquilá-la.

¿Quere o leitor saber como a Sérvia terminava a sua resposta ao ultimato austríaco?

«Se o govêrno imperial e real não se achar satisfeito com a resposta, o Govêrno Sérvio, considerando que não é do interêsse comum precipitar a resolução dêste conflito, está pronto, como sempre, a aceitar um acôrdo pacífico, quer entregando o litígio à decisão do tribunal de Haia, quer entregando-o às grandes Potências que tomaram parte na redacção da declaração feita pelo Govêrno Sérvio em 31 de Março de 1909.»

Esta resposta foi dada em 25 de Julho.

A Inglaterra propôs que uma Conferência, em que tomassem parte quatro das grandes Potências não directamente interessadas no caso: a França, a Itália, a Alemanha e a Inglaterra, examinasse o assunto, procurando dar-lhe a melhor solução, evitando a guerra.

A Alemanha recusou êste alvitre, alegando que essa conferência seria, na realidade, um tribunal de arbitragem, o qual só poderia constituir-se a pedido da Áustria e da Rússia.

Em 30 de Julho, o Govêrno Russo fêz esta sugestão ao Govêrno de Berlim:

«Se a Áustria, reconhecendo que o seu conflito com a Sérvia assumiu o carácter de uma questão de interêsse europeu, se declarasse pronta a eliminar do seu ultimato os pontos em que é afectada a soberania da Sérvia, a Rússia faria parar todos os seus preparativos militares.»

A Rússia mostrava-se resolvida a não deixar que fôsse esmagada a Sérvia; mas também mostrava o mais claro desejo de aceitar uma guerra que seria, como na realidade foi, uma conflagração mundial. E assim foi que a 31 de Julho o Govêrno moscovita fêz a seguinte comunicação aos Governos de Paris e Londres:

«Se a Áustria consentisse em fazer cessar a marcha das suas tropas em território sérvio; se, reconhecendo que o conflito austro-sérvio assumira o carácter duma questão de interêsse europeu, admitisse que as Grandes Potências examinassem a satisfação que o Govêrno da Sérvia poderia dar ao Govêrno da Áustria-Hungria, sem lesão dos seus direitos de Estado soberano e independente, a Rússia comprometia-se a conservar uma atitude expectante.»

Tanto a Sérvia como a Rússia parece que fizeram quanto podiam fazer para que o conflito austro-sérvio se não liquidasse pelas armas; e só tendo uma liquidação diplomática é que êle deixaria de ser a faúlha que ateou o incêndio.

VIII

Foi no dia 28 de Julho que a Áustria se declarou em estado de guerra com a Sérvia, e logo no dia 30 as tropas austríacas, violando o território sérvio, iam bombardear Belgrado. A Áustria afirmava que não queria diminuir, territorialmente, a Sérvia, não se dispensando, todavia, de lhe dar uma severa lição. O bombardeamento de Belgrado ecoou na Rússia como um toque de reünir, não sendo já razoável admitir que o conflito austro-sérvio deixasse de resolver-se pelas armas, e ninguém tendo dúvidas, em S. Petersbourg, sôbre os ocultos desígnios da Áustria fazendo a guerra a uma exígua potência balcânica. As granadas que caíam em Belgrado eram projécteis que se destinavam à capital moscovita, e que ali caíam por um capricho da balística diplomática...

De resto, o grosso do exército austro-húngaro concentrava-se na fronteira austro-russa, e os preparativos militares da Alemanha, iniciados a 25 de Julho, prosseguiram tão febrilmente que bem se via estar ela resolvida a lançar-se na guerra, apoiando a Áustria. A Rússia decretou a sua mobilização geral, protestando que o fazia sem o ânimo de atacar a Áustria ou a Alemanha, mas ùnicamente como precaução, santindo-se ameaçada. Conversava-se ainda, por telegramas e no-

tas, entre Belgrado, Viena, Paris e Londres; conversava-se entre Londres e Berlim; mas todos viam que essas conversas, não podendo já travar a roda que desandava, isto é, não podendo já impedir que estalasse a guerra, só poderiam servir para ganharem tempo os que fôssem mais atrasados na preparação guerreira.

A Rússia não podia consentir que a Áustria esmagasse a Sérvia; a Alemanha não podia deixar que a Rússia esmagasse a Áustria; a França não podia abster-se de intervir, desde que a Rússia, sua aliada, se metesse na baralha. A Inglaterra, sem interêsses directos na península balcânica, empenhava-se por que se localizasse o conflito austro-sérvio, fàcilmente prevendo que, a desencadear-se a tempestade, não prevaleceria o seu esplêndido isolamento.

Sendo assim, ¿como se explica que as nossas Legações de Viena e de S. Petersbourg nada dissessem para Lisboa acêrca das negociações que iam decorrendo entre Viena e Belgrado, entre S. Petersbourg e as mais importantes chancelarias da Europa?

Certo é que dessas Legações, como já dissemos, não há vestígios no *Livro Branco*, até esta altura, porque elas se conservaram mudas quando deviam falar, ou porque no Terreiro do Paço, mais provàvelmente no Hotel Campbell, se não julgou útil que os informes dessas Legações aí figurassem.

O Govêrno Português, apercebido do que se passava na Europa, oportunamente instruído acêrca dos sucessos que se iam preparando na intriga dos bastidores diplomáticos, com vagar teria considerado a hipótese de sermos envolvidos na conflagração geral, a êste respeito tendo conversado com Londres, concertando planos e entendimentos.

Das nossas Legações em Paris, Londres e Berlim, também o *Livro Branco* não contém documentos pelos quais se veja que foram pondo o Govêrno Português ao

corrente do que se passava nas altas esferas da política enropeia, habilitando-o a não ser colhido de surprêsa.

¿A nossa Legação em Londres não soube que o sr. Edward Grei, em 31 de Julho, comunicara ao embaixador inglês em Paris, sr. Bertié, que muito claramente fizera saber ao embaixador da Alemanha que a Inglaterra entraria no conflito se nêle se envolvessem a França e a Alemanha?

Se o soube, não o disse ao seu Govêrno; pelo menos a respectiva comunicação, duma altíssima importância, não figura no *Livro Branco*.

¿A nossa Legação em Paris não soube que a França decretara a mobilização? Não soube que o sr. Viviani, em 2 de Agôsto, por telegrama-circular, fizera saber aos representantes da França no estrangeiro, que o território francês havia sido violado em Cirey e Long Wy. tendo as tropas invasoras atacado, a tiro, o pôsto alfandegário de Delle?

Se de tudo isto teve conhecimento a nossa Legação em Paris, ou não o disse para Lisboa, ou então o Terreiro do Paço achou que não valia a pena incluir no *Livro Branco* as comunicações respectivas. A verdade é que o telegrama-circular do sr. Viviani, comunicando a violação do território francês pelas tropas alemãs, não foi transmitido ao Ministro de França em Lisboa, sendo comunicado ao de Madrid, por exemplo.

Não ignorava o Govêrno Francês que somos aliados da Inglaterra, aliados desde séculos, mas que também somos uma Nação soberana, um povo independente. As estipulações dos nossos Tratados com a Inglaterra também as não ignorava o Govêrno Francês, o que tanto importa dizer que, na hipótese de um conflito generalizado, a atitude de Portugal, factor valioso da guerra, por muitas e importantes razões, não podia ser olhada com indiferença por êle ou por qualquer dos grupos beligerantes.

Certo é, porém, que as comunicações diplomáticas que a França, amiúde, fazia aos seus representantes no estrangeiro — umas vezes para que êles não ignorassem a marcha que seguia a política da guerra, outras vezes para que, nas suas conversas particulares e oficiais, pudessem demonstrar que, a dar-se a conflagração, a sua responsabilidade tinha de ser atribuída à Alemanha, visto ela praticar actos que tornavam a catástrofe inevitável — nunca chegaram a Lisboa.

Dir-se-ia que em França se ignorava a existência de Portugal como Nação da Europa, para mais Nação que, pela sua distribuïção geográfica, com os seus grupos de ilhas e terrenos continentais, de grande préstimo seria, como aliado, se viesse a meter-se na baralha.

¿A diplomacia francesa esquecia-se de nós?

Veremos como de nós se lembrava, mais tarde, quando todos os esforços lhe pareciam poucos para erguer na frente dos exércitos invasores, dirigindo-se a marchas forçadas sôbre Paris, uma barreira tão espêssa que não fôsse possível fazer-lhe brecha e tão alta que não fôsse possível galgá-la.

Mas outros factos há, registados naquela parte do *Livro Branco* que já conhecemos, a que vale a pena dar relêvo ; e estes comentários desenfastiados ao pior livro português que se tem publicado nestes últimos anos, não queremos nós que aborreçam os leitores, por excessivos detalhes, explicando-lhes com abundância de palavras, formando argumentos, aquilo que à simples leitura, sem trabalho de reflexão, êles apreendem com justeza.

IX

Os termos do ultimato feito pela Áustria não deixavam dúvidas no espírito de ninguém : a Áustria queria envolver-se, com a Sérvia, num conflito que só pudesse ser resolvido pelas armas, a menos que esta, degradando-se, a tudo se sujeitasse e submetesse.

Na verdade, a Sérvia mostrou os melhores desejos de evitar êsse conflito ; mas também se mostrou resolvida, desde a primeira hora, a não praticar uma baixeza. Estava pronta a dar tôdas as satisfações, a adoptar as medidas que fôssem justas para castigar os autores e cúmplices no crime de Serajevo, bem como tôdas as providências que fôssem julgadas necessárias para que no território sérvio se não conspirasse ou alimentassem conspirações contra a monarquia austro-húngara. Impunha apenas uma condição — que a Áustria a não quisesse obrigar a procedimento que fôsse lesivo da sua soberania e pusesse em risco, de qualquer forma, a sua independência.

A Áustria exigia da Sérvia que aceitasse, incondicionalmente, o seu ultimato, porque só assim ela acharia satisfatória a sua resposta. A Sérvia respondeu, aquiescendo o mais que pôde, mas ressalvando os seus brios e a sua dignidade de Nação soberana.

A Áustria declarou-lhe guerra.

O facto, como não podia deixar de ser, alarmou a Europa inteira, porque, no pensar de todos, a guerra entre a Áustria e a Sérvia tinha de generalizar-se, dado o sistema de alianças que estava estabelecido entre as grandes Potências.

A Rússia mostrou-se conciliadora até ao último extremo, aconselhando moderação à Sérvia, oferecendo transigências à Áustria, e por fim recorrendo aos bons ofícios da Inglaterra, de cuja intervenção fiava a paz do mundo. Dir-se-á que a Rússia se via atacada pela Áustria através da Sérvia, e que, trabalhando no interêsse da Sérvia, era no seu próprio interêsse que trabalhava. Assim era, na verdade; mas esta consideração não tira valor ao facto da Rússia se esforçar pela manutenção da Paz na mais larga medida em que pôde fazê-lo, sem esquecer que a Sérvia, ameaçada na sua integridade e na sua independência, era também ameaçada na sua dignidade.

Já os exércitos austro-húngaros avançavam pela Sérvia, exércitos de conquista, e ainda a Rússia oferecia à Áustria, para evitar o cataclismo, fórmulas de honrada conciliação.

Era assim redigida a nota que o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, sr. Sazonof, fazia chegar, pelas vias competentes, a Londres e Paris :

«Se a Áustria consentir em fazer parar a marcha das suas tropas no território sérvio ; se, reconhecendo que os conflitos entre a Áustria e a Sérvia assumem o carácter de uma questão de interêsse europeu, admitir que as grandes Potências assentem na satisfação que a Sérvia poderia dar ao Govêrno da Áustria-Hungria, sem ter lesão dos seus direitos de Estado soberano e sem prejuízo da sua independência, a Rússia compromete-se a conservar uma atitude expectante.»

Pretendeu a Áustria, desde a primeira hora, que o seu conflito com a Sérvia a nenhum outro País interessava ; e assim que recebeu a resposta da Sérvia ao seu ultimato, logo declarou que nenhuma conversa era possível com base nessa resposta.

A Alemanha, naturalmente, também foi de opinião que o conflito austro-sérvio não interessava às outras Potências, devendo resolvê-lo, como melhor entendessem, os dois Países interessados.

Localizar a guerra, era excelente ; mas deixar que um gigante liquidasse, pela fôrça, as suas desavenças com um pigmeu, era proceder como no voltarete — ajudar o forte contra o fraco...

A Rússia não podia assistir, de braços cruzados, testemunha desinteressada, ao esmagamento da Sérvia pela Áustria ; e a outra coisa não levaria a guerra travada entre as duas Potências.

Muito mais forte que a Sérvia, muito mais fraca que a Rússia, a Áustria não teria levado as coisas a ponto de tornar inevitável, no conflito austro-sérvio, o recurso às armas, se não contasse com o apoio, franco e decidido, da Alemanha. Resulta evidente, para nós, da leitura dos documentos diplomáticos até agora publicados, e que ao acaso se referem, sem termos a pretensão de os conhecer todos, que a Áustria foi o instrumento da Alemanha, dócil instrumento de que esta se serviu para desencadear a guerra mundial. Para tal guerra vinha ela a preparar-se, de longe, e não quis perder o favorável ensejo que um crime político lhe oferecia para a desencadear.

Mas ¿seria, realmente, favorável o ensejo para lançar a Europa numa guerra formidável ?

A Sérvia, enfraquecida pelas recentes guerras balcânicas (1912-1913), não podia oferecer grande resistência á Áustria ; a Rússia, ainda a sangrarem-lhe as feridas que lhe fizera o Japão, sempre desorganizada, com

muitos homens e poucos soldados, mal provida de material de guerra, não poderia oferecer grande resistência à Alemanha. Havia que contar com a França ; mas os pacifistas, os anti-patriotas, os anti-militaritas, tinham feito em França uma vasta e intensa propaganda, amortecendo, ainda mais, o amortecido espírito guerreiro daquela Nação de epopeias militares. De resto, os exércitos alemães, num ataque brusco, liquidariam tão ràpidamente a França, que o tempo lhes chegaria para acudirem à fronteira germano-russa antes que o *cilindro russo,* a mover-se lentamente, como as cobras, ali chegasse...

E a Inglaterra ?

A Alemanha estava segura de que a Inglaterra se absteria de entrar no conflito, pondo as vantagens da sua neutralidade acima de tôdas as suas obrigações consignadas em Tratados. Pois se os conchavos, *les accommodements,* são possíveis sempre, ¿ como o não poderiam ser com um País essencialmente interesseiro ?

Enganou-se a Alemanha grosseiramente ; mas o seu engano grosseiro não a iliba da responsabilidade de ter procedido de maneira a tornar a conflagração inevitável.

X

Desde que assentou em atacar a França, a Alemanha figurou logo a hipótese da Bélgica não permitir que os exércitos alemães atravessassem o seu território, sem o menor respeito pela sua neutralidade histórica. Far-lhe-ía promessas, acabando por lhe fazer ameaças. Era necessário que a França sucumbisse antes que a Rússia a atacasse. O Govêrno de Berlim fêz ao govêrno de Bruxelas uma proposta infamante, nos termos da qual as tropas alemãs atravessariam a Bélgica sem que as molestassem, ficando entendido que por êsse facto a integridade territorial dêste País, acabada a guerra, seria respeitada, dando-se-lhe uma indemnização generosa pelos danos que houvesse sofrido.

¿E se a Bélgica não aceitasse o negócio proposto?

Nesse caso o seu território seria invadido, a sua resistência seria rápida e brutalmente quebrada, pois que chegar de-pressa a França era, para a Alemanha, uma questão de vida ou de morte. A Alemanha sabia muito bem o que valiam as fortalezas da Bélgica — Liège, Namur, Antuérpia — o que havia de melhor, Antuérpia sobretudo, no género Brialmont; mas também sabia qual era o valor da sua artelharia, tendo nela uma confiança absoluta para as desmantelar sem grande esfôrço.

Mas ainda, com relação à Bélgica, a Alemanha se enganou; não contara devidamente com o heroísmo dos seus soldados, com a dignidade nacional, feita arma para o ataque e feita arnês para a defesa.

Daqui resultou que os exércitos da Alemanha não puderam realizar através da Bélgica a marcha rápida que tinha sonhado, tomando-a por coisa certa, o seu Estado Maior; de maneira que o exército francês pôde realizar a sua concentração, e o exército inglês pôde atravessar o canal para ir combater na Flandres.

Foi em 2 de Agôsto que o Ministro da Alemanha em Bruxelas entregou ao Govêrno Belga um ultimato, convidando-o a dizer-lhe, no prazo improrrogável de sete horas, se estava disposto a facilitar-lhe, no território belga, operações militares contra a França. Em caso de recusa, decidiria a sorte das armas.

A Bélgica respondeu a êste ultimato não só com dignidade, mas com altivez, e preparou-se para a luta.

O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, esforçando-se por que a violação do território belga não fôsse tomada pela Inglaterra como um *casus belli*, explicava ao sr. Edward Grey, por intermédio do Príncipe Lichnosky, embaixador da Alemanha em Londres:

«A Alemanha é, pois, obrigada a não ter em conta a neutralidade belga; é para ela uma questão de vida ou de morte antecipar-se ao avanço do exército francês».

O exército francês não se preparava para atacar a Alemanha através da Bélgica; o govêrno de Paris, consultado pelo sr. Edward Grey sôbre se respeitaria a neutralidade belga, desde que ela não fôsse violada por qualquer outra Potência, respondera afirmativamente, sem nenhuma hesitação. Feita a mesma consulta ao Govêrno de Berlim, êste não respondeu.

Embora sabendo que a Rússia tomava o partido da Sérvia, a Alemanha levou a Áustria a declarar guerra a esta Potência balcânica; sabendo, igualmente, que a França se poria ao lado da Rússia, desde que esta fôsse beligerante, a Alemanha declarou guerra à Rússia; certa de que a Inglaterra consideraria *casus belli* a violação do território belga, a Alemanha não hesitou em praticar essa infâmia.

Ia desencadear-se uma conflagração; e a Alemanha, sabendo que teria contra si a Rússia, a França, a Bélgica e a Inglaterra — sabendo que a Itália se conservaria neutra, a menos que viesse a colocar-se ao lado da *Entente* — no desvairamento duma ambição sem limites, na alucinação dum orgulho doentio, arremeteu contra todos.

O Marquês de San Giuliano, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália, interrogado, em 17 de Julho, sôbre se a Itália comunicara ao Govêrno de Viena que entraria como aliado da Áustria e da Alemanha, respondera textualmente:

«De modo algum. Não fomos consultados, nada nos disseram; não tínhamos, pois, que fazer semelhante comunicação».

Em 1 de Agôsto o sr. Edward Grey comunicava ao embaixador inglês em Paris que o Marquês de San Giuliano afirmara ao Ministro alemão em Roma que a Itália ficaria neutra, porquanto não se dava o *casus fœderis* nos termos da Tríplice Aliança.

A Alemanha, na verdade, mostrava ter em si, na sua organização, no seu Exército, na sua Armada, no chauvinismo patriótico de tôdas as suas classes, nos seus recursos de tôda a ordem, uma confiança ilimitada.

Sem embargo, ela esforçara-se para que a França abandonasse a Rússia; esforçara-se ainda mais para que

a Inglaterra abandonasse a França, levando o impudor até ao ponto de preguntar ao Govêrno Inglês quais as condições em que acederia a ficar neutral.

São palavras do sr. Edward Grey, transmitidas ao embaixador inglês:

«O embaixador desejou saber se eu não poderia formular as condições em que ficaríamos neutros. Até sugeriu que talvez a integridade da Bélgica e das suas colónias.

«Respondi que me via obrigado a recusar, definitivamente, qualquer promessa de ficarmos neutros em condições semelhantes, e tudo quanto podia dizer era que nos conservaríamos livres de compromissos.»

A invasão da Bélgica, livremente consentida ou violentamente realizada, considerou-a a Alemanha como questão de vida ou de morte; mas se a Inglaterra se comprometesse a ficar neutra, respeitando-se a neutralidade belga, a isso se obrigaria a Alemanha.

Pois bem, a despeito do mêdo que lhe fazia a Inglaterra, tão grande que oferecia o maior preço pela sua neutralidade, a Alemanha desencadeou a tempestade, arremeteu contra uma coligação de fôrças de tal forma grande — fôrças militares, económicas e financeiras — que bem se via, *à priori*, não ser possível, na conjuntura, realizar-se o velho prolóquio latino, segundo o qual a fortuna está sempre do lado dos audazes...

XI

É legítima esta pregunta: ¿Se a Inglaterra tivesse adoptado uma atitude firme no conflito entre a Áustria e a Sérvia, afirmando que estaria ao lado da Rússia e da França, se estas Nações viessem a estar em guerra com a Alemanha, a conflagração ter-se-ia dado?

Insistentemente o sr. Edward Grey dizia que a Inglaterra não tinha interêsses a defender nos Balcans; e às solicitações que lhe faziam para não deixar que a Áustria esmagasse a Sérvia, respondia que a opinião pública inglêsa não compreenderia que o seu País fôsse lançado na guerra por causa dum conflito sérvio.

Dizia assim o sr. Edward Grey ao sr. Buchanan, embaixador de Inglaterra em S. Petersbourg:

«Estou certo de que a opinião pública não sancionava, e acho que não devia sancionar, a nossa entrada na guerra, arrastados por um conflito sérvio. Se, porém, a guerra tiver lugar, circunstâncias supervenientes podem lançar-nos para ela, o que procuro ansiosamente evitar.»

O sr. Buchanan, dispensando-se, naturalmente, de falar em nome do seu Govêrno, porque não estava autorizado a fazê-lo, conversando com o sr. Sazonof, Minis-

tro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, dissera-lhe que, em sua opinião, visto a Inglaterra não ter interêsses directos na Sérvia, o Govêrno Inglês se absteria de qualquer procedimento que o pusesse em conflito com a Alemanha ou com a Áustria. Pretendia o sr. Sazonof que a Inglaterra se declarasse solidária com a Rússia e a França, no caso de não vir a ser regulado diplomàticamente o conflito austro-sérvio ; mas o sr. Buchanan, como fino diplomata, fugia a tomar compromissos em nome do seu Govêrno, fazendo preguntas quando lhe pediam respostas, e discreteando vagamente quando lhe pediam afirmações concretas. Ao seu Govêrno dava informações, de mistura com as quais ia uma ou outra sugestão inteligente, que podia muito bem ser aceite, porquanto a sua aceitação de forma alguma diminuia a liberdade que o sr. Grey tão zelosamente reclamava. Esta, por exemplo :

«V. Ex.ª talvez lhes pudesse dizer — à França e à Rússia — que um ataque da Áustria à Sérvia motivava a intervenção da Rússia, que no conflito teriam de intervir a França e a Alemanha, e que seria difícil à Grã-Bretanha ficar de banda no caso da guerra se generalizar.»

O sr. Buchanan estava dentro da realidade e via com justeza onde se iria parar pelo caminho que as coisas levavam. Sucedia a mesma coisa com o sr. Sazonof, que via ser a Rússia o inimigo que a Áustria procurava através da Sérvia.

Dizia o Ministro russo ao embaixador inglês :

«A acção da Áustria é, na verdade, dirigida contra a Rússia. Ela aspira a desfazer o *statu quo* actual nos Balcans, estabelecendo ali a sua preponderância.»

E acrescentava :

«Se a Inglaterra se pusesse firmemente do lado da Rússia e da França, não haveria guerra.»

Grande era o empenho da Rússia em evitar a guerra; mas, dado que a não pudesse evitar, o seu empenho máximo seria ter a Inglaterra do seu lado.

Mas se a Inglaterra, alegando que não tinha interêsses a defender nem obrigações a cumprir que a levassem para a guerra, ¿não quisesse lançar-se na *mêlée*?

Ainda que assim fôsse, dizia o sr. Sazonof, a Rússia, sabendo que podia contar com o apoio da França — *afrontaria todos os riscos da guerra.*

Mal se compreende que o conflito balcânico, provocado pela Áustria, fôsse indiferente à Inglaterra, mesmo arredando a hipótese de vir êsse conflito a ser o ponto de partida duma guerra generalizada.

¿O que pretendia a Áustria?

Pretendia humilhar ou vencer a Sérvia; e humilhá-la, no ponto de vista dos objectivos que a determinaram, equivalia a derrotá-la pelas armas. A completa germanização dos Estados sloveno-croatas far-se-ia com a maior facilidade, reduzida a Sérvia a não ser mais do que uma expressão étnica quási sem realidade geográfica; e, assim, a Rússia deixaria de ter influência na peninsula balcânica, sofrendo o panslavismo um rude golpe. A Bulgária entraria na esfera de acção da monarquia austro-húngara, liberta da Turquia, e a Europa Central dos alemães seria uma realidade. Chegaria a vez à Roménia de sofrer a sucção do polvo germânico; e, assim, a Europa ficaria tôda *boche*, entre o ocidente latino e o oriente moscovita, o domínio ou a hegemonia dos teutões exercendo-se com absoluta segurança. A velha questão do Adriático ficaria resolvida contra a Itália, tôda a costa oriental dêste lago imenso, aberto para o Egeu, na posse dos alemães ou dos austro-húngaros, o que viria a dar na mesma.

Certo é que a Inglaterra afirmou sempre nada ter com o conflito austro-sérvio, e mostrou o maior desejo de que êle se localizasse e fôsse resolvido, de qualquer forma, entre as partes interessadas, nos termos em que ajustassem a sua resolução.

Na Alemanha e na Áustria tinha-se por certo que a Inglaterra se conservaria neutral; e isto animava os dois Impérios a empenharem-se pela guerra.

Comunicava o sr. Edward Grey ao sr. Buchanan, em data de 27 de Julho:

«O embaixador russo disse-me que na Alemanha e na Áustria se pensa que em tôdas as hipóteses ficaremos de lado. S. ex.ª deplora o efeito que isto deve produzir.»

E acrescentava:

«Segundo informações de origem alemã e austríaca, tanto na Alemanha como na Áustria é crença geral que a Rússia nada fará emquanto a Austria não tomar algum território à Sérvia. Disse isto ao embaixador russo, acrescentando que seria absurdo que nos mostrássemos mais sérvios que os próprios russos nas nossas relações com os Govêrnos da Alemanha e da Austria.»

Propôs o sr. Edward Grey a reünião duma Conferência em que tomassem parte a França, a Itália, a Alemanha e a Inglaterra, decidindo-se aí qual a satisfação que a Sérvia devia dar à Austria, para evitar que derimissem o seu pleito a tiro. A proposta era óptima; e por certo teria encontrado bom acolhimento em Berlim e Viena, se numa e outra destas capitais não houvesse o propósito firme de inflingir à Sérvia uma derrota ou uma humilhação.

Comunicava o sr. Bunsen, embaixador da Inglaterra em Viena, ao sr. Edward Grey, em data de 27 de Julho :

«Enche de satisfação esta gente a espectativa duma guerra com a Sérvia, e o seu adiamento, temporário ou definitivo causaria um grande desapontamento.»

XII

Em 25 de Julho o embaixador de Inglaterra em Viena dizia ao sr. Edward Grey:

«A linguagem da imprensa, esta manhã, deixa a impressão de que a submissão voluntária da Sérvia não se espera nem verdadeiramente se deseja.»

Não obstante êste e outros equivalentes avisos, todos conduncentes a radicarem no sr. Edward Grey a convicção de que a Áustria não desistia de aniquilar a Sérvia, pela diplomacia ou pelas armas, o ilustre Ministro inglês não se resolvia a tomar uma atitude decisiva na questão austro-sérvia, antes procedia de maneira a que a Alemanha pudesse acreditar que a Inglaterra, perante essa questão, se conservaria neutral.

De Roma, no dia 23 de Julho, tinha sido dito ao sr. Edward Grey que o Govêrno de Viena julgava absolutamente necessário para o seu prestígio, isto é, para o prestígio da Monarquia austro-húngara, alcançar sôbre a Sérvia uma vitória definitiva.

Em 27 de Julho o sr. Edward Grey foi informado, pelo seu embaixador em Berlim, de que a Conferência, por s. ex.ª proposta, não a aceitava a Alemanha, porque via nela um tribunal de arbitragem; e semelhante

tribunal só poderia constituir-se a pedido da Áustria e da Sérvia.

O embaixador alemão em Londres transmitiu ao sr. Edward Grey o pedido do seu Govêrno, para que a Inglaterra se empenhasse na localização da guerra, caso a Áustria e a Sérvia viessem a pegar em armas; e, contudo, o sr. Edward Grey bem sabia que, a dar-se êste facto, o episódio guerreiro dos Balcans tornar-se-ia em conflagração europeia.

Não preocupava grandemente o sr. Edward Grey a sorte da Sérvia; se fôsse possível localizar a guerra, se fôsse possível conseguir que a Áustria e a Sérvia liquidassem o seu conflito sem a intervenção de terceiros, então a Inglaterra ficaria a ver os touros de palanque.

A triste sorte dos países pequenos! . . .

¿A Áustria esmagava a Sérvia?

Isso não interessava à Inglaterra, contanto que êsse pequenino incêndio se limitasse, contanto que o sacrifício dos sérvios se fizesse por maneira que o seu estrebuchar não incomodasse as Potências. Mas o sr. Edward Grey sabia que a Rússia tinha a êsse respeito opinião diferente; e desde que a Rússia interviesse no conflito austro-sérvio, êste estava, desde logo, generalizado, e a Inglaterra não poderia, por mais que o quisesse, conservar-se de fora. O embaixador da Rússia em Viena dissera ao Subsecretário de Estado dos Negócios Estrangeiros da Áustria que o seu País, sendo a Sérvia atacada por aquela, não podia dispensar-se de intervir, resolvido como estava a não ceder agora como cedera noutras ocasiões, a última das quais em 1909, quando a Áustria anexara a Bósnia e a Herzegovina. Esta atitude da Rússia, definida perante o Govêrno Austríaco, fôra logo transmitida pelo sr. Bunsen, embaixador inglês em Viena, ao sr. Edward Grey.

Era indispensável que nesta campanha diplomática

aparecesse a astúcia de Maquiavel, exprimindo-se à maneira dos jesuítas...

O que propunha a Itália, segundo comunicou o sr. Roed, embaixador da Inglaterra em Roma?

Apenas isto: — *que as Potências induzissem a Sérvia a aceitar, integralmente, o ultimato da Áustria, ficando-lhe o direito de dizer que fôra à Europa e não à Áustria que cedera.*

Era perfeito; mas a Sérvia, sabendo que no caso jogava a sua existência como povo independente; e a Rússia, sabendo que no conflito estava em jôgo a sua hegemonia, como povo eslavo, nos Balcans; a Sérvia e a Rússia é que não podiam aceitar, e de facto não aceitaram, a sugestão do marquês de S. Giuliano, a quem não foi difícil interpretar os Tratados da Tríplice por maneira a colocar a Itália fora de causa...

Em 29 de Julho, isto é, já depois de declarada a guerra entre a Áustria e a Sérvia, o sr. Edward Grey dizia ao embaixador inglês em Paris:

«No caso de Marrocos, que interessava fundamentalmente à França, a Alemanha parecia querer esmagar uma Nação que tinha connosco acôrdos especiais. No caso presente, o litígio é entre a Áustria e a Rússia, não sendo a Inglaterra obrigada a tomar parte nêle. Mesmo que o conflito viesse a envolver a Rússia, não estaríamos dispostos a envolver-nos nêle. Seria uma questão atinente à supremacia teutónica e eslava nos Balcans, e foi sempre nosso propósito não nos deixarmos envolver numa guerra originada na questão balcânica. Se a Alemanha e a França se envolvessem no conflito, caso seria êsse para considerarmos, e a nossa atitude seria a que fôsse determinada pela necessidade de defendermos os interêsses britânicos.»

Parece terminante, não é verdade?

A Inglaterra nada tinha, nada queria ter com a questão balcânica, que trazia desavindas a Áustria e a Sérvia. Se a Rússia viesse a tomar parte no conflito, pondo-se do lado da Sérvia, zelosa do seu predomínio, como Nação eslava, nos Balcans, a Inglaterra ainda se conservaria de fora, por nada lhe interessar a luta entre o pangermanismo e o panslavismo, chocando-se na península balcânica. Se no conflito viessem a envolver-se a França e a Alemanha, em termos que ficasse em jôgo o predomínio de uma ou outra na Europa, então a Inglaterra consideraria o que teria a fazer, o que lhe conviria fazer no sentido de acautelar os seus interêsses.

¿Como é que na Áustria e na Alemanha se não havia de acreditar que a Inglaterra deixaria que o conflito balcânico se resolvesse entre as Nações directamente interessadas, se, mesmo figurando a hipótese de êle deixar de ser balcânico para ser europeu, o sr. Edward Grey declarava que só os interêsses britânicos determinariam o seu País a intervir ou não intervir, conforme a defesa dêsses interêsses aconselhassem um outro procedimento?

No caso — dizia o sr. Edward Grey, em 31 de Julho, ao sr. Bertie, embaixador inglês em França — não se acham envolvidas obrigações constantes de Tratados que prendam a Inglaterra; mas ¿podia s. ex.ª afirmar, com a mesma segurança, que o Govêrno Alemão, vista a sua atitude, não contava com a neutralidade inglêsa?

XIII

Em data de 31 de Julho o sr. Edward Grey comunicava ao sr. Bertie, embaixador da Inglaterra em Paris:

«O sr. Cambon referiu-se hoje a um telegrama, vindo do embaixador francês em Berlim, e do qual tomou conhecimento o sr. Arthur Nicolson, dizendo que era a incerteza com respeito à nossa intervenção que constituía o elemento animador em Berlim, e que se nos declarássemos definitivamente do lado da Rússia, e da França, isto decidiria a Alemanha em favor da paz.»

No comunicado de que se trata, e que só não transcrevemos na íntegra para não fatigarmos os leitores, o sr. Edward Grey afirma nada ter dito que autorizasse a Alemanha a supor que a Inglaterra se conservaria neutra, generalizado o conflito, e que tinha rejeitado propostas respeitantes a essa neutralidade. Palavras textuais do sr. Edward Grey: — *Não só me escusarei a dizer que ficaríamos neutros, mas ainda hoje disse ao embaixador alemão que entraríamos na guerra se nela se envolvessem a França e a Alemanha.*

Tendo o sr. Cambon preguntado ao sr. Edward Grey se a Inglaterra auxiliaria a França, no caso desta ser

atacada pela Alemanha, s. ex.ª respondeu que, no estado actual dos acontecimentos, não podia, a êsse respeito, tomar qualquer compromisso.

E acrescentou:

«Se algum facto novo se produzir, o gabinete reünirá para dêle tomar conhecimento; mas no momento actual a única resposta é que não posso tomar compromissos definitivos.»

Estava-se em 30 de Julho; a Alemanha ainda não tinha declarado guerra à França, mas as suas tropas já se concentravam perto de Metz e Thionville.

Neste dia o sr. Poincaré dizia ao embaixador inglês em Paris, para que o fizesse saber ao seu Govêrno:

«Estou convencido de que a paz entre as Potências está nas mãos da Grã-Bretanha. Se o Govêrno de Sua Majestade tornasse público que auxiliaria a França no caso dum conflito entre a França e a Alemanha, resultante das desavenças entre a Áustria e a Sérvia, não haveria guerra, pois que a Alemanha modificaria logo a sua atitude.»

E insistia:

«Uma declaração, agora, de que apoiaria a França, cujos desejos são de paz, impediria a Alemanha de declarar a guerra.»

Não podia o sr. Edward Grey ter dúvidas sôbre as conseqüências terríveis duma guerra europeia, e isso explica o seu empenho em procurar fórmulas que a evitassem. Mas, ao mesmo tempo, s. ex.ª não usava duma linguagem decisiva; escusava-se a tomar compromissos; e isso, na opinião dos seus diplomatas de

maior reputação, animava a Alemanha nos propósitos belicosos.

O sr. Edward Grey sabia que o conflito não ficaria circunscrito à Áustria e à Sérvia; sabia que a Rússia tomaria o partido da Sérvia, logo que a Áustria a atacasse; sabia, finalmente, que a Alemanha interviria, logo que a Rússia interviesse.

No seu memorando, ou nota de 24 de Julho, dissera o embaixador alemão:

«O govêrno imperial deseja que, sem demoras, o conflito se localize, porque tôda e qualquer intervenção por banda doutra Potência, dadas as obrigações dos Tratados, teria as conseqüências mais terríveis.»

A tibieza, a hesitação do sr. Edward Grey em face da conflagração que se anunciava, já induzira o embaixador alemão a crer que a Inglaterra se poria de fora, não pegando em armas. S. ex.ª sentiu, então, a necessidade de se explicar, a êste respeito, com alguma clareza, e falou assim ao seu embaixador em Berlim, em 29 de Julho:

«Disse ao embaixador alemão que considero a situação muito grave, mas que não interviríamos emquanto as questões em litigio forem só as que são. Se, porém, a Alemanha interviesse, e logo a seguir a França, consideraria ameaçados todos os interêsses europeus. Não quero que o tom amigável das nossas conversas, que desejo continuar, o induzam em êrro, acreditando que ficaríamos de fora.»

A esquadra inglêsa ia dispersar, para manobras, e o Govêrno ordenou que ela se conservasse concentrada, aguardando novas ordens. Pretendia o sr. Edward Grey que êste procedimento do Govêrno Inglês bastaria a

convencer a Alemanha de que a Inglaterra, generalizado o conflito, nêle entraria, pela forma e no sentido que lhe fôsse imposto pelas obrigações dos Tratados e pela defesa dos interêsses.

Tal não sucedia, porém, e, assim, o embaixador da Rússia, em 27 de Julho, disse ao sr. Edward Grey que na Alemanha e na Áustria todos acreditavam que a Inglaterra, em qualquer caso, se conservaria neutral.

Sabendo que assim era, o sr. Edward Grey não quis dizer a palavra decisiva, a palavra mágica, que teria evitado a guerra, se fôsse dita a tempo...

Em 28 de Julho o sr. Sazonof era de parecer que *a chave da situação estava em Berlim*, e considera a Inglaterra em melhor posição do que outra qualquer Potência para, junto do Govêrno Alemão, trabalhar pela causa da paz. Os acontecimentos precipitaram-se vertiginosamente, e logo no dia seguinte o sr. Sazonof, desalentado, ouvindo rugir, muito próxima, a tempestade, escreveu para o seu embaixador em Londres:

«Daqui em diante só nos resta ter confiança em que o Govêrno Britânico tome a iniciativa de dar os passos que houver por convenientes.»

Êsses passos, não os deu o sr. Edward Grey; e, na absorvente preocupação de só prover à defesa dos interêsses inglêses, sem deixar de cumprir as obrigações, juridicamente estipuladas, da Inglaterra, houve-se de maneira tal que a França e a Rússia chegaram até ao derradeiro momento sem saberem, ao certo, se a teriam do seu lado, sendo lícito à Alemanha e à Austria esperarem que a não teriam contra si.

XIV

Era opinião de Bismarck: — *Tôda a questão do Oriente não vale os ossos dum granadeiro da Pomerânia.*

Dir-se-ia que o sr. Lloyd George pensava, embora o não dissesse, que tôda a questão do Oriente não valia os ossos dum soldado inglês.

Convencidos estamos, e já muito explìcitamente o dissémos, que o sr. Edward Grey pretendeu evitar a guerra entre a Áustria e a Sérvia; mas foi indeciso e froixo na sua acção, talvez porque o conflito entre essas duas Potências, uma escravizada à Alemanha, e outra ìntimamente ligada à Rússia, não se afigurou ao seu espírito como sendo, na frase de Bismarck, *tôda a questão do Oriente.*

Em 20 de Julho, relatando ao sr. Humbold, encarregado dos negócios da Inglaterra em Berlim, a conversa que tivera com o embaixador alemão, s. ex.ª dizia:

«Preguntei hoje ao embaixador da Alemanha se tinha algumas notícias do que se estava passando em Viena com respeito à Sérvia.

. . . . . .

«O embaixador disse ter por certo que a Áustria não adoptaria qualquer procedimento que não fôsse baseado em factos que tornaria públicos.

«Disse-lhe que, a ser assim, mais fácil seria às outras Potências, a Rússia, por exemplo, recomendarem moderação em Belgrado. Na verdade, quanto mais razoáveis e mais justificadas forem as pretenções da Austria, tanto mais provável será que as coisas se arranjem.»

Outra linguagem não poderia ter um homem que sinceramente se empenhasse na resolução pacífica dum conflito que podia levar à guerra; mas, logo nesta conversa com o embaixador alemão, o sr. Edward Grey devia ter notado que Berlim se empenharia por que o conflito se resolvesse inteiramente à custa da Sérvia, fôsse qual fôsse a justificação que esta fizesse das culpas que lhe assacavam.

Copiamos do mesmo despacho algumas palavras que o sr. Edward Grey atribui ao embaixador alemão:

«Insistiu em que o ajuste da questão de que se trata se deve fazer ùnicamente entre a Áustria e a Sérvia, sem ingerência alguma entre estes dois Países.

.....

«Finalmente, Sua Excelência observa que desde há muito a Áustria estava sendo duma excessiva paciência para com a Sérvia.»

Pretender que a contenda entre a Áustria e a Sérvia fôsse decidida sem a intervenção de terceiros, era como deixar o lôbo discutir com o cordeiro para liquidar, segundo a melhor justiça, uma questão de direito.

Sabendo que a Áustria intimaria a Sérvia a dar-lhe satisfações completas no prazo de 48 horas, o sr. Edward Grey ponderou que era inconveniente fixar-se um prazo, sobretudo tão curto prazo; e ainda, procedendo assim, s. ex.ª mostrou desejos de que o conflito se localizasse, resolvendo-se amigàvelmente. E desde logo o sr. Edward Grey avisou de que uma

guerra em que interviessem a Áustria, a França, a Rússia e a Alemanha, importaria tal dispêndio de dinheiro, que poderia ocasionar a falência completa da indústria e do crédito da Europa.

Dizendo isto, o sr. Edward Grey mostrou ser capaz de ver bem a distância; mas, não figurando, desde logo, a hipótese da Inglaterra se lançar no conflito, permitiu que a Alemanha e a Áustria acreditassem na sua neutralidade.

O ponto de vista do sr. Edward Grey, tendo de considerar o conflito austro-sérvio, era o da paz da Europa, e por isso s. ex.ª, em 24 de Julho, num telegrama ao sr. Bunsen, embaixador inglês em Viena, dizia:

«Os fundamentos do conflito entre a Áustria e a Sérvia não eram assunto que interessasse o Govêrno de Sua Majestade...»

O sr. Edward Grey cometia um êrro grave, pensando desta maneira, pois tomava o crime de Serajevo pela verdadeira causa do conflito austro-sérvio, sem ver que êsse crime, essa fortuita ocorrência, nada mais era que um pretexto para a Áustria liquidar com a Sérvia uma questão velha e grave.

Nesta data já o sr. Edward Grey sabia que a França estava disposta a cumprir tôdas as suas obrigações de aliada da Rússia, e não lhe era lícito supor que a Rússia, visada pela Áustria, se deixaria ferir sem reagir, levando a sua reacção até onde fôsse possível, firmemente resolvida a não perder a alta situação que tinha entre os povos eslavos dos Balcans.

O sr. Buchanan, embaixador inglês em S. Petersbourg, tinha dito ao sr. Edward Grey:

«O embaixador de França deu-me a entender que a França cumpriria, sendo preciso, tôdas as obrigações

que lhe incumbissem por causa da sua aliança com a Rússia, e que a apoiaria fortemente em quaisquer negociações diplomáticas.»

Um conflito entre a Áustria e a Sérvia, circunscrito a estas duas Nações, não seria, por certo, tôda a questão do Oriente; mas, se nêsse conflito entrasse a Rússia, tendo de intervir nêle, por fôrça das Alianças, a França, aliada da Rússia, e a Alemanha, aliada da Áustria, o conflito inicial já seria mais do que a questão do Oriente, porque seria a conflagração na Europa.

Nada mais tendencioso, mas ao mesmo tempo nada mais elucidativo, do que o memorando que em 24 de Julho o embaixador alemão em Londres entregou ao Foreign Office. Aí se diz que a Sérvia trabalhava por desanexar da Áustria as províncias eslavónicas do sul da Monarquia austro-húngara, empenhando-se nêsse trabalho membros do Govêrno e do exército.

E rematava com estas inequívocas palavras:

«O Govêrno Imperial deseja frizar bem que no caso presente o assunto em discussão tem de ser resolvido entre a Áustria e a Sérvia, abstendo-se de nêle intervirem as grandes Potências. O Govêrno Imperial deseja que prontamente o conflito se localize, porque a intervenção de qualquer outra Potência teria conseqüências incalculáveis.»

Quem falava assim, tão alto e tão claro, pretendia fazer-se entender; mas o sr. Edward Grey, à fôrça de não querer tomar compromissos, deixava que a campanha diplomática conduzisse ao facto guerreiro,

XV

Junto do Govêrno sérvio, por intermédio do seu embaixador em Belgrado, o sr. Edward Grey esforçou-se por que o conflito austro-sérvio não passasse de borrasca diplomática, aconselhando uma resposta a Viena que fôsse o mais possível favorável, sem quebra de interêsses e de brio nacional. Alguns dos pontos sôbre que reclamava a Áustria, achava-os o sr. Edward Grey perfeitamente atendíveis, e a êsses queria que a Sérvia désse uma resposta inteiramente satisfatória.

Para os interêsses da paz — dizia o sr. Edward Grey — mais valia que a Inglaterra se limitasse, de começo, a ser medianeira entre Berlim e Viena, tornando-se aliada da Rússia e da França, mais tarde, quando fôsse manifesto que a sua mediação fracassara.

O sr. Edward Grey sabia que Berlim faltava à verdade quando afirmava que não tivera prévio conhecimento do ultimato enviado pela Áustria à Sérvia, o que devia convencê-lo de que a Alemanha, a despeito de tudo, e através de tudo, se esforçaria por tornar inevitável a guerra. Sabendo que a Rússia se não desinteressaria da Sérvia, a Áustria não se atreveria a bombardear Belgrado se não tivesse a certeza de que a Alemanha estaria inteiramente com ela, jogando a mesma cartada.

Em 25 de Julho o sr. Edward Grey soube que o Ministro da Áustria tinha partido de Belgrado e o Govêrno sérvio tinha ido alojar-se em Nish, retirando também o corpo diplomático.

Não foi isto bastante para o sr. Edward Grey se convencer de que o conflito austro-sérvio tinha de resolver-se pelas armas ; e o facto, se denuncia um absorvente desejo de paz, também pode significar uma atitude egoista, deixando que se avizinhe a catástrofe sem empenhar o supremo esfôrço para evitar a sua eclosão.

É muito interessante o que disse o sr. Bunsen, embaixador inglês em Viena, ao sr. Edward Grey, e que consta de um telegrama de 27 de Julho :

«A impressão que se forma no meu espírito é que a nota austro-húngara foi redigida de modo a tornar a guerra inevitável ; que o Govêrno austro-húngaro está inteiramente resolvido a fazer a guerra à Sérvia ; que considera a posição da Áustria, como grande Potência, em perigo, e que até que haja castigado a Sérvia não é provável que atenda propostas de mediação.»

O sr. Bunsen, diplomata avisado, não teria falado assim ao sr. Edward Grey se não estivesse absolutamente seguro do que via e do que ouvia, certo de que os olhos lhe não mentiam e os seus ouvidos o não enganavam.

Não é de crer que o embaixador da Rússia em Londres não tivesse comunicado ao sr. Grey estas informações que, por telegrama, recebeu do sr. Sazonof :

«As minhas entrevistas com o embaixador alemão radicam o meu convencimento de que a Alemanha mais estimula do que corrige a atitude provocadora adoptada pela Áustria.»

Dissera o Govêrno austríaco que, expirado o prazo final para a resposta da Sérvia, caso essa resposta não fôsse satisfatória, a Áustria começaria os seus preparativos militares, apenas preparativos e não operações militares.

Pois o sr. Bunsen, tendo-se avistado com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Áustria, no dia 28, faz ao sr. Edward Grey esta comunicação:

«Sua Excelência declarou que a Áustria-Hungria não pode demorar as operações de guerra contra a Sérvia, e que teria de recusar qualquer negociação sugerida e que fôsse baseada na resposta sérvia.»

Era preciso que o sr. Edward Grey se obstinasse muito no seu propósito de não intervir num conflito balcânico, mesmo que êle ameaçasse a paz da Europa, para não ver que a Austria e a Alemanha marchavam com rumo à guerra, só fingindo que a não queriam para ganharem tempo.

Já alguns navios sérvios tinham sido capturados ou alvejados por um monitor hungaro, em Orsova, no Danúbio, e ainda o sr. Grey explicava que a conferência internacional que propusera não era de modo algum um tribunal de arbitragem.

O sr. Goechen, embaixador da Inglaterra em Berlim, por telegrama de 28 de Julho, informou o sr. Edward Grey duma conversa que tivera com o Chanceler do Império:

«Sua Excelência disse que não desejava discutir a nota sérvia, mas que o ponto de vista da Áustria, com o qual concordava, era que o seu litígio com a Sérvia era um assunto puramente austríaco, com o qual nada tinha que ver a Rússia.»

E acrescentava esta informação preciosa:

«O meu colega austríaco disse-me hoje que uma guerra geral era muito pouco provável, visto a Rússia não a querer nem estar preparada para ela. Julgo que muita gente aqui é desta opinião.»

Ao passo que a Alemanha recusa a Conferência proposta pelo sr. Grey, porque ela seria um Areópago, a Áustria recusa a proposta da Rússia para uma conversa directa, sem intermediários, entre Viena e S. Petersbourg.

Não obstante, o sr. Grey mostra-se duma ternura infinita para com o Chanceler, e, confiando na sua boa vontade para conjurar o perigo, diz ao seu embaixador em Berlim :

«Se êle puder contentar a Rússia, abstendo-se de com ela se pôr em conflito, todos seremos gratos a Sua Excelência por ter salvo a paz da Europa.»

¡ O que devia ter custado ao Chanceler reprimir uma gargalhada quando o sr. Goechen lhe comunicou êstes dizeres do sr. Grey !

Documento de grande importância é o telegrama do sr. Beaumont, encarregado de negócios em Constantinopla, ao sr. Edward Grey :

«Presumo que os desígnios da Áustria possam ir muito além do «sanjak» e duma ocupação, como castigo, do território sérvio. Deduzi isto duma observação que ouvi ao embaixador da Áustria aqui, falando da situação económica deplorável de Salónica sob a administração grega e do auxílio com que o exército austríaco poderia contar por banda da população muçulmana, descontente com o domínio sérvio.»

Salonica... população muçulmana descontente...

Se estas expressões não fizeram compreender ao sr. Edward Grey a íntima natureza do conflito austro-sérvio ; se elas lhe não explicaram suficientemente a atitude da Alemanha, arredando tôdas as soluções pacíficas, então forçoso é acreditar que ou s. ex.ª fechava os olhos para não ver, ou uma idéa fixa o prendia a um monoideísmo muito próximo da cegueira.

XVI

No próprio dia 29 de Julho, em que o sr. Edward Grey diz ao embaixador alemão em Londres que um acôrdo directo entre a Áustria e a Rússia seria a melhor solução, nêsse mesmo dia o Chanceler convida o sr. Goschen, embaixador da Inglaterra em Berlim, para uma entrevista, e pretende ajustar com êle a neutralidade da Inglaterra, no caso da Alemanha vir a guerrear com a França.

O melhor é transcrevermos:

«Sob condição de ficar neutral a Grã-Bretanha, dar-se-iam ao govêrno britânico tôdas as garantias de não vir o Govêrno Imperial a adquirir território à custa da França, desde que a Alemanha a vencesse na guerra em que se empenhassem.

«Interroguei Sua Excelência com respeito às colónias francesas e respondeu-me que a êsse respeito não estava habilitado a tomar compromissos.»

Mais claro... só o gêlo dos polos.

Vencida a França, a Alemanha respeitaria a sua integridade territorial na Europa, fazendo-a perder, naturalmente por imposições do vencedor, a sua categoria

de grande Potência, e tomaria conta de tôdas ou parte das suas colónias.

O golpe de Tânger, em 1905, o golpe de Agadir, em 1911, tendo falhado quási por completo, produziriam agora tôdas as suas conseqüências, isto é, a Alemanha instalar-se, substituindo a França, no norte de África, e tomando posse de todo o Congo francês, para ligar as duas costas africanas, com a Tangânica de permeio.

A ocupação da Argélia e da Tunísia era a porta aberta para a Alemanha se instalar em Marrocos, e a condição para ela intrigar no Egipto contra a Inglaterra, propósito que já a levara, impondo-se sacrifícios, a fazer o caminho de ferro de Bagdad.

O sr. Edward Grey devia ter percebido isto na atrevida proposta do Chanceler, mas não se deu por avisado.

Em 30 de Julho o sr. Edward Grey tomava conhecimento de que dissera o embaixador da Áustria em S. Petersbourg ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, e ainda isso não foi bastante para o convencer de que a guerra, uma guerra generalizada, era inevitável.

Transcrevamos :

«Disse-me também que o Govêrno austro-húngaro, tendo decidido, muito contra sua vontade, as medidas enérgicas que adoptou contra a Sérvia, já não podia recuar nem discutir os termos da nota austro-húngara».

Aqui temos a Áustria a confessar que procedera por virtude duma vontade que não era a sua, e ninguém, muito menos o sr. Edward Grey, se perderia em conjecturas para vir a descobrir que essa vontade era a da Alemanha.

O sr. Edward Grey respondeu dignamente à proposta do Chanceler, para se conservar neutra a Inglaterra no

caso de uma guerra entre a França e a Alemanha ; mas a preocupação de conservar a sua liberdade levou-o a falar de modo a animar a Alemanha nos seus propósitos belicosos. Aceitar a proposta do Chanceler, diz o sr. Grey, seria uma infâmia, mas nem perante ela s. ex.ª se resolveu a marcar uma atitude que não permitisse dúvidas.

Disse o sr. Grey:

«Devemos conservar a nossa plena liberdade de operar conforme as circunstâncias, segundo o nosso critério, nos aconselharem, se vierem a realizar-se as previsões, cheias de perigos, do Chanceler.»

Empenho em que o conflito austro-sérvio se localizasse, tinha-o e manifestava-o, a tal ponto, o sr. Edward Grey, que já a Áustria ocupava Belgrado e territórios circunvizinhos, e ainda s. ex.ª propunha fórmulas de conciliação.

«Se a Áustria, tendo ocupado Belgrado e o território sérvio vizinho, se declarasse pronta, no interêsse da paz europeia, a cessar o seu avanço e discutir por maneira a chegar-se a um acôrdo, estou certo de que a Rússia consentiria em suspender os seus preparativos militares, para discutir, contanto que as outras Potências fizessem a mesma coisa.»

O sr. Edward Grey não ignorava que na véspera a Rússia tinha decretado a mobilização parcial ; que a Alemanha vinha a fazer, havia uma semana, preparativos inequívocos de guerra próxima, de guerra a curto prazo, e sabia que não se pára fàcilmente a meio duma ladeira, sobretudo quando se entra a descê-la em marcha rápida.

Sabendo, em 30 de Julho, que os postos avançados alemães estavam na fronteira germano-francesa; que por duas vezes patrulhas alemãs tinham violado o território de França; que dois corpos de exército, o 15.º, vindo de Strasburgo, e o 16.º, de Metz, reforçado por tropas vindas de Treves e de Colónia, se achavam em presença dos postos avançados de França, recuados de dez quilómetros da linha de fronteira; sabendo que os habitantes de Alsácia e da Lorena já não podiam atravessar a fronteira, sob pena de serem fuzilados; sabendo tudo isto, o sr. Edward Grey ainda esperava, em 31 de Julho, que a conversa entre a Rússia e a Áustria conduzisse a resultados satisfatórios!

Nêste mesmo dia, o sr. Goschen comunicava ao sr. Grey ter-lhe dito o Chanceler que a Alemanha proclamaria imediatamente o «Kriegsgefahr» — perigo de guerra — seguindo-se-lhe a mobilização, alegando proceder assim por ter a Rússia mobilizado todo o seu exército e tôda a sua esquadra.

Tão obstinadamente se mostrava optimista o sr. Grey, que no mesmo telegrama, datado de 31 de Julho, em que comunicava ao seu embaixador em Paris ter consultado os Govêrnos francês e alemão sôbre se respeitariam a neutralidade da Bélgica, tinha estas palavras cândidas, dignas do famoso Cândido, de Voltaire: — *Ainda espero que a situação não seja irreparável...*

Nêste mesmo dia a Austria decreta a mobilização geral do seu exército e da sua armada; a Alemanha decreta o perigo de guerra, acto precursor imediato da mobilização geral, e manda um ultimato à Rússia, para que desmobilize, intimando ao mesmo tempo a França a responder-lhe, em prazo marcado, qual será a sua atitude no caso dela ter de vir às mãos com a Rússia. ¿Cessaram agora os optimismos do sr. Edward Grey?

Em 1 de Agôsto telegrafou s. ex.ª ao seu embaixador em Berlim :

«Ainda julgo possível assegurar a paz, se puder ganhar-se algum tempo antes que alguma das grandes Potências comece a guerra».

Como teria procedido, achando-se no lugar do sr. Edward Grey, o dr. Pangloss ? !...

XVII

A Alemanha não aceitou a conferência proposta pelo sr. Edward Grey para resolver o conflito austro-russo, e também não aceitou o alvitre da Rússia para que o caso fosse submetido ao tribunal da Haia. A Áustria, tendo começado por aceitar conversa com S. Petersbourg, sôbre o assunto, a breve trecho interrompeu essa conversa, receosa de lhe escapar o ensejo de ajustar com a Sérvia, pelas armas, contas velhas que estavam em aberto...

Mais tarde, quando já era impossível pôr um dique eficaz na corrente que levava os povos para a guerra, corrente impetuosa e transbordante, a Áustria teve a hipocrisia de se declarar pronta a discutir o teor do seu ultimato à Sérvia, sem dúvida para se dar ares, perante o mundo e perante a História, de querer a paz, e também para ganhar tempo, ela e a Alemanha, em termos que, ao entrarem na luta, tivessem o maior número de probabilidades de saírem vitoriosas.

Em 31 de Julho o sr. Sazonof comunicava ao embaixador russo em Londres o seguinte telegrama, para o levar ao conhecimento do sr. Grey:

«O embaixador austro-húngaro declarou que o seu

Govêrno estava pronto a discutir o teor do ultimato austríaco à Sérvia. O sr. Sazonof respondeu exprimindo a sua satisfação e dizendo que o melhor seria as discussões terem lugar em Londres, com a participação das grandes Potências.»

No dia seguinte estava declarado o estado de guerra entre a Alemanha e a Rússia; no dia 2 era declarado o estado de guerra entre a Alemanha e a Bélgica; e no dia 3 o embaixador alemão em Paris reclamava os seus passaportes.

Quer dizer, quando já estava ateado o incêndio, tão intenso e tão largo que nada o poderia sufocar, a Áustria apresenta-se com um ramo de oliveira na mão, a dizer que queria a paz...

É curioso notar que só em 6 de Agosto foi declarado o estado de guerra entre a Áustria e a Rússia, tendo-se conservado o embaixador austro-húngaro em S. Petersbourg até êsse momento. A Alemanha fez ir a Áustria adiante na intriga para se tornar inevitável a guerra; mas, quando viu as coisas em bom ponto, afastou-a com o cotovêlo, tomando-lhe o passo.

Vale a pena conhecer os telegramas que entre si trocaram, nos últimos dias de Julho, o Imperador Nicolau e o Imperador Guilherme. Vê-se bem que o czar desejava a paz, e vê-se igualmente que o kaiser desejava a guerra, diligenciando sempre que sôbre a Rússia viessem a recair as respectivas responsabilidades. Guilherme justifica o procedimento da Áustria para com a Sérvia, porque Nicolau, no seu telegrama de 29 de Julho, escreve estas palavras: — *Uma guerra vergonhosa foi declarada a uma nação fraca; eu participo, intimamente, da indignação que lavra em Paris.* Êle repudia-as com indignação, e exorta a Rússia a conservar-se espectante, deixando os dois contendores liquidarem o seu pleito, e formula esta clara ameaça:

«Naturalmente medidas militares da Rússia, que a Áustria-Hungria pudesse considerar como tomadas contra ela, apressariam uma calamidade que nós antes precisamos evitar, e tornaria impossível o meu papel mediador, que da melhor vontade aceitei quando tu apelaste para a minha amizade, solicitando o meu auxílio.»

Nicolau diz, terminantemente, que é impossível suspender os preparativos militares, visando apenas a Áustria, no sentido de defesa ; mas Guilherme declara-se ameaçado por êsses preparativos, e sôbre Nicolau quere fazer pesar, inteiras e completas, as tremendas responsabilidades da guerra.

O último telegrama de Guilherme para Nicolau precede de algumas horas apenas a declaração de guerra feita pelo Govêrno de Berlim ao de S. Petersbourg.

Nêsse telegrama diz Guilherme :

«Uma resposta imediata, clara, nada equívoca, do teu Govêrno, é o único meio de conjurar uma calamidade incomensurável.»

Tem êste telegrama a data de 1 de Agôsto ; nêste mesmo dia, pelas 7 horas da tarde, a declaração de guerra chegava a S. Petersbourg.

Nos últimos dias, isto é, quando já o conflito austro-sérvio deixara de ser uma questão balcânica, para ser uma questão europeia, a Áustria mostrou tendências conciliadoras, indo até ao ponto de aceitar a revisão do seu ultimato à Sérvia. Certamente, êste procedimento lhe era aconselhado pela Alemanha, e a outra coisa não visava senão a fazer recair sôbre a Rússia a responsabilidade da guerra.

Não se iludia o Imperador Guilherme sôbre as conseqüências da tempestade que ia presenciar-se, afectando o mundo inteiro.

Dizia êle, num dos seus telegramas a Nicolau:

«Fui ao extremo limite do possível nos meus esforços para manter a paz. Não recairá sôbre mim a responsabilidade do terrível desastre que ameaça agora todo o mundo civilizado.»

Convém saber que o Presidente da República Francesa, acompanhado do seu Presidente do Conselho, foi de visita ao Imperador Nicolau em Julho de 1914, e que se achava em S. Petersbourg quando as relações entre a Áustria e a Sérvia se tornaram tais, que já era manifesto aos olhos de todos os que sabiam ver que o conflito resvalaria do campo diplomático aos campos de batalha.

A Alemanha desejaria que os acontecimentos se precipitassem, vindo a guerra a declarar-se entre ela e a França antes que o sr. Poincaré regressasse ao Eliseu.

Comunicações de maior importância foram expedidas de bordo do *France*, que era o navio em que o Presidente viajava; e sem dúvida o Govêrno de Berlim entendia que a ausência do Chefe do Estado, para mais somada à ausência do Chefe do Govêrno, colocaria a França em más condições para conduzir bem uma grande batalha diplomática, ao cabo da qual estava a guerra impreterível.

Apraz-nos acreditar que o leitor não está aborrecido de quanto lhe temos dito, com alguns detalhes, acêrca do conflito austro-sérvio, esforçando-nos por lhe fornecer os necessários elementos de informação para julgar, por si, àcêrca dos bons fundamentos com que dizemos que a Alemanha quis a guerra e a Grã-Bretanha, mercê das indecisões do sr. Edward Grey, não soube evitá-la.

E pois que contamos, talvez excessivamente, com a sua benevolência, antes de passarmos adiante, para reatarmos o nosso estudo do *Livro Branco*, permitir-nos-hemos dizer ainda alguma coisa sôbre a questão dos Balcans.

XVIII

O *Primeiro* inglês, fôsse êle qual fôsse, não podia ter ilusões acêrca da generalização do conflito austro-sérvio, caso êste viesse a ser liquidado pelas armas.

Em presença do ultimato que a Áustria enviou à Sérvia, considerando a atitude da Alemanha, a *pousser* à guerra com o desespêro de quem agarra a ocasião pelos cabelos, o sr. Edward Grey devia perceber que a questão balcânica a derimir entre os gabinetes de Viena e Belgrado seria a faúlha caída num barril de pólvora, determinando uma explosão com tremendas repercussões a distância.

Mas admitamos que o conflito se limitava, isto é, que só a Áustria e a Sérvia se batiam, por meio de notas diplomáticas, se a Sérvia se resignasse à humilhação que lhe queriam impor, ou por meio das armas, se a Sérvia não quisesse submeter-se, preferindo a derrota ao enxovalho, uma e outra coisa tendo por efeito a deminuïção do seu território ou a perda da sua independência — caso não fôssem as duas ao mesmo tempo.

Admitamos esta hipótese, e vejamos se o facto da questão ser meramente balcânica explicava a atitude do sr. Grey, deixando que a Alemanha contasse, até à última hora, com a sua neutralidade, e fazendo com que

a Rússia, até à última hora, não contasse com a sua intervenção.

Vencida pelas armas ou vencida pela diplomacia, obrigada a aceitar da Áustria a lei do vencedor, a Sérvia perderia a situação privilegiada que tinha entre os povos eslavos da península balcânica, consolidando-se, a despeito de todos êles, com prejuízo da Rússia, a dominação do império austro-húngaro.

A Bulgária seria obrigada a entrar na esfera de influência da Áustria, bem como todo o litoral do Adriático na sua costa oriental, e assim a Alemanha, por intermédio da Áustria, ficaria com duas saídas para o Mediterrâneo — uma pelo Adriático, que nunca mais poderia ser o lago sonhado pela Itália; outra por Salónica, liquidada a velha e complicada questão macedoniana. A germanização dos eslovénios prosseguiria, intensificando-se, e a Itália, que sempre reputou de somenos valor a sua fronteira militar, pelo lado da Áustria, reconheceria agora que menos do que ela valeria o Adriático, sua fronteira no Oriente. Era crença geral, na Alemanha, que por morte de Francisco José o seu Império se desmembraria, e êsse seria o momento da Alemanha, na liquidação, reclamar a parte que lhe competia — *quia nominor leo*. Os povos eslavos e eslovénios sôbre que a Áustria exerce dominação, por qualquer forma, são mais germanos que magiares, e isso serviria de razão ou pretexto à Alemanha para os chamar para dentro da sua esfera de acção, para os fazer entrar na sua zona de influência, para nos servirmos duma linguagem consagrada. Salonica, em comunicação directa por caminhos de ferro com Hamburgo, seria uma base naval da Alemanha no mar do Arquipélago, que nada mais é do que um enorme divertículo, um gôlfo descomunal, em grandeza, do Mediterrâneo. Já na posse do caminho de ferro de Bagdad, a Alemanha ficaria assim habilitada a ameaçar a Inglaterra na Ásia e no Egipto, pouco lhe importan-

do agora que a Inglaterra, mancomunada com a França, a não tivesse deixado tomar posição em Marrocos, sem todavia se dispensar de lhe aumentar, à custa da França, os seus domínios na África Central. A Turquia vinha a ser germanizada de muito longe, e coisa fácil seria à Alemanha, estabelecido o seu predomínio nos Balcans, obrigar o turco a *deménager* da Europa, instalando-se o teutão em Constantinopla. A questão dos Estreitos, velha e tormentosa questão, ficaria assim resolvida em favor dos Impérios Centrais, para não dizermos em favor da Alemanha, e o Mar Negro, convertido num lago austro-alemão, ficaria definitivamente perdido para a Rússia, barreira mais forte que os Urais a interceptar-lhe o caminho, por via do Mediterrâneo, com a Europa Central.

Considere-se a influência que tudo isto teria, por um lado, entre as populações eslavas, sempre esperançadas na hegemonia da Rússia, por outro lado, nas populações muçulmanas da Ásia Menor e do Norte de África, sempre obedientes à Grã-Bretanha, e digam-nos se tem justificação o procedimento do sr. Edward Grey, mostrando-se hesitante, perplexo ante o conflito austro-sérvio, deixando que êle se tornasse irredutível, e, pelas suas hesitações, pela sua perplexidade, dando lugar a que viesse a dar-se a geral conflagração.

Se a Inglaterra pudesse ter algum interêsse atendível em que a Áustria liquidasse, em seu favor e da Áustria, a questão balcânica, já velha e sempre actual; se uma guerra como a que se iniciou em Agôsto de 1914 pudesse ser favorável à Grã-Bretanha, não a arrastando, contra sua vontade, para a refrega, dir-se-ia que as hesitações do sr. Edward Grey foram calculadas, que a sua perplexidade foi hipócrita, que êle procedeu calculadamente para que essa conflagração se désse, ficando-lhe o direito de lavar as mãos como Pilatos, tendo feito, ostensivamente, quanto podia fazer para a evi-

tar. Na Inglaterra ninguém ousou formular uma semelhante suspeita; mas o sr. Edward Grey, tendo conduzido os preliminares da guerra, na sua qualidade de Ministro dos Negócios Estrangeiros, foi afastado, a breve trecho, significando êste ostracismo o castigo da sua política de maromba...

Tampouco em França alguém se lembrou de lançar sôbre o sr. Edward Grey as responsabilidades da guerra, não querendo ou não sabendo evitá-la; mas, na intimidade das conversas entre políticos, o *Primeiro* inglês era criticado com dureza, como encarnação daquela fé púnica que se diz a Inglaterra ter herdado de Cartago.

O panslavismo, arrumada a questão balcânica em benefício dos Impérios Centrais, sofreria um grande golpe, que afectaria a Rússia, relegando-a para um plano inferior no grupo das grandes Potências, e o muçulmanismo, ou porque a Turquia fôsse dominada pela Alemanha, ou porque, conservando embora a sua independência tradicional, com acidentes vários através da História, entrasse na esfera da influência germânica, o muçulmanismo seria uma fôrça perdida para a Inglaterra, a breve trecho sem autoridade de qualquer espécie na Ásia Menor, gravemente perturbada no Egipto, e dentro em pouco, em nome da religião mais que dos interêsses materiais, em luta com as populações da Índia, obedientes à voz do Imperador dos crentes.

Ter uma base naval em Salonica era ter aberto o caminho para a Ásia, navegando pelo Mediterrâneo e Canal de Suez; e ter o caminho de ferro de Bagdad era ter garantido o acesso ao gôlfo Pérsico, acalentado sonho da Alemanha.

Mas é lícito preguntar, e esta pregunta suscita uma terrível dúvida: ¿A Alemanha moderaria os seus propósitos guerreiros, se a Inglaterra — com um maior sentimento das realidades, numa previsão mais segura dos

acontecimentos, mais decidida, mais franca, menos estreitamente egoísta — logo que o conflito austro-sérvio entrou na fase das questões irredutíveis, por meios suasórios ou políticos, tivesse declarado que em nome dos seus interêsses e dos seus contratos ou entendimentos, tomaria o partido da França e da Rússia?

XIX

A Rússia tinha-se esgotado a lutar com o Japão, a tal ponto que, em 1908, quando a Áustria se apoderou da Bósnia e da Herzegovina, ela não pôde tomar a atitude que lhe era aconselhada pelos seus interêsses nos Balcans. Sucede ainda que a Rússia é duma extensão infinita, do que resulta, naturalmente, ter um coeficiente de elasticidade tão considerável que dificilmente os que a invadem podem reduzi-la, tôda ela, à obediência. Mas se a sua desmesurada extensão lhe dá vantagens para resistir, algumas desvantagens importa para a sua qualidade de ofensor.

Na guerra russo-japonesa haviam-se patenteado todos os graves defeitos da organização militar do exército moscovita, sendo o maior de todos êles o sistema dos seus serviços administrativos, duma importância decisiva em campanha.

Não vale a pena dizer que esta guerra nunca foi popular na Rússia, antes os seus espíritos mais elevados, duma forma geral todos os que viviam no anseio de se libertarem do férreo despotismo czariano, desejavam a vitória do Japão, considerando-a, não como uma vitória sôbre a Nação russa, mas tam sòmente como uma vitória sôbre o regimen despótico e crapuloso.

Fôsse como fôsse, em Julho de 1914 a Alemanha

considerava a Rússia, sob o ponto de vista militar, como um inimigo pouco de recear, para mais tendo de combater contra duas potências essencialmente guerreiras — os Impérios Centrais.

A Sérvia tinha feito as duas guerras balcânicas de 1912 e 1913, guerras em que se afirmara brilhantemente o seu exército, primeiro como aliado e depois como inimigo da Bulgária, valente até ao heroísmo, superiormente comandado, e em tôdas as circunstâncias dando provas duma rígida disciplina, condição *sine qua non* de triunfo nos campos de batalha. Grande seria a resistência da Sérvia a um ataque feito pela Áustria; mas porque dispunha de poucas unidades, a Áustria não teria que arremessar contra ela mais do que uma fracção do seu exército, arremessando o grosso das suas tropas contra o urso moscovita. Bismarck tinha dito — *sou austríaco na Sérvia e sou russo na Bulgária;* mas, já depois dêle o ter dito, muita água correra por baixo das pontes, e os sucessos políticos dos Balcans de tal modo se baralharam, que êle já não repetiria a sua frase, se conseguisse uma licença de Belzebut para voltar a êste mundo. Também êle tinha dito que *a Inglaterra é mais importante para nós que Zanzibar,* significando assim que a amizade inglêsa devia estar na casa dianteira de tôda a política exterior da Alemanha.

Com a Bulgária contava a Áustria, e com a Turquia contava a Alemanha, desde há muito instalada em Constantinopla, encarregada de organizar o seu exército, por missões várias, a primeira das quais foi instituída em 1837. Os povos eslavos das províncias austríacas do sul quedar-se-iam aguardando os definitivos resultados da luta com a Sérvia, e assim a guerra nos Balcans nada mais seria do que minúsculo episódio da guerra entre a Áustria e a Alemanha, dum lado, e a Rússia, do outro. A Roménia, desde que lhe assegurassem a fronteira que obtivera, pelo lado da Bulgária, nos acor-

dos e tratados de 1913, guardaria de Conrado o prudente silêncio, isto é, manter-se-ia neutral.

¿E a Itália, o que faria ? !

A Itália, como magra compensação do que lhe tiravam na costa oriental do Adriático, já se instalara na Tripolitana, desalojando os turcos, e por feliz se daria conservando-se o *statu quo* continental a seu respeito. Já na Albânia se instalara um príncipe alemão, que a França, obediente ao velho preceito — *à mauvaise affaire bonne mine*, tinha declarado ser uma vergôntea da família real da Roménia. De resto, que na costa oriental do Adriático mandassem os austríacos ou viessem a mandar os sérvios, à Itália pouco importava, desde que era um estranho a mandar em sua casa, isto é, ocupando territórios cuja posse ela reivindica, não com base em direitos históricos, com fundamento em razões étnicas, mas em nome dos seus interêsses superiores, sendo o maior de todos a sua segurança, ameaçada ou comprometida.

O conflito austro-sérvio não podia ser localizado, desde que tivesse de ser resolvido pelas armas, mas, ainda que isso fôsse possível, e se fizesse, a Inglaterra não poderia alhear-se dêle, pelas conseqüências enormes que teria. Tôda a costa oriental do Adriático ficaria, definitivamente, sob a dominação dos Impérios Centrais, e ainda a favor dêles se liquidaria a questão balcânica, tornando-se Salonica a base naval da Alemanha, sendo ao mesmo tempo testa de caminho de ferro Hamburgo-Belgrado,

A Bulgária, de formação recente, como Estado soberano, entraria na esfera de influência da Áustria, e a Roménia, no justificado receio de perder tudo, acomodar-se-ia com a situação criada, esforçando-se por viver na sua precária independência. Talvez que à Alemanha não conviesse expulsar os turcos da Europa, nem precisava fazê-lo, para realizar o seu acalentado sonho,

antes mais lhe conviria servir-se do Sultão, aproveitando o seu prestígio como Imperador dos Crentes. Largamente instalada na Ásia Menor, na posse da maior parte dos caminhos de ferro da Anatólia, e concessionária do caminho de ferro que tem a sua estação términus em Bagdad, a Alemanha já se abrira caminho para o gôlfo Pérsico, encurtando consideràvelmente a distância entre Hamburgo e Bombaim, o que para a Inglaterra não podia ser indiferente, a menos que se desinteressasse do seu império asiático.

XX

Contra os maus vizinhos tôdas as cautelas são poucas, e a Rússia nunca foi para a Alemanha uma boa vizinhança. Na evolução política da Europa são várias as relações entre estas duas grandes Potências, umas vezes amigas, outras vezes inimigas, consoante os interêsses que tinha cada uma a defender. Não só a Alemanha mostrou sempre grande cuidado em fortificar a sua fronteira leste, mas foi até ao ponto de colocar as avançadas dessa defesa em território russo.

De que maneira?

Estabelecendo colónias nas províncias mais ocidentais da Rússia, os Bancos da Alemanha adiantando, a juro módico, o dinheiro necessário para essas colónias adquirirem terras e iniciarem a sua exploração. No caso de guerra entre os dois Países, se a Alemanha tomasse a ofensiva, teria na Rússia quem lhe facilitasse o avanço; no caso de ser a Rússia quem tomasse a ofensiva, os colonos alemães ofereciam à marcha dos exércitos moscovitas uma resistência vantajosa, amortecendo-lhes o choque e retardando-lhes a marcha. Na Volhinia, por exemplo, o número de colonos chegou a ser de mais de cem mil.

Viu-se a Rússia obrigada a adoptar providências contra esta manobra alemã, e a que lhe pareceu mais efi-

caz foi a de proïbir que nas suas provincias da fronteira ocidental pudessem adquirir terrenos individuos que não fôssem russos, e não quaisquer russos, mas os que seguissem a religião ortodoxa — russos da mais pura gema.— A Alemanha teve a resposta pronta: — autorizou os seus colonos a adquirirem a nacionalidade russa, sem perderem a qualidade de cidadãos alemães.

Quer isto dizer que a Alemanha tinha figurado, a sério, uma guerra com a Rússia, e para essa hipótese se prevenira, adoptando providências eficazes.

Mas ¿ seria certo intervir a Rússia, no caso da Áustria atacar a Sérvia ?

Talvez ela se dispensasse duma semelhante intervenção, no caso da Áustria declarar que não pretendia deminuir territorialmente a Sérvia; não pretendia lesar a sua soberania, limitando-se a aplicar-lhe uma severa correcção pelas responsabilidades que lhe atribuía no crime de Serajevo.

Para mais a Rússia não se vira apoiada pela França e pela Inglaterra, em 1908, quando a Áustria anexou a Bósnia, e já depois disso, em 1910, êsses dois aliados se lhe tinham mostrado hostis por motivo de rigorosas medidas que ela adoptara para a Finlândia, a chocar uma grave insurreição. Sucedia ainda que a Alemanha prometera à Rússia dar-lhe concessões nas margens do Mar Negro e abrir-lhe um caminho expedito até ao gôlfo Pérsico através da Pérsia.

Contava a Alemanha que tudo isto pudesse levar a Rússia a não fazer do conflito austro-sérvio um *casus belis,* menos interessada nos Balcans desde que lhe faziam vantagens consideráveis na Asia Menor.

Mas que assim não fôsse, a Rússia não era inimiga que fizesse trepidar a Alemanha, ainda mesmo que a França, para honrar a sua assinatura, se pusesse do seu lado, pronta a combater.

Mas ¿ não podia dar-se o caso do conflito austro-sér-

vio ser a ocasião de ressuscitar, agora com mais intensidade do que nunca, a velha questão balcânica ?

A êste respeito a Alemanha estava descansada, impossível como sempre fôra pôrem-se de acôrdo as Nações balcânicas, e essa impossibilidade revelara-se ainda recentemente, por ocasião das últimas guerras balcânicas, em 1912 e 1913. A Sérvia, a Bulgária e a Grécia uniram-se contra a Turquia, mas não tardou que a Sérvia se pegasse com a Bulgária, que a Grécia se pegasse com a Sérvia, não tardando igualmente que a Roménia, alegando a necessidade de melhorar a sua fronteira, pelo lado da Bulgária, saisse da sua neutralidade para se lançar na refrega.

A Turquia, para quem o pangermanismo repugnava mais que o panslavismo, tomaria o partido da Alemanha, tanto mais que lhe acudira esta numa hora de graves dificuldades financeiras, com 150 milhões de francos, precisamente quando a França, sua aliada, lhe negava dinheiro. Para mais, o Imperador Guilherme fôra de visita a Constantinopla, pouco antes, alongara a sua visita até Jerusalém, e teatralmente, com uma sinceridade de palco, dissera ao mundo islamita : contai comigo ; serei o vosso protector.

A Roménia era uma incógnita, mas em 1911 falara-se dum acôrdo secreto entre ela e a Turquia, e porque entre as famílias reais da Roménia e da Alemanha havia relações de parentesco, o mais provável era a Roménia, não se conservando neutral, seguir o partido dos Impérios Centrais.

A anexação da Bósnia viera tornar mais largo o abismo que separava a Áustria da Turquia, mas para dentro de êsse abismo a Áustria atirara os territórios do Novi-Bazar, e ainda por cima tivera a condescendência de dizer ao Govêrno turco que renunciava às capitulações, se as demais Potências fizessem a mesma renúncia !

Se a guerra tivesse de ficar circunscrita às Nações directamente interessadas na política dos Balcans, intervindo a Rússia como protectora da Sérvia e intervindo a Alemanha como aliada da Áustria, a vitória seria absolutamente certa para os Impérios Centrais — certa e pouco difícil.

Mas ¿ a França não interviria, ligada à Rússia por um ratado de Aliança ?

A Alemanha contava com a intervenção da França, mas reputava-se em condições de ainda assim fazer a guerra com seguro êxito. Faria passar os seus exércitos através da Bélgica, caindo como um raio sôbre o exército francês, êste quási sem tempo de fazer a sua concentração, e, uma vez dominada a França, deslocaria o grosso das suas fôrças para os lados da Rússia, lenta nos seus movimentos, chegando a tempo de impedir que ela transpusesse a fronteira. Para a Alemanha, dizia o Chanceler, a questão é de velocidade ; para a Rússia a questão é de massa, isto é, de homens. Desde que operasse ràpidamente, a Alemanha estava segura de que levaria de vencida os seus inimigos, ainda que tivessem de combater ao mesmo tempo em dois sectores afastados.

Restava saber o que faria a Inglaterra, aliada da França, embora a essa aliança se chamasse *entente*, aliada da Rússia, embora essa aliança dissesse principalmente respeito à questão persa.

Convencida estava a Alemanha de que a Inglaterra se conservaria àparte, desde que o pudesse fazer, isto é, desde que os seus interêsses, mais ainda do que as obrigações jurídicas, lhe aconselhassem essa atitude.

De tudo quanto fica exposto se conclue, fàcilmente, que as hesitações do sr. Edward Grey, dando à Alemanha a impressão de que a Inglaterra não interviria, a animou a levar as coisas até ao ponto de já ser impossível evitar a guerra.

XXI

O que se chama a Península Balcânica é uma vasta região que se estende do Mar Adriático ao Mar Negro, habitada por gentes que não têm a mesma origem, não falam a mesma língua, não professam a mesma religião.

A história dêstes povos, nas suas relações uns com os outros, é um conflito que dura há séculos, conflito que as grandes Potências nunca souberam evitar, antes algumas vezes têm alimentado em benefício dos seus interêsses. Nunca foi possível agrupá-los em nacionalidades estáveis, ora principados, ora reinos, ora províncias, fortuitos arranjos a que sempre falta, para serem Estados juridicamente constituídos, qualquer dêstes elementos basicos: a identidade da raça, a identidade da língua, a identidade da religião.

A Grécia é, de todos os povos balcânicos, o que tem uma história mais sua, uma vida própria mais resistente às flutuações da política internacional. Pois a Grécia nunca foi outra coisa mais do que um artifício assentado num capricho, artifício dos homens e capricho da Natureza, ali, mais do que em parte alguma, caprichosa.

A geografia política dos Balcans era, em 1914, *mutatis mutandis,* o imbróglio saído do Congresso de Ber-

lim em 1878, talvez a mais trágica mistificação dos tempos modernos. Então, a barafunda balcânica poderia ter sido arrumada, se dela não quisessem tirar proveito as Potências do Centro e do Ocidente da Europa. A Rússia, que deveria ter guerreado com a Áustria, fôra obrigada a guerrear com a Turquia, e a convenção de S. Stephano, que deveria ter pôsto a Turquia fora da Europa, reconheceu a necessidade de manter a integridade do império turco como indispensável condição do equilíbrio europeu.

Nova oportunidade se ofereceu para arrumar a casa, nos Balcans, e foi quando a Sérvia, a Bulgária e a Grécia, em 1912, arremeteram contra a Turquia, indo quási esbarrar nas portas de Constantinopla.

Se nessa ocasião as Potências interviessem, dando-se pressa — não fôsse suceder, como sucedeu, pôrem-se os aliados da véspera a guerrear-se com fúria — a questão balcânica teria ficado resolvida, constituindo-se de maneira estável nacionalidades com bem estabelecidos limites geográficos.

Há de tudo nos povos balcânicos: eslavos, germanos, magiares, mas uma nacionalidade constituída pelos eslovenos, croatas e sérvios não seria um artifício inconsistente, porque teria uma larga base étnica e corresponderia a uma velha e fundamente radicada aspiração de alguns milhões de homens. A Macedónia, definitivamente liberta dos turcos, tornaria fácil os arranjos entre a Bulgária, a Grécia e os eslovenos, podendo os novos Estados balcânicos realizar uma confederação que os garantisse contra ambições de estranhos e os livrasse de graves dissenções internas. A Roménia, maltratada pela Rússia, na guerra de 1877, e constantemente ameaçada pelos turcos, seus vizinhos, entraria nêste arranjo, e, assim, a Península Balcânica deixaria de ser um campo de lutas constantemente renovadas, para ser um vasto organismo político a influir podero-

samente na política geral da Europa, e fixando um alto destino a povos até agora, por fatalidades da História, tendo uma vida constantemente atormentada e de certo modo parasitária.

A Dalmácia a Bosnia e a Herzegovina, bem como o microscópico Montenegro, seriam elementos componentes da grande Sérvia, chamando assim ao agregado constituído fundamentalmente pelos servos-croatas e «eslovenos». Nêste agregado ficariam sectários de várias religiões; mas, embora seja verdade que a religião é, em tôda a parte, principalmente nos povos orientais, uma condição da nacionalidade, realizadas as demais condições, o novo Estado viveria por si. Da Albânia se pode dizer, parafraseando a histórica *boutade,* que ela é uma expressão etnográfica, e isso lhe seria título bastante para entrar na Confederação.

Predomina na população balcânica o elemento eslavo, e a religião que entre ela conta maior número de adeptos é, presumìvelmente, a dos russos ortodoxos. Conjugando-se assim, tão intimamente, êstes dois elementos de formação nacional, perfeitamente justificada é a pretenção da Rússia em querer que a Península se germanize ou se islamize, contribuindo ainda, e largamente, o factor magiar para nela se ir diluindo o carácter eslavo.

Se o leitor tiver curiosidade de conhecer os povos balcânicos, a respeito dos quais há uma literatura abundante, recomendamos-lhe as obras do professor Leger, particularmente *La Save, Le Danube et le Balkan,* em que êle dá as impressões duma viagem que fez entre os eslovenos, os croatas, os sérvios e os búlgaros.

A ninguém era lícito ignorar, em 1914, que a Alemanha vinha preparando as suas coisas de modo a exercer, em partilha com a Áustria, uma decisiva influência nos Balcans, na Turquia, na Mesopotâmia e na Síria. Realizada esta aspiração, ela atacaria a Ingla-

terra no Egipto e na Índia, isto é, alienaria as bases do Império Britânico, para lhe dar, no momento oportuno, o golpe de misericórdia, e êsse momento seria aquêle em que as Colónias, perdida a fôrça e o prestigio da Metrópole, reivindicassem a sua completa independência.

Em 1910, o Sr. Harry Johnson, inglês da *City*, viajando na Alemanha para conhecer as tendências da sua política exterior, abordou personalidades eminentes na burocracia, na política, no professorado, no comércio e na indústria, e regressou dizendo que a Alemanha exigia da parte da Inglaterra o reconhecimento dos seus direitos de exercer influência preponderante na Holanda, nos Balcans e na Turquia, sob pena de lhe declarar guerra.

Tôda a gente sabia isto; tôda a gente via isto, com excepção do sr. Edward Grey, indeciso em tomar uma atitude, amarrado à obsediante preocupação de conservar os braços livres.

E assim foi que a Áustria bombardeou Belgrado e invadiu a Sérvia; a Alemanha declarou guerra à Rússia e enviou um ultimato a Paris.

XXII

Na tarde do dia 1 de Agôsto foi declarado o estado de guerra entre a Alemanha e a Rússia; na tarde do dia 3, quarenta e oito horas depois, foi declarado o estado de guerra entre a Alemanha e a França.

¿O que fazia o sr. Edward Grey, nêste intervalo?

O sr. Edward Grey, nêste intervalo imenso para *agissements* diplomáticos, fazia isto... hesitava.

Talvez a França se julgasse obrigada a entrar na guerra por virtude da sua aliança com a Rússia, e, sendo assim, a Inglaterra podia conservar-se espectante, assistindo ao duelo formidável em que ia lançar-se a Alemanha e a Rússia, chocando-se as duas maiores tendências imperialistas dos tempos modernos, a pangermânica e a panslava.

¿E a Rússia, a própria Rússia, não se esforçaria por evitar a guerra, contentando-se com a promessa feita pela Áustria de não diminuir territorialmente a Pérsia e de respeitar a sua soberania, acrescida ainda esta promessa do compromisso, tomado à última hora, de rever, para a rectificar, a nota ou ultimato que enviara a Belgrado?

Se não se combinara entre Berlim uma comédia, declarando-se a Áustria pronta a rever o seu ultimato à Pérsia, redigido em termos que tornavam a guerra ine-

vitável, então resulta evidente que a Alemanha se deu pressa em declarar guerra à Rússia, não fôssem arranjar-se as coisas de modo que tudo ficasse em refregas diplomáticas.

Porventura o sr. Edward Grey pensou que a Rússia e a França, não contando com o decidido apoio da Inglaterra, apoio que fôsse até à sua intervenção na guerra, se esta viesse a declarar-se, se disporiam às máximas concessões, tantas e tais que a Alemanha fôsse obrigada a renunciar aos seus propósitos belicosos.

É certo que em telegrama com data de 24 de Julho, enviado pelo sr. Buchanan, embaixador da Inglaterra em S. Petersbourg, o sr. Edward Grey fôra prevenido a êste respeito:

«Parece-me, a julgar pelo que ouvi ao embaixador francês, que mesmo recusando a Inglaterra pôr-se ao lado da França e da Rússia, elas se manteriam firmes.»

Manterem-se firmes, neste caso, era aceitarem a situação que a Alemanha lhes criava, isto é, tomarem as armas e defenderem-se até ao último extremo.

A Rússia só deixaria de erguer a luva que lhe atirava a Alemanha se, desamparada pela Inglaterra, nem sequer pudesse contar com o franco, o decidido, o leal apoio da França.

O sr. Edward Grey bem o sabia, porque o sr. Buchanan lho tinha dito num telegrama em que comunicava a larga conversa que tivera com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia.

«S. Excelência respondeu que a Rússia não podia permitir que a Áustria esmagasse a Sérvia e se tornasse a Potência predominante nos Balcans e que, sabendo que podia contar com o apoio da França, correria todos os riscos da guerra.»

¿Cessariam, ao menos, as hesitações do sr. Edward Grey vendo o episódio austro-sérvio convertido numa questão europeia?

Em fins de Julho ainda em Berlim se acreditava que o conflito austro-sérvio ficaria localizado, por não estar a Rússia em condições de fazer a guerra, para mais tendo de bater-se ao mesmo tempo com a Áustria e com a Alemanha.

O sr. Goschen, embaixador inglês em Berlim, comunicava, em 28 de Julho, ao sr. Edward Grey:

«O nosso colega austríaco disse-me hoje que uma guerra geral é muito pouco provável, visto a Rússia não querer a guerrra, sem estar em condições de a fazer. Julgo que muitas pessoas aqui pensam da mesma maneira.»

Certo é que em 1 de Agôsto a Alemanha declarou guerra à Rússia, e logo no dia 3, quarenta e oito horas depois, declarava guerra à França. Estava ateada a pavorosa conflagração, tão grande que a respeito dela pensava assim o sr. Edward Grey:

«Se quatro grandes Potências europeias — a Áustria, a França, a Rússia e a Alemanha — fizessem a guerra, julgo que elas, pelo dispêndio do dinheiro a que obrigaria, e pelos transtornos comerciais que havia de causar, seria acompanhada ou seria seguida de uma falência completa da indústria e do crédito na Europa.»

Pois bem, essa catástrofe ia dar-se. Quatro grandes Potências iam lançar-se na guerra, e o sr. Edward Grey, querendo conservar os movimentos livres, conversava com os seus embaixadores e, por intermédio dêles, com os vários governos.

A Alemanha tinha, naturalmente, o maior interêsse

em que a Inglaterra se conservasse neutral, e presumia que essa neutralidade seria impossível desde que não estivesse garantida a integridade territorial da França. Por isso o Chanceler, em 29 de Julho, convidou o embaixador inglês, em Berlim, para uma conferência, e disse-lhe, para que êle o transmitisse ao seu Govêrno:

«Tanto quanto posso julgar pelos motivos e princípios que sempre têm norteado a política inglêsa, sou levado a crer que a Grã-Bretanha não se conservaria alheia a um conflito em que pudesse ser esmagada a França. Mas tal não pretende a Alemanha. Assegurada a neutralidade da Grã-Bretanha, daríamos ao Govêrno britânico tôdas as garantias de que o Govêrno imperial não adquiriria território francês, vencida a França numa guerra que entre as duas Nações se travasse.»

Nestas alturas da conversa preguntou o sr. Goschen ao Chanceler se o mesmo pensava o Govêrno imperial com respeito às colónias francesas, declarando-lhe o Chanceler que a êsse respeito nada podia dizer.

Assim, pois, a Alemanha não diminuïria, em seu proveito, o território continental da França; mas reservava-se o direito de liquidar as suas colónias, tomando-as todas, se isso lhe apetecesse, tomando-lhe apenas algumas, se isso contentasse o seu imperialismo e servisse a sua política de expansão por tôda a redondeza do orbe.

XXIII

Sabendo que tinha de tratar como negociante, a Alemanha dirigiu-se à Inglaterra, falando-lhe a linguagem clara, expedita, concisa, dos negócios: *¿ quanto quere pela sua neutralidade?*...

No primeiro de Agôsto, no mesmo dia em que a Alemanha declarou guerra à Rússia, o embaixador alemão em Londres preguntou ao sr. Edward Grey em que condições a Inglaterra ficaria neutral, insinuando, por meio de circunlóquios diplomáticos, que a integridade da França, no continente e nas colónias, podia ser respeitada.

Avançara-se um pouco, visto o Chanceler, poucos dias antes, na conversa que tivera com o embaixador da França em Berlim, ter dito nada poder adiantar com respeito à sorte das colónias francesas, no caso duma guerra em que a Alemanha vencesse a França.

Se apenas da França se tratasse, o sr. Edward Grey talvez entrasse em ajustes, estabelecendo preço alto à sua mercadoria, isto é, à sua neutralidade. Mas também se tratava da Bélgica, e isso complicava grandemente o caso. Se Anvers, na frase de Pitt, era uma pistola apontada contra a Inglaterra, quando a França dominasse na Bélgica; imagine-se o que aconteceria quando a Bélgica estivesse sob a dominação da Alemanha!

Não, a Inglaterra não podia consentir na violação da neutralidade belga, porque o desrespeito da sua neutralidade seria o primeiro passo, primeiro e decisivo, para a perda da sua independência.

O embaixador alemão preguntou sem rodeios ¿se a Alemanha se comprometesse a respeitar a neutralidade belga, a Inglaterra se comprometer-se-ia a ficar neutral?

O sr. Edward Grey respondeu de forma ambígua, dizendo ao mesmo tempo que a Inglaterra não poderia ficar neutra, envolvendo-se no conflito a França e não sendo respeitada a neutralidade belga, e afirmando que o Govêrno Inglês precisava ter as mãos livres perante os sucessos que se desenrolassem.

Sempre as palavras do sr. Edward Grey, ao conversar sôbre a guerra, foram de tal modo sibilinas, prestando-se a tão variadas interpretaçõcs, que s. ex.ª sentiu necessidade de as explicar, sucedendo que mesmo a explicá-las não foi suficientemente claro e preciso.

Em 1 de Agôsto o sr. Edward Grey comunicava ao sr. Goschen, embaixador inglês em Berlim, a conversa que tivera, naquele mesmo dia, com o embaixador alemão, conversa de que destacamos êste trecho:

«Respondi que não podia comprometer-me a êsse respeito; ainda tínhamos as mãos livres e estávamos considerando que atitude deveríamos adoptar. Tudo quanto me era lícito dizer, na ocasião, era que a nossa atitude seria largamente determinada pela opinião pública inglêsa, e que a neutralidade da Bélgica tinha grande influência sôbre as manifestações dessa opinião.»

Vê-se, pois, que em 1 de Agôsto o sr. Edward Grey ainda não queria definir uma atitude decisiva, mesmo perante a hipótese da neutralidade belga não ser respeitada.

Mas vejamos como o sr. Edward Grey explicava ao Govêrno de Berlim as suas palavras duvidosas.

Dizia s. ex.ª ao seu embaixador em Berlim, em 30 de Julho :

«Preveni o príncipe Lichnowsky de que a Alemanha não deve esperar que nos conservemos espectantes em quaisquer circunstâncias.»

Quer dizer, o sr. Edward Grey diz que a Inglaterra não pode ficar de banda, assistindo ao duelo, como testemunha, no caso da França ser um dos combatentes e não ser respeitada a neutralidade belga.

Mas dizer que a Inglaterra não pode ser neutral em quaisquer circunstâncias ¿não equivale a dizer que em determinadas circunstâncias ela se imporia uma atitude de neutralidade?

Os diplomatas não falam como tôda a gente ; nas suas palavras há sempre reticências e subentendidos, palavras que podem inculcar uma coisa ou o contrário...

Um dia, o embaixador da Alemanha em Londres comunica ao Chanceler do Império :

«O sr. Edward Grey acaba de me chamar ao telefone para me preguntar se eu estava habilitado a declarar-lhe que a Alemanha não atacaria a França, se êste País ficasse neutro numa guerra germano-russa. Respondi que julgava poder assumir a responsabilidade duma tal declaração.»

Bem pode ser que o sr. Edward Grey nada tivesse dito ao príncipe Lichnowsky que o autorizasse a atribuir-lhe semelhantes propósitos ; mas também não repugna acreditar que os dizeres sibilinos do sr. Grey induziram o embaixador alemão. na melhor boa fé, a acre-

ditar que a neutralidade da França, numa guerra germano-russa, seria negociável.

Deu o caso lugar a um telegrama do Imperador Guilherme ao Rei Jorge, em data de 1 de Agôsto, no qual explicava que já era tarde para serem dadas ordens a-fim-de não continuar a mobilização, e acrescentava :

«Mas se a França promete a sua neutralidade, garantida pela Armada e pelo Exército inglês, abster-me-ei de atacar a França, empregando noutra parte as minhas tropas.»

O mal-entendido, se o havia, desfê-lo o Rei Jorge num telegrama que dirigiu ao Imperador Guilherme, também com a data de 1 de Agôsto.

Já a Sérvia fôra invadida ; já o estado de guerra estava declarado entre a Alemanha e a Rússia ; já a França, invadido o seu território, decretara a mobilização ; e o sr. Edward Grey, hesitante, perplexo, querendo a todo o custo conservar as mãos livres, não definia uma atitude, pronunciando-se por uns ou por outros, conforme as obrigações e os interêsses da Inglaterra, talvez ainda mais os interêsses do que as obrigações definidas em convénios e tratados...

XXIV

Como em 1870, e pelas mesmas razões, o Govêrno Inglês preguntou à França e à Alemanha, em telegramas redigidos nos mesmos termos e tendo a mesma data, se tencionavam respeitar a neutralidade belga.

O telegrama era assim redigido:

«Ainda tenho confiança em que não seja irreparável a situação, mas, visto que a Alemanha mobiliza (telegrama enviado a Paris), torna-se indispensável ao Govêrno de Sua Majestade, dadas as obrigações que derivam dos Tratados, preguntar se o Govêrno Francês está disposto e se obriga a respeitar a neutralidade da Bélgica, contanto que essa neutralidade não seja violada por qualquer Potência.

«Fiz a mesma pregunta ao Govêrno Alemão. É necessário que a resposta se não demore.»

Esta pregunta foi dirigida aos Govêrnos Francês e Alemão por intermédio dos respectivos embaixadores inglêses, no dia 31 de Julho.

Ao mesmo tempo que assim se informava, com respeito à neutralidade da Bélgica, junto dos governos que poderiam ter interêsse em violá-la, o sr. Edward

Grey telegrafava nestes termos ao sr. Villiers, Ministro da Inglaterra na Bélgica :

«Em vista dos Tratados existentes, v. ex.ª deve fazer ciente ao Ministro dos Negócios Estrangeiros que, dada a possibilidade duma guerra europeia, preguntei aos governos da França e da Alemanha se cada um dêles estava pronto a respeitar a neutralidade da Bélgica, contanto que ela não fôsse violada por qualquer outra Potência.

«Deverá v. ex.ª dizer que eu espero que o Govêrno Belga manterá, custe o que custar, a sua neutralidade, a qual eu desejo e espero que as outras Potências respeitarão e sustentarão.

«Deve v. ex.ª informar o Govêrno Belga de que espero uma resposta rápida.»

O Govêrno Francês respondeu imediatamente, em telegrama do sr. Viviani, Presidente do Ministério, dizendo que a França respeitaria essa neutralidade e que as suas tropas só entrariam no território belga se isso fôsse necessário para cumprir as suas obrigações de Potência garante da neutralidade belga contra qualquer outra Potência que a violasse.

O Govêrno de Berlim não se deu pressa em responder, e o Ministro dos Estrangeiros, quando lhe foi comunicada a pregunta do sr. Edward Grey, logo advertiu que pensava receber, a tal respeito, as ordens do Imperador e do Chanceler, parecendo-lhe que êles nenhuma resposta dariam, porquanto a sua resposta, qualquer que ela fôsse, denunciaria os seus projectos militares.

Passava-se êste facto a 1 de Agôsto, e isto, que seria uma resposta clara e terminante para qualquer outro, não demoveu o sr. Edward Grey a sair da sua atitude esfíngica, sempre com as mãos livres, mas ninguém po-

dendo supor em que sentido êle faria actuar a fôrça que nelas detinha, a maior fôrça do mundo para uma luta no mar.

Em 4 de Agôsto, já em guerra com a Rússia, já em estado de guerra com a França, é que o Govêrno de Berlim se explica claramente com respeito à neutralidade belga, no seguinte telegrama, assinado pelo sr. Jagow e dirigido ao Príncipe Lichnowsky:

«Queira dissipar qualquer suspeita que possa subsistir no espírito do Govêrno Britânico com respeito às nossas intenções. Afirme, da maneira mais categórica, que mesmo no caso de conflito armado com a Bélgica, a Alemanha não anexará, sob qualquer pretexto, território belga.

«A sinceridade desta declaração tem a garanti-la o nosso compromisso solene, com respeito à Holanda, de respeitarmos a sua neutralidade. É evidente que nós não poderíamos anexar proveitosamente território belga sem ao mesmo tempo nos engrandecermos à custa da Holanda.

«Faça compreender a Sir Edward Grey que o Exército alemão não pode correr o risco dum ataque francês pela Bélgica, hipótese que tivemos de figurar em vista de seguras informações que temos.

«A Alemanha é, pois, obrigada a não respeitar a neutralidade belga; para ela é uma questão de vida ou de morte antecipar-se ao avanço da França.»

Algumas horas depois de recebido em Londres êste telegrama, o Parlamento Inglês declarou o estado de guerra com a Alemanha.

Mas não antecipemos. Da mesma forma que a Áustria, para acalmar a Rússia, dizia que se não propunha anexar territórios da Sérvia, que não pretendia diminuir ou lesar a sua independência, a Alemanha dizia á

Inglaterra, para a não sobressaltar, que não pretendia anexar territórios da França continental, que nem sequer chamaria ao seu domínio algumas ou alguma das suas colónias, e quando teve de se explicar com respeito à Bélgica, claramente expôs os seus propósitos desinteressados.

Ela queria lá engrandecer-se à custa da Bélgica!

O que ela queria era evitar que a França a atacasse através da Bélgica, que a França, violando a neutralidade belga, frustrasse o seu plano de ataque *brusqué*, em que cifrara as suas melhores esperanças.

Depois da guerra, dizia o Chanceller ao sr. Goschen, *a integridade da Bélgica será respeitada, se êste País não tomar posições contra a Alemanha.*

¡Comprometia-se a Alemanha a respeitar também a integridade e a neutralidade da Holanda, contanto que os seus inimigos se comprometessem a igual procedimento!

O ultimato da Alemanha à Bélgica tem a data de 2 de Agôsto, e por êle o Govêrno Belga é convidado a dizer, no prazo de 7 horas, se está disposto a facilitar, no seu território, operações militares contra a França. *Em caso de recusa* — acrescenta — *decidirá a sorte das armas.*

Foi só perante esta brutalidade, que era, ao mesmo tempo, uma infâmia, visto a Alemanha ser uma das Potências garantes da neutralidade belga, que o sr. Edward Grey se resolveu a encarar a situação tal como ela era, e a dar o passo decisivo que de há muito deveria ter dado, tomando posição entre os contendores.

XXV

No dia 2 de Agôsto, a seguir a um Conselho de Ministros, o sr. Edward Grey entregou ao sr. Cambon, embaixador francês, uma nota assim redigida:

«Estou autorizado a garantir o apoio da esquadra inglesa à França, se a esquadra alemã entrar no Pas de Calais ou no Mar do Norte, praticando actos de hostilidade contra as costas ou contra os navios franceses.

«Esta garantia é, naturalmente, sujeita á aprovação do Parlamento, e deve entender-se que só obriga o Govêrno de S. Majestade quando se realize a hipótese prevista.»

Comunicando esta nota ao sr. Bertie, embaixador Inglês em Paris, o sr. Edward Grey explicava:

«Fiz notar que temos questões extremamente graves e delicadas a tomar em consideração, e que o Govêrno não podia comprometer-se a declarar a guerra à Alemanha se amanhã a guerra estalasse entre a França e a Alemanha...»

A França tinha feito uma concentração naval no Me-

diterrâneo, deixando ao desamparo a sua costa norte, e o sr. Edward Grey, prometendo-lhe o apoio da esquadra britânica, em determinadas circunstâncias, pretendia apenas que a França tomasse disposições, por mar, que lhe evitassem uma surpresa desagradável e perigosa.

Deduz-se da nota do sr. Edward Grey, acima transcrita, que a Inglaterra se deixaria ficar sossegada, com as mãos livres, no caso da Alemanha atacar a França por terra, como sucedeu em 70, contanto que o não fizesse através da Bélgica.

Para bem se compreender o sentido e o alcance da nota do sr. Edward Grey, envolvendo uma promessa de auxílio condicional à França, é necessário ter em vista que a invulnerabilidade da Grã-Bretanha como fortaleza, isolada no mar, fôra considerada pelo Estado Maior Alemão, o qual assentou em que ela poderia ser invadida, efectuando-se desembarques em pontos determinados da sua costa. Conhecendo magnificamente o País, mercê do trabalho dos seus espiões bem pagos, o Estado Maior Alemão fixara três pontos ou regiões por onde a Inglaterra poderia ser invadida, quer se tratasse sòmente de alarmar a população inglêsa, fazendo-a perder a confiança na sua esquadra, quer se tratasse apenas duma diversão, quando o Exército Inglês andasse a combater no continente.

As regiões da Inglaterra mais propícias a um desembarque de fôrças inimigas eram: Londres, com Woolwich; Portsmouth e Yorskire. Era condição indispensável para que semelhante emprêsa tivesse êxito ser realizada de surpresa, iludindo-se a vigilância da esquadra britânica. Convém lembrar que há poucos anos o Almirantado formulara um tema para exercícios da esquadra, e o objectivo a realizar era precisamente êste: invadir a Inglaterra por determinado ponto da costa. O Almirante Jelicöe, tendo estudado o tema, afirmou que de-

sembarcaria; e, se bem o disse, melhor o fez, o que muito o elevou no conceito geral.

Comprometendo-se a ficar vigilante sôbre o Mar do Norte e sôbre o Pas de Calais, tomando posição contra a esquadra alemã, se ela tentasse alguma coisa pelo litoral norte da França, a Inglaterra cuidava de si, punha sentinelas á porta, não fôsse ter alguma surpresa desagradável.

A esquadra francesa, concentrada no Mediterrâneo, protegeria a sua melhor via comercial, bastante forte para conter em respeito a esquadra austríaca; e a policia do Mar do Norte seria, dêste modo, bastante eficaz para tirar á Alemanha as veleidades, que porventura tivesse, quer de invadir a Inglaterra, quer de se instalar em portos da Bélgica ou da França, constituindo aí bases de operações navais.

Fôsse como fôsse, só depois da Alemanha ter declarado que não respeitaria a neutralidade belga, demorando muito a pronta resposta que, a êste respeito, lhe pedira o Govêrno Inglês, é que o sr. Edward Grey, *ad referendum* do Parlamento, disse à França que a esquadra inglesa protegeria o seu litoral do norte, caso a esquadra alemã viesse a atacá-lo.

Quere-nos parecer que não é forçar a interpretação dos documentos dizer que a Inglaterra, desde que a Alemanha não invadisse a Bélgica, e desde que lhe respeitasse o seu velho domínio marítimo, não se meteria na contenda, conservando as mãos livres para o que desse e viesse.

Ainda em 31 de Julho o sr. Edward Grey dizia ao sr. Cambon que o Govêrno Britânico não podia, naquele momento, garantir a intervenção inglesa em favor da França; e no entanto os dispositivos militares da Alemanha, àquela data, na fronteira germano-franca, já eram tais que a ninguém permitiam dúvidas sôbre o que ia suceder.

A França contava tão pouco com a intervenção inglesa a seu favor que em 2 de Agôsto o sr. Viviani, num telegrama que expedia ao seu embaixador em Londres, escrevia isto:

«Tenciono dizer — ao Parlamento — que a assistência que nos promete a Grã-Bretanha na Mancha e no Mar do Norte será dada também no Atlântico, e não apenas com relação à marinha mercante, mas também em relação à marinha de guerra, no caso de conflito franco-alemão.

«Acentuarei, além disso, que os portos ingleses não serão pontos de reabastecimento da frota alemã.»

Conversava-se assim, entre Paris e Londres, poucas horas antes de ser declarado o estado de guerra entre a França e a Alemanha.

O sr. Edward Grey conformou-se com o pedido ou sugestão do sr. Viviani, ficando assente que a Inglaterra apoiaria a esquadra francesa e defenderia o litoral norte da França contra operações navais da Alemanha.

¿O que decidiria, então, a Inglaterra a entrar no pleito, visto que a não decidia a sua aliança com a Rússia, a sua aliança com França, o justificado receio de ter de intervir por interêsse próprio, quando a sua intervenção já em pouco viesse a aproveitara os outros, e mesmo para ela fôsse de vantagens problemáticas?

A invasão da Bélgica seria a determinante da intervenção inglesa, quer a Alemanha se dispusesse ou não a servir-se da sua esquadra.

Comunicava o sr. Cambon ao sr. Viviani, em 3 de Agosto:

«No momento em que o sr. Edward Grey se dirigia,

esta manhã, para o conselho, o meu colega alemão, que lhe tinha falado na véspera, pediu-lhe com insistência que lhe dissesse que a neutralidade da Inglaterra não dependia da neutralidade belga.

«O sr. Edward Grey recusou conversar a êste respeito.»

XXVI

No dia 1 de Agôsto, em conversa com o embaixador alemão, o sr. Edward Grey disse-lhe que era muito para lamentar a atitude da Alemanha com a Bélgica; que a indignação do público, na Inglaterra, trasbordaria, desde o momento em que a neutralidade belga fôsse desrespeitada por um dos beligerantes, e respeitada pelo outro.

Vai, então, o Príncipe Lichnowsky preguntou-lhe: *¿ Se a Alemanha se comprometesse a não violar a neutralidade belga, a Inglaterra comprometia-se a ficar neutral ?*

A pregunta exigia uma resposta clara, franca, insofismável; mas o sr. Edward Grey, sempre hesitante, sempre perplexo, não a deu.

Copiamos as suas palavras:

«Respondi que não podia tomar êsse compromisso. Ainda tinhamos as mãos livres e estávamos pensando em qual deveria ser a nossa atitude.

«Tudo quanto poderia dizer, no momento, era que a nossa atitude seria largamente determinada pela opinião pública; e que sôbre a opinião pública teria uma grande influência a neutralidade belga. Não me parecia que pudéssemos, só com tal condição, prometer a nossa neutralidade.»

Por seguro temos que a Alemanha não mudaria de propósitos só pelo facto da Inglaterra lhe prometer a sua neutralidade, caso ela não invadisse a Bélgica; mas a pregunta do embaixador foi hábil, e da resposta do sr. Edward Grey concluiu o Govêrno de Berlim que a Inglaterra não definiria uma atitude senão *à la dernière minute*.

A Bélgica respondeu com dignidade e com energia ao ultimato da Alemanha. Protestou contra a violação do seu território, afirmando que defenderia *à outrance* a sua neutralidade, garantida pelas Potências, nomeadamente pelo Rei da Prússia.

Foi só no dia 4 de Agôsto que o Govêrno Inglês enviou ao Govêrno de Berlim um ultimato, convidando-o a retirar a sua intimação à Bélgica, exigindo resposta até à meia noite. Como o Govêrno de Berlim não respondesse, o Parlamento inglês resolveu que, a partir daquele momento, a Inglaterra e a Alemanha se achavam em estado de guerra. Já as tropas alemãs tinham invadido a Bélgica e o Luxemburgo, isto é, haviam iniciado o seu ataque *brusqué*, preconizado pelo Estado Maior alemão, como garantia segura, como indispensável condição de êxito, na luta com a França.

Nêste mesmo dia, 4 de Agôsto, o Govêrno de Bruxelas, com base nos Tratados de 1839, reclamou dos governos de Inglaterra, França e Rússia uma acção combinada, que lhe garantisse a independência e fizesse respeitar a sua neutralidade. Ao mesmo tempo que assim procedia, o Govêrno Belga afirmou estar decidido a resistir, por tôdas as formas, à agressão alemã, e declarava-se apto para assegurar a defesa das suas praças fortes. Removida a pedra que fechava a gruta em que se abrigava Eolo, os ventos precipitam-se com fúria, e uma tempestade sem precedentes alastrou pelo mundo, juncando de cadáveres a Terra.

As hesitações do sr. Edward Grey, quando já o con-

flito austro-húngaro degenerara numa questão europeia, permitiram à Alemanha realizar paulatinamente a mobilização, fazer avançar as suas tropas de cobertura, sem precipitações, até à fronteira germano-belga, e aí acomodarem-se, aguardando a ordem de avançar.

Pois se tôda a acção militar da Alemanha se exercia do lado da Bélgica e do Luxemburgo; se apenas alguns destacamentos, de pequeno efectivo, se mostravam, como que a tentar um *raid* do lado da fronteira germano-francesa; se por cima de tudo isto, o Govêrno Alemão declarava que não podia ater-se ao respeito pela neutralidade belga, porque fazê-lo seria condenar-se a uma derrota certa, ¿como é que o sr. Edward Grey hesitava, perdendo tempo, o precioso tempo que a Alemanha aproveitava inteligentemente, marchando a direito para o supremo objectivo que fixara, adentro dum plano de longa data concebido e rigorosamente executado?

A França, no receio de praticar qualquer acto que servisse de razão ou pretexto para lhe atribuirem responsabilidades na guerra, e confiando sempre, a despeito de tudo, em que a Alemanha se decidiria a conversar à boa paz quando visse a Inglaterra disposta a entrar na contenda, apoiando, com tôdas as suas fôrças, os seus aliados, a França nenhumas precauções tomara pelo lado da Bélgica, e fizera recuar as suas tropas de cobertura para dez quilómetros àquem da fronteira germano-francesa.

O Príncipe Lichnowsky, embaixador alemão na Inglaterra, fêz publicar na Imprensa de Londres, em 3 de Agôsto, um comunicado ou nota oficiosa, na qual dizia que a Alemanha, se a Inglaterra se mantivesse neutral, não empreenderia operações navais e não utilizaria as costas da Bélgica como ponto de apoio da sua esquadra. Pretendia, assim, desnortear a opinião pública, em primeiro lugar fazendo-a crer que da Bélgica a Alema-

nha nada mais pretendia do que uma neutralidade amigável, deixando passar as suas tropas através do seu território para irem cair sôbre o exército francês, ainda na desordem duma concentração à pressa, e em segundo lugar dando-lhe a segurança de que o mar ficaria livre, condição indispensável para a Inglaterra não morrer de fome.

Na verdade, o *truc* era hábil, mas não nutriu o efeito desejado. Todos viram que na ponta do alfinete de ouro ia uma gota de veneno; e mais do que os cálculos do mareante, que vê mal parado o negócio, o instinto de conservação do povo inglês levou-o a erguer-se perante a Alemanha, tão firme na sua decisão que o sr. Edward Grey não teve remédio senão renunciar a ter as mãos livres, prendendo-as a um compromisso que sempre lhe fizera mêdo, dominado por uma espécie de egoísmo patriótico, mais sentido do que raciocinado.

Digamos, já agora, que a Alemanha procedeu em relação ao Luxemburgo, como em relação à Bélgica, e que entendeu justificar-se, num e noutro caso, alegando as mesmas razões. O exército francês poderia atacá-la por ali, invadindo o pequeno ducado; e então a Alemanha tratava de o ocupar, frustrando os planos do adversário em seu proveito. A verdade é que a Alemanha, tendo arrendado no Luxemburgo, antes da guerra, caminhos de ferro económicos, tratou de os converter em camide ferro estratégicos, disposta a servir-se dêles, mais agora, mais logo, quando o momento oportuno chegasse. A invasão do Luxemburgo fez-se em 2 de Agôsto, pela manhã, percorrendo as suas linhas combóios blindados transportando tropas e munições, e disto fôra avisado o sr. Edward Grey!

Singular pertinácia a dêste homem, a ouvir rugir os ventos por cima da sua cabeça, a ouvir ribombar os trovões, a ver faiscarem os raios, e a não acreditar que ia desencadear-se a tempestade!...

XXVII

Em 1870 a Alemanha, preguntando-lhe a Inglaterra se estava disposta a respeitar a neutralidade belga, respondeu imediatamente pela afirmativa. A França, tendo de responder à mesma pregunta, respondeu também pela afirmativa, mas foi menos pronta na sua resposta.

Não tinha a Alemanha, em 1870, as ambições de 1914, e possuindo uma esquadra inferior à esquadra francesa, sem comparação possível com a esquadra inglesa, as suas vistas guerreiras não se alongavam para os lados do mar. Bem sabia ela que o seu exército, ainda na embriaguez dos triunfos alcançados sôbre a Áustria, valia mais do que o exército francês, dando-se ainda o caso, duma altíssima importância, de serem mais valiosos do seu lado que do lado da França, naquêle momento, os factores morais da guerra. Napoleão sentia a necessidade de alicerçar o seu trono sôbre uma vitória estrondosa; mas a França mostrava-se decididamente inclinada à paz, ainda orgulhosa da sua epopeia bonapartista, mas a ver o famoso corso de cada vez mais longe, já quási a resvalar à categoria de mito, um pouco lenda, como o Rolando, um pouco realidade, como o Vercingetorix. A França não queria a guerra; e quando um povo se bate sem querer, a sua derrota é fatal...

¿Por que não havia a Alemanha, em 70, de respeitar a neutralidade belga?

A fronteira da França, larga de tôda a distância que vai da Suíça à Bélgica, era uma porta escancarada à invasão dos seus exércitos. A França, em 70, não tinha organizada a sua defesa, como agora, na fronteira leste, provida de uma linha de fortes em que esbarraria, detendo-se, a tropa invasora, deixando muita liberdade aos seus exércitos de campanha. Para mais, os efectivos alemães, em 70, eram modestos, em relação aos de agora, e para os fazer passar entre Longwy e Belfort seria necessário amalgamá-los, diminuindo muito a sua capacidade de ataque e as suas condições de resistência.

¿E a resistência da Bélgica?

A Alemanha entrou com ela nos seus cálculos, mas tendo-a como meramente possível, não modificou o seu plano de invasão. Semelhantemente ao que fizera a Holanda, a Bélgica adoptara um plano de defesa concentrada, que para a Holanda era um quadrilátero, e para a Bélgica um triângulo. Vagamente constou, aí por 1911, que o velho Leopoldo firmara como Imperador Guilherme um acôrdo, nos termos do qual a Bélgica, invadida pelos exércitos alemães, lhes abandonaria a parte do País que êles teriam de atravessar para chegarem ràpidamente a França, concentrando-se no restante, e defendendo-a como se duma fortaleza se tratasse, no caso de a isso ser compelida.

Deixava de manter-se a neutralidade integral da Bélgica, mas a Alemanha praticaria meia violação, e a Bélgica teria firmado o seu protesto, conservando-se em armas, a ver as tropas inimigas da França atravessarem o seu território sem encontrarem resistência.

¿Existiria, de facto, êste acôrdo?

Fazia-se, então, diplomacia secreta; e acordos da mais transcendental importância eram estabelecidos e

abandonados sem nunca o grande público dêles haver notícia.

O mais provável era a Bélgica confiar cegamente no valor das suas fortificações de Namur, Liège e Anvers, sobretudo esta última, modêlo Brialmont, e contra elas a Alemanha dispunha de poderosa artilharia, bem mais poderosa que a instalada nessas praças fortes. Conhecendo perfeitamente a organização militar da Bélgica, a Alemanha sabia que as suas fôrças militares não chegavam para guarnecer devidamente os vértices do seu triângulo estratégico, ficando-lhe disponível para manobras de campanha um exército suficientemente grande para criar embaraços sérios às tropas invasoras. Dada a neutralidade da Holanda, não podia a Inglaterra acudir a Anvers subindo o Escalda, sujeitos os seus navios ao fogo da artilharia de Flessingue, na costa holandesa do mar do Norte, e sujeita ainda, o que seria pior, a ver a Holanda pôr-se do lado da Alemanha.

Pouco arriscava a Alemanha invadindo a Bélgica, e o que tinha a ganhar era imenso, porquanto realizaria contra a França o seu projectado ataque *brusqué,* e dos portos belgas faria base de operações navais contra a Inglaterra.

Sem as indecisões do sr. Edward Grey, desde que a Alemanha declarara não poder respeitar a neutralidade belga, uma boa parte do exército francês ter-se-ia juntado ao exército da Bélgica, quer para dar às praças de Namur, Liège e Anvers as guarnições que deviam ter, quer para elevar o efectivo do seu exército de manobra ao que devia ser para opor uma resistência eficaz. querendo à força chegar à França, através do Luxemburgo e da Bélgica, evitando a resistência dos fortes que se estendem, numa linha de defêsa, de Longwy a Belfort, passando por Verdun, Toul e Epinal, o exército alemão sujeitava-se a um ataque de flanco, que poderia ter graves conseqüências.

Era sabido de tôda a gente, porque se patenteava à clara luz do sol, que a Alemanha fizera construir linhas férreas estratégicas e cais de embarque do lado da fronteira germano-belga, além de adoptar outras providências militares, que bem denunciavam os seus propósitos de invasão. Os caminhos de ferro do Luxemburgo estavam sendo explorados por Companhias ou Sociedades alemãs, e a Alemanha, com a desculpa de melhor os explorar econòmicamente, vinha fazendo dêles, há muito, caminhos de ferro estratégicos.

Nada disto era ignorado na Inglaterra; nada disto podia ser ignorado pelo sr. Edward Grey; e, contudo, nada disto foi suficiente para tirar s. ex.ª das suas trágicas hesitações.

Parece que tôda a gente confiou excessivamente no valor das fortificações belgas, na resistência de Namur, Liège e Anvers, sobretudo Anvers, provida de artilharia, em grande parte fornecida pela Alemanha. A própria Bélgica se iludiu a êste respeito, e isto explica a resposta, do Ministro dos Negócios Estrangeiros, quando o sr. Klobukonski, Ministro da França em Bruxelas, lhe ofereceu, em nome do seu Govêrno, auxílio militar:

«Muito sinceramente agradecemos ao Govêrno da República o apoio material que nos podia dar, mas nas circunstâncias actuais, não apelamos para a garantia das Potências. Ulteriormente o govêrno do Rei apreciara o que tem a fazer.»

Ulteriormente !...

Não tardou que a artilharia alemã vomitasse metralha contra Liège, obrigando-a a capitular.

Liege aot la mamelle allaita Charlemagne

como escreveu Van Hasset.

XXVIII

Uma coisa temos como certa, insusceptível de contestação, e vem a ser que a Alemanha, tendo vindo a preparar-se para uma grande guerra, a decisiva guerra, que lhe desse a hegemonia da Europa, quando se lhe ofereceu ocasião de a fazer, agarrou-a pelos cabelos.

Essa ocasião foi o crime de Seravejo, em 28 de Junho de 1914.

O ultimato da Áustria à Sérvia, como já tivemos ocasião de dizer, se não foi redigido em Berlim, foi de inspiração alemã. Êle era escrito em termos tais, e consignava estipulações de tal ordem, que a Sérvia não podia aceitá-lo, e do facto de o não aceitar resultaria o conflito guerreiro.

Desde a primeira hora a Alemanha apoiou a Áustria, afirmando que nada havia que modificar no seu ultimato, e por detrás da cortina ia tecendo a maior intriga para que nenhum arranjo amigável fôsse possível entre Viena e Belgrado. O representante da Alemanha na Áustria declarava-se abertamente pela solução violenta do conflito austro-sérvio, e contudo o Govêrno de Berlim dizia ter-lhe dado instruções no sentido de que à boa paz se arranjassem as coisas entre a Monarquia de Francisco José e o pequenino Estado balcânico.

O sr. Edward Grey propôs uma Conferência Interna-

cional em que estivessem representadas a França, a Inglaterra, a Alemanha e a Itália, para considerar o fundo da questão entre a Áustria e a Sérvia, aconselhando o que houvesse por conveniente para evitar-se a guerra.

Logo a Alemanha pôs de banda êste alvitre, dizendo que uma tal conferência seria uma espécie de Areópago, um tribunal de árbitros, resolvendo sem o mandato das Potências directamente interessadas.

A Rússia intervém, sentindo-se ameaçada através da Sérvia, e quando Viena se mostra resolvida a conversar com S. Petersbourg, no propósito de encontrar, sem recorrer às armas, uma solução que satisfaça, a Alemanha declara guerra à Rússia, alegando que ela mobilizava, não apenas contra a Áustria, para se defender, mas contra ela própria, para a atacar.

A França, presa à Rússia pelas obrigações duma aliança, empenha os seus maiores esforços para que a paz da Europa não seja perturbada, e, a-pesar-de ver a Alemanha tomar dispositivos militares que a visavam, e só a ela, cuidadosamente evita praticar actos que pudessem servir de razão ou pretexto para que a guerra se desencadeasse.

¿O que faz a Alemanha?

Intima a França a desmobilizar, isto é, a faltar aos seus compromissos para com a Rússia, o que seria desmantelar a *Entente,* fôsse qual fôsse a atitude que a Inglaterra viesse a adoptar.

Mas a Alemanha fez mais: declarou que não se dispensava de invadir a Bélgica, e, juntando o dito ao feito, as suas tropas irromperam pela Bélgica dentro, muito assodadas, firmemente convencidas de que iriam surpreender, na faina da sua concentração, o exército francês.

A Inglaterra, ainda que tarde e a más horas intima a Alemanha a retirar o ultimato que dirigiu à Bélgica, marcando-lhe o curto prazo de algumas horas para se explicar, e a Alemanha, já sem dúvidas, nesta altura

das negociações diplomáticas, sôbre a atitude que adoptaria a Grã-Bretanha, esbraveja como um javali *acculé*, e marcha, de lança em riste, como nas velhas justas, para a glória ou para a morte.

¿Tão grande era então a fôrça militar da Alemanha que se persuadiu de que sairia vencedora numa guerra em que se empenhassem, contra ela, as mais importantes Nações da Europa?

Viu-se que a Alemanha estava preparada para entrar em guerra com todos os seus inimigos ao mesmo tempo, todos os que como inimigos ela tinha de considerar por virtude de Alianças e Tratados, e todos que inimigos dela viessem a declarar-se, por circunstâncias fortuitas. Se assim não fôsse, não teria podido resistir, durante quatro longos anos, à coligação dos Povos, unidos todos êles no pensamento de lhe resistirem e de a esmagarem, se a fortuna lhes sorrisse.

¿Quere isto dizer que a Alemanha, em Julho de 1914 previu em tôda a sua grandeza e extensão, a guerra que desencadeou?

Era natural que a Rússia não deixasse esmagar a Sérvia, porque isso seria perder a posição que tinha nos Balcans; mas já em 1877 a Rússia, compelida pela Alemanha, deixara em paz os austríacos para se atirar aos turcos, e em 1908, ainda por imposição da Alemanha, ela deixara consumar o golpe da Bósnia e Herzegovina. ¿Por que não havia agora a Rússia deixar fazer o ajuste de contas, sem a sua intervenção, entre a Áustria e a Sérvia, para mais sendo-lhe garantido que a Sérvia, quanto a território, não ficaria diminuida, e, quanto à sua independência, não seria lesada? De resto, a Rússia ainda tinha em aberto as feridas que recebera em Mukden, desorganizado o seu Exército, desorganizada a sua Esquadra, e mais desorganizadas ainda as suas finanças, a que mal acudiam os empréstimos no estrangeiro, sobretudo em França.

¿ O conflito austro-sérvio seria a ocasião de se ligarem os povos balcânicos, esquecidos os seus antagonismos seculares, as rivalidades da véspera, para se oporem à sua germanização violenta, feita de modo indirecto, através da Áustria ?

Era uma hipótese, mas sem a menor probabilidade de realização. De resto, a Alemanha contava com a Turquia, reorganizada militarmente pelos *jovens turcos*, detentores do Poder, a despeito do formidável desastre que tinham sido, para os turcos, as últimas guerras balcânicas.

¡ Era lá possível a Roménia entender-se com os russos !

Da memória dos romenos ainda se não apagou a lembrança do tratado de Tilsitt, em que a Roménia foi sacrificada à Rússia, e tam-pouco se apagara a lembrança daquela inqualificável *escroquerie* de 1812, pela qual a metade mais rica da Moldávia, constituindo a chamada Bessara, era anexada à Rússia.

Não. Os romenos entender-se-iam com os turcos para atacarem a Rússia pelo sul, e isso faria com que o Império moscovita, rijamente atacado pela Áustria, não pudesse lançar um forte exército em direcção a Berlim, atravessando a fronteira leste da Alemanha.

A Itália era da Tríplice; se não entrasse na guerra ao lado dos Impérios, proclamaria a sua neutralidade, conservando-a por interêsse próprio. Desde a primeira hora, na verdade, a Itália declarou que se conservaria neutral, à uma porque não tinha obrigações a cumprir, e depois porque não tinha interêsses a defender.

Mas se a Itália deixasse de ser neutra para enfileirar na *Entente* ?

A guerra não podia ser popular na Itália, por variadíssimas razões, e isso tiraria fôrça ao exército italiano, aliás pouco para temer. Pequenas fôrças austríacas bastariam para imobilizar tôdas as fôrças italianas, as po-

sições austríacas, na fronteira, com os Alpes, a servirem de muralha, sendo mais vantajosas que as posições inimigas.

Quanto à França, bem segura estava a Alemanha de que ela não abandonaria a Rússia, por grandes que fôssem os riscos da sua intervenção. Mas a França queria a paz a todo o custo ; vinha sendo, de muito longe, agitada pela propaganda pacifista, tendo como corolário forçado a propaganda anti-militarista, uma e outra conjugando-se para levarem à negação da Pátria.

Professores de ensino superior cuspiam, do alto das suas cadeiras, no estandarte nacional, e em congressos socialistas, sem nenhum rebuço, proclamava-se a greve dos militares para quando fôsse decretada a mobilização.

De resto, os orçamentos militares eram regateados, com o aplauso de tôda a gente, e a deficiência dos efectivos, em tempo de paz, deixavam ver que êstes, no tempo de guerra, nunca seriam o que a defesa nacional, para ser eficaz, exigia que fôssem.

XXIX

Sim, a França entraria na guerra, pondo-se ao lado da Rússia; mas da França não teria muito a recear a Alemanha.

O golpe de Tânger fôra um repto, que a França não aceitou, e o golpe de Agadir, em 1911, fôra um insulto brutal, que a França não levantara.

Se a França estivesse preparada para a guerra, susceptível como é em pontos de honra, ¿teria consentido em dar à Alemanha, por conselho da Inglaterra, a melhor parte do seu Congo, aquela em que mais abundavam os rios navegáveis, povoada de grandes florestas e prestando-se a variadas culturas, grandemente remuneradoras?

Quando foi do golpe de Tânger, já estava feita a *Entente Cordiale,* mas ainda se não fizera a Entente russo-britânica; mas em 1911 estava criada a *Tríplice Entente,* e foi justamente nesse ano que a Alemanha se mostrou dum raro atrevimento, exigindo compensações territoriais, na África central, do prejuízo que lhe causara o arranjo de Marrocos, de que ela fôra excluída, nem sequer lhe ficando aberta a porta para comerciar.

Certamente por não contar com os seus aliados — a Rússia e a Inglaterra — a França não repeliu o ultimato alemão, em 1911; e daí a Alemanha tirou o

convencimento de que poderia fazer à sua rival as desconsiderações que lhe apetecesse, porque ela a tôdas fazia boa cara.

Foi assim que a Alemanha exigiu, para conversar com a França, a saída do sr. Delcassé, que fôra o artífice da *Entente,* e trabalhava, afadigadamente, para levar a Rússia a fazer a sua preparação militar, na previsão duma guerra próxima. O Conselho de Ministros em que o sr. Rouvier se mostrou incompatível com a política internacional do sr. Delcassé, nada mais foi do que uma comédia, para disfarçar uma humilhação.

A França já tinha afirmado, por maneiras várias, a sua fraqueza militar, a sua falta de preparação para uma guerra que a colhesse de surpresa. De resto, um povo de 39 milhões de habitantes é sempre fraco em relação a um povo de 68 milhões de habitantes ; e tal era o caso da França e da Alemanha. A fronteira leste tinha-a a França guarnecido com praças fortes, capazes de retardar longamente a marcha dum exército invasor ; mas pelo lado da fronteira belga, a França nada tinha feito, de modo que, atacada por ali, de pouco valor seria a sua resistência. A França seria atacada primeiro do que a Rússia, atirando-se contra ela o grosso do exército alemão ; *e assim que o imperador Guilherme se instalasse em Paris,* não preferindo instalar-se, como seu avô, em Versalhes, as tropas vencedoras iriam combater os russos, de movimentos lentos, mal ensaiando incursões em terra alemã, avançando dois passos para recuarem quatro. O problema, para a Alemanha, como disse o Chanceler, era todo de velocidade.

Por isso a invasão da Bélgica tinha de fazer-se ; e tão certo estava o Estado-Maior alemão do bom êxito de semelhante empreendimento que baseara os seus projectos de guerra contra a Rússia sôbre a derrota da França em menos de quinze dias, talvez um semana, se tudo corresse bem...

Quanto à Bélgica...

Em primeiro lugar, não era certo que a Bélgica resistisse, sendo mais provável que se limitasse a reclamar respeito para a sua neutralidade garantida, lavrando perante o mundo, se não fôsse ouvida a sua reclamação, os mais solenes protestos pelo agravo que lhe era feito. Prometendo-lhe que a sua integridade territorial nada sofreria pelo facto da invasão, e que, abstendo-se ela de tomar o partido dos inimigos da Alemanha, todos os danos que a invasão lhe causasse seriam reparados, e de todos os prejuízos que sofresse haveria generosa compensação, fazendo-se isto, a Bélgica não incomodaria as tropas alemãs que atravessassem o seu território a caminho da França, uma semelhante invasão reduzindo-se, afinal de contas, a um passeio militar. Assim pensavam os alemães...

Porventura a Alemanha contava, ainda, como factor determinante da passividade belga perante a invasão do seu território, com a velha rivalidade, velha e parece que irredutível, entre flamengos e valões, uns todos inclinados para a Alemanha, outros inteiramente dedicados à França. Se não era o momento — a invasão do seu território — para êles derimirem o seu pleito, então impunha-se a uns e a outros a obrigação de ficarem espectantes, sem tomarem o partido dum ou outro beligerante, aguardando o desfecho do formidável duelo.

Mas isto nada mais eram do que hipóteses, simples conjecturas, e bem podia ser que a Bélgica — a despeito da sua fraqueza militar, País de sete milhões de habitantes ainda no regimen de sorteio e remissões, com todos os irremediáveis defeitos dum tal sistema — bem podia ser que a Bélgica, na incerteza de quem seria o vencedor, se dispusesse a oferecer resistência, que mais não fôsse a resistência das suas praças: Namur, Liège e Anvers, formando um triângulo estratégico de lados muito desiguais.

Pois bem, a artelharia alemã obrigaria êsses fortes a entregarem-se prontamente, mal travada a luta, e de nada serviriam as inundações de Anvers, porque os seus fortes seriam batidos duma distância onde não poderiam chegar as águas sôltas.

Sempre a Bélgica viveu no receio dum golpe de mão da França, e ùltimamente a questão do Congo malquistou a opinião pública belga com a Inglaterra. Fôsse a Bélgica uma nação capaz de se bater com a Grã-Bretanha, e a questão congolesa, em que havia, por banda da Inglaterra, muito de humanitarismo e muito mais de negócio, tê-las-ia atirado uma contra a outra, do choque de ambições em África resultando uma guerra na Europa.

Se tivesse entrado nos seus cálculos com a fraqueza moral da Bélgica, submetendo-se para não ser esmagada, o Estado-Maior alemão teria praticado um êrro formidável, e a sua desilusão seria tremenda perante a resistência dum povo heróico, disposto a todos os sacrifícios, talvez crente na vitória dos aliados, mas batendo-se por alguma coisa de menos falível, de menos contingente que essa vitória — a sagrada causa do Direito e da sã Justiça.

Foram os grandes que venceram; mas nessa luta de ciclopes, a maior porção de glória cabe aos pequeninos.

XXX

A Alemanha só acreditou a valor que a Inglaterra não ficaria neutral quando a Berlim chegou a nota inglesa intimando o Govêrno Alemão a retirar o seu ultimato à Bélgica. Era esta nota suficientemente clara para não deixar no espírito de quem a lêsse, fôsse quem fôsse, a menor dúvida sôbre as disposições em que estava a Inglaterra.

¿O Govêrno Alemão persistia em violar a neutralidade belga?

A Inglaterra, ligando-se à França e à Rússia procuraria fazer respeitar essa neutralidade pela fôrça das armas.

¿O Govêrno Alemão, honrando os compromissos da Alemanha, respeitava a neutralidade belga?

Nesse caso a Inglaterra, conservando as mãos livres, na frase do sr. Edward Grey, deixaria que o pleito se derimisse entre os vários contendores, intervindo ou não intervindo, conforme julgasse conveniente aos seus interêsses.

O Govêrno Alemão deveria responder à intimação inglesa até à meia noite de 4 de Agôsto.

Vê-se, pelo que relata o sr. E. Goschen, embaixador inglês em Berlim, que o Govêrno Alemão ficou surpreendido com o teor da nota inglêsa; e de tal modo se havia afeito à ideia de que a Inglaterra se manteria neutral, sempre apegada a fórmulas de borracha, duma elas-

tidade cómoda, que mal podia acreditar que das suas indecisões, dos seus cálculos egoístas saísse para uma situação franca, clara, insofismável, uma situação em que já não fôssem possíveis as conversas dilatórias, os hábeis sofismas diplomáticos que permitem ganhar tempo sem que nada se resolva.

A pregunta inglesa era perentória: *¿ A Alemanha está resolvida a respeitar a neutralidade belga ?*

Convém saber que à hora em que esta pregunta era feita em Berlim as tropas alemãs já tinham entrado pela Bélgica dentro, como já tinham ocupado o Luxemburgo, também País de neutralidade garantida pelas estipulações dum Tratado.

O Govêrno Alemão respondeu pela negativa, e mais uma vez se empenhou em justificar o seu procedimento:

«Precisamos chegar a França pelo caminho mais curto e mais fácil, anticipar-nos às operações do inimigo e tentar um golpe decisivo o mais de-pressa possível. Isto é para nós uma questão de vida ou de morte. Indo pelo sul, onde faltam os caminhos e onde se acham as fortificações, encontrariamos uma resistência formidável, que nos faria perder muito tempo. Êste tempo perdido, ganha-lo-ia a Rússia para lançar as suas tropas contra a Alemanha. Proceder com rapidez é o *maître-atout* da Alemanha; o da Rússia consiste em ter um reservatório inesgotável de soldados.»

O relatório do sr. Goschen, de que nos estamos ocupando, foi redigido em Londres, e tem a data de 8 de Agôsto de 1914. Vale a pena ler êste documento, que só não transcrevemos na integra para não tornarmos excessivamente longos estes artigos, feitos sem outra preocupação que não seja a de apurar, com respeito à guerra, as verdades que assentam em documentos, só lhes acrescentando as que se inferem duma análise ri-

gorosa, pondo a mais severa observância da lógica na base de todo o nosso trabalho de interpretação.

Como o Ministro dos Negócios Estrangeiros nada pudesse resolver sem ouvir o Chanceler, da mesma forma que o Chanceler nada poderia resolver sem ouvir o Imperador, o sr. Goschen pediu uma conferência ao Chanceler, o qual imediatamente lha concedeu.

¿O que desejava a Inglaterra?

Que a Alemanha fisesse sair de Bélgica as tropas que já a tinham invadido, comprometendo-se a respeitar uma neutralidade de que ela própria era fiadora, nos termos do Tratado de 1839.

¿E se o não fizesse?

Em tal caso a Inglaterra tomaria as armas contra a Alemanha honrando os seus compromissos.

O Chanceler disse ao sr. Goschen que não compreendia que a Inglaterra por causa duma palavra — *neutralidade* — por causa dum pedaço de papel — *um Tratado* — se abalançasse a desencadear uma tempestade que teria as mais desastrosas conseqüências. *O procedimento da Inglaterra* — disse o Chanceler — *é o de alguém que vendo um homem a defender a sua vida entre dois assaltantes, o fere pelas costas.*

O sr. Goschen explicou ao Chanceler que o procedimento da Inglaterra não podia ser outro, diverso do que adoptara, sob pena de nunca mais alguém tomar a sério os seus compromissos, visto não saber honrá-los.

Resposta do Chanceler: *Mas ¿porque preço é mantido um semelhante compromisso? ¿Pensou nisso o Govêrno Britânico?*

O Chanceler nem sequer se dava ao trabalho de procurar razões que cohonestassem o seu procedimento, razões que não fôssem as do interêsse da Alemanha em violar um compromisso que solenemente tomara, e que não era apenas um compromisso para com a Bélgica, mas compromisso para com todos os signátarios do Tratado

de 1839, podendo mesmo dizer-se que era um compromisso que ela tomara para com tôda a Europa, visto que a neutralidade belga condicionava, pode dizer-se, o equilíbrio europeu. De resto o Govêrno alemão, em 1913, tendo de explicar-se no Parlamento, sôbre a neutralidade belga, afirmara o seu propósito de respeitar as convenções que lhe diziam respeito.

A Comissão do Orçamento, do Reichstag, estava reünida na sessão de 27 de Abril e um dos seus membros, socialista, disse que havia grande agitação na Bélgica, porque se divisava próxima uma guerra franco-alemã, e receava-se que a Alemanha não respeitasse a neutralidade belga.

Respondeu o Ministro dos Negócios Estrangeiros, que era o mesmo sr. Jagow:

«A neutralidade da Bélgica é uma cláusula de convenções internacionais, e a Alemanha está decidida a respeitar essas convenções.»

Um outro membro da comissão, socialista-democrata, não se deu por satisfeito, e insistiu no assunto.

Respondeu o sr. de Weeringen, Ministro da Guerra:

«A Bélgica não entra para nada na justificação do projecto de reorganização militar alemã, que só é determinada pela situação no Oriente. *A Alemanha não perderá de vista que a neutralidade belga é garantida por tratados internacionais.*»

Em 1913 a neutralidade não era simplesmente uma palavra, mas um compromisso de honra; e as convenções internacionais não eram apenas bocados de papel, mas instrumentos diplomáticos e jurídicos que obrigavam aquêles que os subscreviam, nos precisos termos das suas estipulações.

XXXI

A ordem do Govêrno Inglês ao sr. Goschen era terminante: se a Alemanha não retirasse o ultimato que enviara a Bruxelas, exigindo uma *neutralidade amigável*, isto é, a permissão das suas tropas se dirigirem, através da Bélgica, ao encontro do exército francês, devia pedir os seus passaportes e abandonar a Alemanha. O Govêrno Alemão tinha de resolver em qualquer sentido, até à meia noite daquêle dia — 4 de Agôsto.

Por volta das nove horas e meia da noite, a duas horas e meia da expiração do prazo marcado para o Govêrno Alemão responder, o sr. Zimmermann foi à embaixada inglêsa e conversou largamente com o sr. Goschen. A meio da conversa, incidentalmente, o sr. Zimermann preguntou ao embaixador inglês se o facto de pedir os seus passaportes equivalia a uma declaração de guerra.

Semelhante pregunta não deixou de fazer impressão ao sr. Goschen, tanto mais que o Subsecretário do Estado alemão era homem versado em direito internacional, e, no seu País, uma autoridade reconhecida e acatada em matéria de política de relações.

Afizera-se de tal modo o Govêrno Alemão à ideia de que a Inglaterra se conservaria neutra, prevalecendo-se de quaisquer razões ou pretextos, que no momento de

mandar os passaportes ao embaixador, ainda lhe preguntava se era uma declaração de guerra, ou se era apenas uma quebra de relações diplomáticas, podendo não ficar por aí o conflito entre as duas nações.

É preciso não confundir duas coisas, que são distintas, e que, por isso mesmo, têm de ser consideradas em separado.

A primeira é esta: ¿ Convenceu-se a Alemanha, logo que se deu o crime de Seravejo, que a Inglaterra, não se achando directamente envolvida no conflito, tomaria posição neutral?

A outra é esta: ¿ Convencida a Alemanha de que a Inglaterra, tornado conflito europeu o conflito austro-sérvio, entraria na guerra ao lado da França e da Rússia, teria procedido da forma por que procedeu, tornando a guerra inevitável?

À primeira destas preguntas nós respondemos pela afirmativa; à segunda, respondemos pela negativa.

O crime de Seravejo fôra um crime político, e a ninguém repugnou acreditar que na Sérvia êle não provocaria mais do que uma indignação de parada, tanto a Áustria humilhara aquela pequena nação balcânica, e tanto o futuro imperador, o arquiduque Fernando, aparecia aos olhos de todos como impedernido militarão, particularmente desafecto às gentes eslavas. A Inglaterra achou bem que se procedesse a um inquérito, no sentido de se apurarem tôdas as responsabilidades nesse crime, e nenhuma repugnância mostrou em crer que algumas dessas responsabilidades pertenciam à Sérvia.

Tornou-se conhecida, no dia 24 de Julho, a nota enviada de Viena a Belgrado, e logo aos olhos de todos se tornou manifesto que o Govêrno Austro-Húngaro procurava uma *querelle d'Allemand* com a nação sérvia. A partir dêsse momento, os homens avisados, os diplomatas de ofício, tinham de considerar a hipótese dum conflito bélico que tivesse o incidente austro-sérvio como

ponto de partida, mas que se generalizasse a curto trecho, envolvida que mais não fôsse a Rússia.

Começaram as conversas entre as Chancelarias, no sentido de se localizar o conflito, resolvendo-o à boa paz, e só não via quem fechava os olhos que a Alemanha empenhava o melhor dos seus esforços para que a Sérvia ou fôsse humilhada pela diplomacia ou fôsse derrotada pelas armas.

Os austriacos bombardeiam Belgrado e invadem a Sérvia, mal lhe declaram guerra, e a Rússia mobiliza, disposta a não consentir que lhe façam perder a sua situação privilegiada que tinha entre os eslavos da Península Balcânica. A França declara que entrará na refrega, cumprindo todos os deveres de aliada da Rússia, e a Inglaterra, como se não fôsse já manifesto que o conflito balcânico seria uma questão europeia, desunha-se em arengas diplomáticas, afirmando sempre que não dará um passo que restrinja a sua liberdade de movimentos, a sua liberdade de acção.

¿Como seria interpretado êste procedimento na Alemanha?

Seria interpretado como traduzindo o íntimo pensamento da Inglaterra, disposta a trabalhar em favor da paz, mas ainda mais disposta a não entrar na guerra, caso não pudesse evitá-la.

A Inglaterra não formulara um protesto solene contra o golpe de Tânger, em 1895; deixara consumar, sem reclamação, o golpe de Bósnia, em 1908, e perante o atrevimento de Agadir limitou-se a aconselhar a França a ceder a melhor parte do seu Congo, sabendo que desta forma o teutão procuraria cortar-lhe o caminho do Cabo ao Cairo, abrindo êle o seu caminho do Índico ao Atlântico.

No congresso de Haia, em 1909, a Inglaterra propusera o desarmamento proporcional, umas férias nos arsenais de marinha, e a Alemanha, muito terminante

declarou que não subscrevia semelhante programa de política internacional, porque êle era contrário aos seus interêsses e tornaria de impossível realização as suas ambições legítimas.

O Imperador Guilherme já tinha dito que o futuro da Alemanha estava no mar, e como se receasse não ser bem compreendido pelos estadistas inglêses, acrescentara que a Inglaterra ou havia de reconhecer à Alemanha o direito à máxima expansão no mundo, não apenas expansão económica, mas também política, ou havia de medir-se com ela nos campos de batalha.

Se a Alemanha, a partir de 1904, data em se fez a chamada *entente cordeale,* aumentava constantemente as fôrças do seu exército, e acrescentava, em cada ano, de muitas unidades, a sua marinha de guerra, bem devia saber a Grã-Bretanha que era ela o objectivo da política militar que se fazia para além do Rhéno. Contudo, a Inglaterra, longe de se afirmar perante a Alemanha disposta a lutar com ela no campo para que era reptada, mostrava os maiores desejos duma aproximação amigável, uma política de entendimentos que tivesse por base o sistema das compensações... à custa alheia.

Em 1912 o sr. Haldane, reconhecido germanófilo, espírito formado nas leituras dos filósofos alemães, Kant e Hegel de preferência, o sr. Haldane andou pela Alemanha como Pedro o Eremita duma cruzada da paz, empenhando o melhor dos seus esforços para que se não entendessem as duas mais poderosas nações da Europa, uma tendo predomínio em terra, pela sólida organização dos seus exércitos, outra tendo predomínio nos mares, pelo formidável poder das suas esquadras.

XXXII

A evolução política da Europa criou, para a Inglaterra, a necessidade de abandonar o seu *espléndido isolamento*. Fez, primeiro, a sua aliança com o Japão; mais tarde fêz a sua *entente* com a França e, três anos depois, em 1907, entendeu-se com a Rússia para regularem assuntos graves na Ásia Menor. Estava criada uma grande fôrça política a opor a uma outra grande fôrça política, aspirando cada uma delas a ter predomínio na Europa. Encontravam-se, desde êste momento, frente a frente, a Tríplice Aliança e a Tríplice Entente, uma tendo como elementos constituitivos a Alemanha e a Áustria, entendidas desde 1879, juntando-se-lhes a Itália em 1882, e a outra sendo constituida pela Inglaterra, França e Rússia, ligadas por acordos que a opinião pública, sobretudo no tocante à Inglaterra e à França, considerava de pouca firmeza e precisão.

Pois bem; a Inglaterra, na contingência de ter de entrar num grave conflito europeu, conforme as obrigações que derivavam do seu sistema de alianças, a Inglaterra não pensou em criar um exército, limitando-se a só tratar da sua esquadra, como se ainda se mantivesse na situação cómoda de perfeito isolamento, inacessível ao ataque dos seus inimigos, menos fortes, muito menos fortes do que ela, no mar.

¿O auxílio da sua esquadra seria bastante quando a França ou a Rússia carecessem do seu apoio militar?

Não seria, e assim o tinha compreendido uma boa parte da opinião pública inglêsa, da qual se fazem intérpretes — tendo cada um o seu ponto de vista especial — lord Haldane e o marechal Roberts.

Ao passo que o marechal queria o serviço militar obrigatório, lord Haldane, mais tradicionalista, mais respeitador dos usos e costumes do seu País, conservador como nenhum outro, queria estabelecer a sua reforma sob o princípio do voluntariado. Logo se viu que os voluntários, naturalmente porque se não impunha a necessidade, para a Inglaterra, de possuir um exército à maneira alemã, à maneira francesa, não acudiam a alistar-se. Certo era que na Gran-Bretanha não havia fôrça militar capaz de honrar para com o estrangeiro, os países aliados, os compromissos decorrentes dos respectivos pactos. Acordou e isso daria necessàriamente à Alemanha a funda impressão, a quási absoluta certeza de que a Inglaterra, vindo a Rússia e a França a envolverem-se numa luta em que precisassem do seu auxílio, só o teriam por mar.

Decorre da lição da História êste ensinamento — quem dispõe do mar tem sempre vantagens incalculáveis, no caso de guerra, mas nunca uma luta entre nações se resolveu decisivamente no mar.

Em 1870 a França dispunha do mar, e isso lhe permitiu organizar a sua resistência depois da catástrofe de Sedan; mas o seu exército do Loire, que foi um milagre do talento organizador de Gambetta e de Freycinet, não pôde resgatar as faltas cometidas, e a capitulação de Paris fez-se, assinando-se em Versalhes um armistício que desfechou no Tratado de Francfort. O Japão venceu a Rússia na batalha de Tsuschima; mas a guerra só acabou depois do exército russo ter sido desbaratado em Mukden.

Sim, a Inglaterra, em 1914, ainda tinha a supremacia no mar; a sua poderosa esquadra ainda sustentava o principio *two powors standard;* mas que a Alemanha vencesse a Rússia e a França em terra, e a Grã-Bretanha logo veria, apontadas contra ela, as armas vitoriosas.

Pode dizer-se que, a partir de 1900, o aumento da esquadra alemã se fez de ano para ano, na pressa de quem chega tarde e quere ganhar tempo à custa de velocidade. Bem se apercebia disso a Inglaterra, e não ignorava que essa preparação militar era a ela que visava. O Kaiser já o dissera: *o futuro da Alemanha está no mar.* É certo que o mar é a vastidão infinita; mas a Alemanha não aspirava a uma comparticipação: queria ser o mais forte nos domínios neptunianos. *O tridente de Neptuno* — disse Guilherme II — *tem de passar às mãos da Alemanha.*

Isto, e tudo, mais, duma significação inequívoca, que na Alemanha se dizia e escrevia com respeito à futura guerra, de que havia de sair a remodelação politica da Europa, não era para os governantes da Grã-Bretanha aviso bastante para se acautelarem contra o perigo que os ameaçava.

Em 1910 a Inglaterra dá ao seu orçamento de Marinha uma dotação sem precedentes, e logo os jornais anunciam que essa dotação. no montante de 45 milhões de libras, terá de elevar-se, a curto passo, a 60.

Mas ¿ então um País, sendo rico como a Inglaterra, pode aumentar sem conta nem medida as suas despesas improdutivas, sem correr o grave risco duma *débacle* financeira ? Os espíritos mais previdentes, mais avisados da Inglaterra, lobrigavam o abismo a que êsse caminho levava. Fàcilmente ocorreu o expediente duma *agressão preventiva,* tanto mais que a Alemanha, desmentindo quanto se dissera com respeito à sua pobreza, mostrava-se uma Nação bastante rica para competir

com a Inglaterra em despesas navais, sem que por isso descurasse o aumento das suas fôrças militares em terra. ¿ Desarmamento proporcional ? ¿ Férias nos arsenais e estaleiros da marinha de guerra ? A semelhante proposta a Alemanha fazia a *sourde oreille,* e precisamente quando lord Haldane, em missão oficial, andava pela Alemanha a evangelizar a Paz, que pretendia estabelecer sôbre uma aliança na devida forma, em 1912, o programa naval alemão era dotado com mais algumas unidades e o exército acrescido de mais alguns regimentos, e nos meios políticos e militares — derivando daí, por infiltração, para as outras camadas sociais — preconizava-se a necessidade duma guerra com a Grã-Bretanha, para abrir, largo e desembaraçado, o caminho através do mundo, guiado pela mão de Deus, à Nação por êle escolhida para guia e redentor da humanidade. Arbitragem obrigatória ? A Alemanha não a queria, disposta a liquidar os seus conflitos, fôsse com quem fôsse, à mão armada.

Era manifesto que a Inglaterra não queria bater-se em duelo com a Alemanha, e parecia que ela só procurando alianças com os países que tinham uma forte organização militar, dispondo de consideráveis exércitos, obedecia ao pensamento de se dispensar de ser uma grande caserna, limitando-se a ser um grande couraçado.

¡ Quantas vezes, nas conversas políticas, entre pessoas *hautement placés* que se ocupam dos negócios públicos como dos seus negócios particulares, quantas vezes se recordava Cromwell, se recordava Pitt, se recordava Disraelli, estadistas de visão larga, decisiva e ponta, que teriam levado a pôr à Alemanha, sem reticências, êste dilema inexplicável: ou estabiliza as suas construções navais, ou tem de aceitar hoje a guerra que prepara para amanhã!

Mas qual história!

À divisa inglêsa: *Britania rubs the wawes* (a Inglaterra domina os mares), a Alemanha contrapõe audaciosamente esta outra divisa: *Unsere inkunft liegtauf deur wasser* (o nosso futuro está sôbre os mares), e assim, por banda da Inglaterra, se vão acumulando os elementos da enorme conflagração que veio a estalar em Agôsto de 1914, perturbando o mundo inteiro, como um ciclone imenso que fôsse de polo a polo.

XXXIII

Abramos um parêntesis nas considerações que vínhamos fazendo, para tornarmos conhecido um documento enviado de Berlim ao embaixador alemão em Londres, e que tem a data de 3 de Agôsto. É muito importante êste documento, e por êle verão os leitores com que pertinácia o sr. Grey fechava os olhos às realidades mais evidentes, como êle desprezava todos os avisos salutares, em nada mais pensando do que em conservar à Inglaterra uma completa liberdade de movimentos, se viesse a desencadear-se a tempestade.

Em 31 de Julho o príncipe Lichnowsky fêz ao sr. Bethman-Hollveg a seguinte comunicação:

«Sir Edward Grey acaba de me chamar ao telefone e preguntou-me se eu estava habilitado a dizer-lhe que não atacaríamos a França, se esta ficasse neutra numa guerra germano-russa. Disse-lhe que julgava poder assumir a responsabilidade duma tal declaração.»

Logo no dia seguinte o Kaiser, naturalmente satisfeito, enviava ao Rei Jorge o seguinte telegrama, datado de Berlim:

«Acabo de receber a comunicação do vosso Govêrno

oferecendo-me a neutralidade da França com a garantia da Grã-Bretanha. A êste oferecimento está ligada a questão de saber se, dada esta condição, a Alemanha não atacaria a França. Devido a razões de ordem técnica, a minha mobilização, que foi ordenada esta tarde sôbre as duas frentes, Este e Oeste, deve completar-se, conforme os preparativos já feitos.

«Contra-ordens não podem ser dadas, e o vosso telegrama, infelizmente, chegou tarde. Mas se a França oferecesse a sua neutralidade, garantida pela frota e o exército inglêses, eu abster-me-ia de atacar a França, e empregaria as minhas tropas noutra parte. Desejo que a França se conserve serena. As tropas, da minha fronteira, receberam ordens telegráficas e telefónicas de pararem na sua marcha para além da fronteira francesa — *dans leur marche en avant au delà de la frontière française.*»

Quere dizer, em 1 de Agôsto, e sem que a Alemanha tivesse declarado guerra à França, os exércitos do Kaiser marchavam com destino à França, prontos a invadirem o seu território, só não o fazendo porque ordens telegráficas e telefónicas as fizeram estacionar. O sr. Edward Grey não podia ignorar êste facto, e êle era bastante para lhe dar o convencimento de que a guerra entre a Alemanha e a França era inevitável, a menos que a última se prestasse a uma infâmia, ou se sujeitasse a uma vergonha. E contudo s. ex.ª continuava hesitante, a trabalhar pela paz em conversas de chancelaria...

O Chanceler do Império, também no dia 1 de Agôsto, comunicou ao Príncipe Lichnowsky o seguinte:

«A Alemanha está pronta a aquiescer às propostas nglêsas, se a Inglaterra garante com as suas fôrças militares e navais a neutralidade francesa no conflito russo-alemão. A mobilização alemã fez-se hoje, como res-

posta às provocações russas, e antes da chegada das propostas inglêsas. Por conseguinte, a nossa concentração na fronteira francesa não pode ser modificada. Garantimos, todavia, que até ao dia 3 de Agôsto, pelas 7 horas da tarde, a fronteira francesa não será invadida, se o assentimento da Inglaterra nos chegar a tempo.»

Por menos versados que sejam em assuntos militares, os nossos leitores sabem que uma coisa é *mobilização* e outra coisa é *concentração*, sendo a primeira acto preparatório da segunda e constituindo indispensável condição para que ela se realize. As diferentes unidades mobilizam, por via de regra, nas respectivas sedes, e a sua concentração faz-se, depois, conforme o plano de combate, para início da guerra, traçado pelo Estado-Maior.

No telegrama do Kaiser diz-se que a *mobilização*, por motivos de ordem técnica, não pode ser sustada; no telegrama do Chanceler diz-se que a *concentração* na fronteira francesa não pode modificar-se.

Ao passo que a França, obrigada a preparar-se para a guerra, para não ser colhida de surprêsa, ordenava que as suas tropas se conservassem longe da fronteira, a uma distância nunca inferior a dez quilómetros, a Alemanha, ainda a negociar a paz, colocava nos seus postos, do lado da França, as tropas de cobertura, levantava linhas férreas e destruía pontes, como se já estivesse declarado o estado de guerra, e por pontos vários, como que a fazer sondagens, entra no território francês como um invasor.

Tudo isto a Alemanha fazia antes de enviar o seu ultimato à França; *e tudo isto*, mais do que sinais de hostilidade, eram actos militares que só o estado de guerra autorizava, porque constituiam desrespeito pela soberania alheia, a infracção do que há de mais elementar em matéria de direito internacional.

Tudo isto o sr. Edward Grey sabia, e nada disto era suficiente para lhe abrir os olhos à mais clara, à mais brutal evidência, teimoso na sua cegueira, que era, no fim de contas, uma forma ou expressão do seu egoísmo como inglês, representando o seu País no conflito de interêsses que ameaçava convulsionar a Europa.

Mas, revertendo ao telegrama de Bethmann-Hollveg...

A Alemanha, diz o Chanceler em 1 de Agôsto, não invadirá a França até às 7 horas da tarde do dia 3, se a Inglaterra se constitue, pelo seu exército e pela armada, garante da sua neutralidade.

¿O que é isto senão um ultimato enviado à França, em 1 de Agôsto, por intermédio do *Foreign Office?*

O sr. Edward Grey sabia perfeitamente que não fizera à Alemanha o oferecimento da neutralidade francesa no conflito russo-germânico; e ficou sabendo que no dia 3 de Agôsto, pelas 7 horas, haveria o estado de guerra entre a Alemanha e a França...

As horas são preciosas, quando se trata de assuntos desta natureza; os dias são duma importância inestimável. Ganhar tempo, quando se trata de fazer a guerra, é acrescer, por banda de quem assim procede, as suas probabilidades de vitória.

Não se pode dizer, pelo que exposto fica, que o sr. Edward Grey esteve, até à última hora, na incerteza do que faria a Alemanha contra a França, só acreditando que lhe declarara a guerra quando, de facto, lha declarou, em 3 de Agôsto pelas 6 horas e três quartos da tarde — um quarto de hora mais cedo do que o momento fixado pelo Chanceler, três dias antes.

XXXIV

Ao telegrama do Kaiser, aceitando a neutralidade da França, garantida pela Inglaterra, o Rei Jorge respondeu por esta forma:

«Em resposta ao vosso telegrama, que acabo de receber, parece que houve um mal-entendido a-propósito da sugestão que teria sido feita, no decurso duma conversa amigável entre o Príncipe Lichnowsky e sir Edward Grey, na qual era condenada a maneira de retardar um conflito armado entre a Alemanha e a França antes que fôsse encontrada uma forma de entendimento entre a Áustria-Hungria e a Rússia. Amanhã sir Edward Grey avistar-se-á com o Príncipe Lichnowsky para desfazer o mal-entendido que houve da parte dêste último.»

De facto ¿ haveria da parte do embaixador alemão um mal-entendido que o levasse a dizer para Berlim que a França se comprometia a ficar neutral numa guerra germano-russa, sob a promessa de que a Alemanha não a atacaria ?

Antes de fazermos, a êste respeito, quaisquer considerações, vejamos o que o Príncipe Lichnowsky mandou dizer para Berlim, no telegrama ao Chanceler, de-

pois da conversa que com êle teve o sr. Edward Grey, conforme anunciara o rei Jorge:

«As sugestões de sir Edward Grey, baseadas no desejo da Inglaterra se conservar neutral, foram feitas sem acôrdo prévio com a França, sendo depois postas de banda como fúteis.»

Não acreditamos que houvesse um mal-entendido. O embaixador alemão ouviu muito bem o que lhe disse o sr. Edward Grey, e o sr. Edward Grey soube perfeitamente o que disse ao embaixador alemão, para que êste o transmitisse ao seu Govêrno. Não se tratava duma proposta, mas apenas duma hipótese, uma sugestão, como lhe chamou o Príncipe Lichnowsky, sugestão que o sr. Edward Grey teve a leviandade de fazer sem prévia consulta do Govêrno francês.

Se a França, interpretando *ad hoc* o seu tratado de aliança com a Rússia, quisesse afirmar o direito a não intervir no conflito em que ela se achava envolvida com a Alemanha, a Inglaterra ficaria, *ipso facto*, dispensada de entrar na guerra, porque a Bélgica não seria invadida, e os seus compromissos com a Rússia não a obrigavam a tomar as armas para combater ao lado dela.

Simplesmente o sr. Edward Grey se esqueceu de que, ao tempo, a França já tinha dito à Rússia que cumpriria todos os seus deveres de aliada, isto é, que interviria no conflito germano-russo, se êsse conflito viesse a resolver-se nos campos de batalha. O Príncipe Lichnowsky deve ter razão: o sr. Edward Grey sugerira a neutralidade da França para que fôsse possível a neutralidade da Inglaterra.

Um ilustre escritor militar da Alemanha, Clausevitz, dizia que para bem se fazer a história duma batalha seria necessário que os generais que a comandassem

escrevessem não só tudo quanto fizessem e presenceassem, mas também tudo quanto estivessem para fazer...

Uma campanha diplomática, como a que encheu todo o mês de Julho de 1914 e ainda os primeiros dias do mês de Agôsto imediato, para bem ser historiada demanda o conhecimento dos documentos a ela referentes, e nós sabemos que nunca êsses documentos se publicaram todos, que alguns dêles, e nem sempre os de somenos importância, são divulgados em extracto, deixando de se publicar o que de mais importante contêm...

Mas ainda que todos os documentos fôssem publicados, uma campanha diplomática, como a de 1914, não pode ser devidamente historiada sem o testemunho de algumas das pessoas que nela intervieram, relatando factos e circunstâncias de que não há vestígio documental. As *memórias,* geralmente publicadas muitos anos depois, contêm subsídios valiosíssimos para a história de tais campanhas, convindo não esquecer que essas memórias, por via de regra, visam a justificar a acção diplomática de quem as redigiu, sendo por isso parciais, em grau maior ou menor, e constantemente apaixonadas.

Quem se der ao trabalho de ler os vários livros de diversas côres que já se acham publicados, e à guerra de 1914 dizem respeito, fàcilmente verifica que entre êles há lacunas, que só muito imperfeitamente os rigores duma dedução lógica podem encher, de forma a ter-se a impressão de continuidade, cada facto tendo bem expresso o antecedente de que saiu e o subseqüente a que deu lugar.

Tais lacunas representam as conversas que se não reduzem a escrito, as sugestões verbais que se fazem nas chancelarias, em conversas que têm muitas vezes o ar descuidado com que se tratam bagatelas.

Todos os homens públicos que na vida do seu país

representaram um papel de relêvo, sobretudo os que na vida diplomática intervieram por outra forma que não fôsse abrilhantando recepções e comendo jantares, deviam escrever as suas memórias, embora com as omissões a que obriga a vaidade humana, imperativo categórico bem mais poderoso que o da filosofia schopenhaureana.

¡O que não poderia dizer Clemenceau, no capítulo em que tratasse das suas conferências com Lloyd George, sobretudo nas conversas que teve com o Presidente Wilson, e, mais do que tudo, duma importância superior a tudo, o que surpreendeu andando por tôdas as trincheiras, por todos os Quartéis Generais, chamando assim às conferências diplomáticas que precederam os ajustes da paz!

XXXV

Ao certo ninguém sabia o que vinha a ser a *entente cordiale*, pretendendo uns que ela era uma aliança, tomada a palavra no seu mais rigoroso significado político, pretendendo outros que era um pacto de restrito alcance, não obrigando qualquer dos pactuantes senão em circunstâncias muito claramente definidas e muito expressamente exaradas.

Com a Rússia a Inglaterra entendera-se para regular, como já dissemos, pequenos incidentes, mínimas questões, que poderiam originar conflitos na Ásia Menor. E, assim, a Inglaterra não se considerava na obrigação de intervir numa guerra entre a Rússia e a Alemanha, desde que a França se conservasse neutral.

Quanto ao pacto entre a Inglaterra e a França, para muita gente êle não era mais do que um entendimento sôbre os negócios de África, particularmente sôbre a questão de Marrocos, e assim se explica que o sr. Edward Grey, quando dizia que a Inglaterra poderia vir a ter necessidade de intervir — se o pleito austro-sérvio deixasse de ser um incidente da política balcânica para ser uma questão europeia — falava dos *interêsses* e não das *obrigações* da Grã-Bretanha.

Na *Revista hebdomadária* publicou o sr. Gabriel Hanoteaux, em 1912, número correspondente a 24 de Fe-

vereiro, um estudo subordinado a esta epígrafe: *A Inglaterra, a Alemanha e a França,* no qual se dá como certa uma aproximação entre a Alemanha e a Inglaterra, aproximação a que a visita do sr. Haldane poria devido remate.

Com tôda a autoridade que resultava da sua alta situação política, antigo Ministro dos Estrangeiros, o sr. Hanoteaux dizia que a *entente cordiale* se aplicava tam-sòmente à política colonial, particularmente a Marrocos.

Se assim pensava da *entente,* em 1912, um homem como o sr. Hanoteaux, ¿ que admiração era que em França ninguém desse à *entente* o valor duma aliança, esforçando-se os seus homens de Estado por conseguir que a Inglaterra, em vez de afirmar simpatias, assumisse responsabilidades?

Para o sr. Hanoteaux, um conflito entre a Inglaterra e a Alemanha era a coisa menos provável dêste mundo; nem via qual poderia ser a determinante dêsse conflito, como não lograva perceber que benefício poderia derivar daí para qualquer dos dois países. *A Alemanha,* pensava o sr. Hanoteaux, *tem tudo a ganhar na paz e tudo a perder na guerra.*

De resto, o sr. Hanoteaux, além de afirmar que a *entente cordiale* só dizia respeito aos negócios coloniais, particularmente à política de Marrocos, lamentava que a França se lançasse de alma e coração na *entente,* com sacrifício dos seus mais altos interêsses. Transcrevemos as suas próprias palavras: *Se não tivéssemos subordinado tudo, nestes últimos anos, à entente cordiale, teríamos alcançado mais sérias vantagens.*

Boas razões tinha a Alemanha para acreditar que a Inglaterra faria todo o possível por se conservar neutral; e, conhecido o seu feitio utilitarista, interesseira como mercador fenício, não hesitou em lhe preguntar, na esperança duma resposta satisfatória, por que preço ga-

rantia a sua neutralidade. Morto Eduardo VII, a França perdera o grande amigo que tinha na Inglaterra, e o equilíbrio europeu deixara de ter um sólido ponto de apoio contra desvairadas ambições teutónicas. O Imperador Guilherme tinha dito, em 1896: *A Inglaterra deve estar com a Alemanha ou contra ela.* Bem via o Kaiser, em 1914, que a Inglaterra não estava com a Alemanha; mas também via que não estava contra ela, e sinceramente acreditava que a sua atitude seria de espectativa num conflito em que não fôsse directamente visada. O dilema pôsto à Itália para a fazer entrar na *tríplice* era assim formulado: *aliada* ou *inimiga*. A Itália entendeu que mais lhe valia ser aliada que inimiga, e em 1882 estava ligada aos Impérios. Pois bem; o Imperador Guilherme, nas suas palavras de 1896, que acima recordámos, punha a Inglaterra em face do mesmo dilema, só com a diferença de o formular por outro modo.

¡A solidariedade dos povos numa luta de interêsses! Vira-se, em 1870, como a Áustria e a Itália se haviam conduzido para com a França, deixando-a esmagar sem um protesto. Também se vira que a Inglaterra, assistindo ao duelo como testemunha, tinha ainda na memória aquela famosa recomendação de lord Chatam, à distância de mais de um século: *Que os Ministros de S. Majestade não esqueçam nunca êste grande princípio, o princípio director de tôda a nossa política: a única coisa que a Inglaterra tem que recear neste mundo é ver a França tornar-se uma Potência marítima, comercial e colonial.*

Não; a Alemanha só acreditaria que a Inglaterra deixava de ser neutral quando a visse pegar em armas para combater ao lado da França, sua tradicional inimiga, em conflito permanente ao longo da História, a tal ponto que em França se definia assim a história nacional: *a história das nossas lutas com a Inglaterra.*

Isto explica a surprêsa, o alvorôço, o espanto com que em Berlim foi recebido o ultimato da Inglaterra exigindo respeito para a neutralidade belga, dando-se para mais o caso dessa neutralidade já ter sido violada, dois dias antes, não sendo de presumir que o sr. Edward Grey ignorasse um facto de tamanha gravidade.

XXXVI

A Inglaterra consentira que a expedição militar à China, em 1900, fôsse sob o comando dum marechal alemão, e houve por bem não se dar por ofendida com o telegrama do Imperador a Kruger, por ocasião da guerra do Transvaal. Proclamara o Imperador, em Tânger, que Marrocos seria um Estado independente, aberto ao comércio de todos os povos, e a Inglaterra fingiu não ver nesse gesto audacioso o repto que lhe lançavam, a ela mais do que à França. O acôrdo franco-germano de 1909 estabelecia, em favor da Alemanha, uma espécie de condomínio económico em Marrocos, e isso não suscitou reparos por banda da Inglaterra, aliás muito desejosa de não ter perto do Egipto vizinhos que pudessem tornar-se incómodos.

Apeteceu a Alemanha um bom naco do Congo francês, a sua melhor parte, e logo a Inglaterra se deu pressa em aconselhar a França a que cedesse, ficando vizinha da Bélgica, na África equatorial, e apta, por virtude de tais aquisições territoriais, a ligar as suas colónias do ocidente africano, na zona do Equador, com os territórios da Tanganica, estabelecendo mais tarde a ligação directa entre Agadir e Dar-es-Salam.

¿O que significava a presença do «Panther» em Agadir?

Significava um desafio à França, sem dúvida alguma; mas êsse desafio punha à prova o valor da *tríplice*

entente. Ao apêlo da França a Inglaterra respondera aconselhando os meios brandos, uma política de entendimentos, de concessões, e, no caso dela falhar, uma Conferência Internacional, em que fôsse considerado e resolvido o litígio, segundo as maiores conveniências. A Rússia, mais obrigada para com a França do que a Inglaterra, também aconselhou moderação, e que lhe desse o Congo como um *pourboire*, porque não lhe daria grande coisa. A Rússia não estava preparada para uma guerra, não o estaria tão cedo, e a opinião pública moscovita não compreenderia uma luta com a Alemanha por causa do Congo! De resto, a França, em 1908, a-propósito da Bosnia e Herzegovina, dera idênticos conselhos à Rússia, com menos fundadas razões. Somatório de tôdas as conversas entre o Govêrno de Paris e o Govêrno de S. Petersburgo: a Rússia não entraria na guerra, se esta viesse a fazer-se entre a França e a Alemanha por causa do incidente de Agadir.

¿As coisas teriam mudado muito desde 1911?

Talvez a França se não dispensasse de entrar na contenda, honrando os seus compromissos de aliada da Rússia; mas a Inglaterra faria todo o possível para conservar-se neutral, e sempre encontraria boas razões para não correr, com os seus aliados, as *chances* duma guerra terrível.

Havia que ter em conta, na Inglaterra, uma grande efervescência, ao tempo, entre as gentes muçulmanas, e era hipótese para ter em consideração um levantamento nacionalista no Egipto, onde a dominação inglêsa, exercendo-se desde 1882, ainda não conseguira lançar raízes que a pusessem ao abrigo dum safanão revolucionário.

E a Irlanda, ¿que atitude adoptaria no caso da Inglaterra se lançar num conflito que a absorvesse por completo, obrigada a policiar os mares para não morrer de fome, obrigada a guardar as suas costas para não ser

invadida, e ainda por cima obrigada a improvisar um exército que reforçasse os exércitos aliados, o russo, o francês e o belga, no caso da Bélgica ser invadida?

O problema irlandês está pôsto e carece de ser resolvido, não havendo, talvez, mais duma forma de o resolver. Gladstone esforçou-se pela sua resolução, na clara presciência dos embaraços que êle traria, no futuro, à acção dos governos de Londres, mas não logrou o seu honrado propósito, feito de inteligência e de patriotismo. O sr. Asquith, em 1913, apresentou uma solução, que ficou pendente, e justamente nesse ano o movimento nacionalista irlandês tornou-se particularmente grave, duma tamanha gravidade que o Govêrno de Londres ordenou a partida para a Irlanda de fortes contingentes militares. Sucedera, porém, êste facto extraordinário: os comandantes dessas fôrças, correndo todos os perigos duma qualificada desobediência, declararam que não acatavam as ordens recebidas.

¿Aventurar-se-ia a Grã-Bretanha a entrar numa guerra europeia, correndo o risco de ser a Irlanda uma espécie de praça forte em que o inimigo se alojasse para a combater?

Bem sabia a Alemanha a obra de propaganda que tinha realizado na Irlanda contra a Inglaterra, as promessas de auxílio que fizera, em dinheiro e em material de guerra, para o caso dum conflito em que a Inglaterra se intrometesse.

Não, a Alemanha contava com a neutralidade da Inglaterra, por tôdas as razões que deixamos expostas e outras que o leitor fàcilmente aduz; contou, pelo menos, com a sua neutralidade até ao dia 4 de Agôsto, e ainda nesse dia, como já fizemos notar, o Subsecretário dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, entregando ao Embaixador inglês os seus passaportes, lhe preguntava se era dum conflito bélico que se tratava ou

se era apenas dum rompimento diplomático, sem conseqüências militares.

Nesse dia, sim, a Alemanha teve a certeza de que a Inglaterra se não conservaria neutral ; mas então já era tarde para recuar, declarada a guerra à França, e invadida a Bélgica por mais dum ponto da sua fronteira.

Era caso para se dizer em Berlim : *alea jacta est*, repetindo a frase do romano.

XXXVII

Se a Alemanha, em Julho de 1914, tivesse previsto que a Tríplice Aliança não resistiria à prova duma conflagração geral e que os Impérios Centrais teriam a combatê-los, na guerra que se preparava, quási todos os povos do mundo possuindo algum valor militar, por seguro temos que se teria mostrado menos belicosa.

Dificilmente se compreende que ela tivesse podido realizar uma melhor preparação, mais sólida e mais completa, para se bater contra todos que a atacassem ; mas se um bocadinho de reflexão houvesse quebrado a continuidade do seu delírio ambicioso, duma vaidade incomensurável, teria visto que mesmo levando em conta a insuficiente preparação militar dos seus inimigos certos e dos seus inimigos prováveis, a prudência mandava que estivesse quieta, que não desencadeasse uma tempestade, dentro da qual não encontraria pôrto em que se abrigasse.

A Inglaterra intervinha ?

Na verdade, a Inglaterra não tinha pròpriamente um exército, nem coisa parecida, mesmo somando os seus elementos de polícia com as suas fôrças territoriais e expedicionárias.

Mas tinha a mais poderosa esquadra do mundo, poderosa pelo número e pela natureza das suas unidades,

poderosa ainda pelo valor profissional dos seus marinheiros, soldados e oficiais, todos êles formados numa escola de rigorosa aplicação.

A Inglaterra asseguraria a liberdade dos mares, isto é, garantiria, para si e para os seus aliados, a vida de relações, que era, para muitos, que era, para ela, principalmente, uma condição de vida, sem exagêro retórico. Contava a Alemanha com os submarinos ; mas essa arma ainda não estava experimentada, e sôbre a eficácia dum instrumento que entra em acção pela primeira vez não se deve ter confiança por aí além.

A Alemanha reforçara a sua esquadra com algumas unidades de superior valia e baixara o limite de idade dos seus navios de guerra para efeitos de reforma, o que era um processo eficaz de a tornar mais forte.

Sôbre a possibilidade da Inglaterra ser invadida, já não havia discussão possível ; mas seria necessário, para que essa possibilidade se realizasse, que se conjugassem muitas circunstâncias, não dispensando, ainda assim, na conjugação, um descuido inverosímil por banda da Inglaterra.

Havia os aeroplanos, os zepelinos, tôda uma ornitologia guerreira ; mas ¡ era lá possível ligar uma esperança bem fundada a êsses meios desportivos, utilisados pela arte militar !

Confiada a guarda do Mediterrâneo à esquadra francesa, a esquadra da Grã-Bretanha, sem ter que pensar naquela importantíssima via comercial, faria a polícia no Mar do Norte e ainda disporia do suficiente número de unidades para assegurar a posse dos mares largos. Sendo assim, não só a Inglaterra teria eficazmente protegido o seu comércio, mas bloquearia a Alemanha, obrigando-a a consumir-se pela autofagia, só utilisando recursos estranhos, alimento para a sua gente, alimento para a sua indústria, por um difícil e pouco rendoso contrabando.

Se a Alemanha declarou que respeitaria a indepen-

dência, a soberania e a neutralidade da Holanda foi porque não tinha necessidade de atravessar êste País, a caminho da França, como de atravessar a Bélgica, e depois porque lhe convinha que a Holanda, violando discretamente a sua própria neutralidade, a fizesse beneficiar, dalgum modo, pouco ou muito que fôsse, do movimento comercial dos seus portos.

Nem sequer pensou a Alemanha que a sua rival teve sempre um direito marítimo *ad usum delphini,* variável conforme as circunstâncias. Ela não se dispensaria de regular o comércio dos neutros por forma que estes não pudessem abastecer a Alemanha, e fazê-lo era tornar efectivo um bloqueio que levaria à rendição.

¿Possibilidade das colónias, os domínios ou condomínios da Inglaterra aproveitarem os embaraços da Metrópole para afirmarem a sua independência?

Mas a unidade do Império já fôra posta à prova, uma rude prova, por ocasião da guerra com o Transvaal. É certo que a Inglaterra andou empenhada nessa guerra por dois longos anos, e em certos momentos pareceu indecisa a vitória. Mas havia que considerar a enorme distância a que tinha de levar as suas tropas, com tôda a impedimenta que tinha de as acompanhar, e mais do que tudo havia que considerar o inimigo com quem tinha de medir-se e a especial natureza dos seus processos de guerra. Certo é que a Inglaterra improvisou um exército para ir bater-se em África, e improvisou-o sem recorrer ao processo do constrangimento, porque os voluntários afluiram de tôda a parte.

Esqueceu ainda a Alemanha que o seu espantoso desenvolvimento económico, comercial, agrícola e industrial, estava afrontando todos os países produtores, e não apenas a Inglaterra, o que fàcilmente faria supor que numa luta em que ela se envolvesse os outros veriam um favorável ensejo, uma apropositada ocasião para a liquidarem.

Não se enfade o leitor por mais uma vez lho dizermos: a Alemanha, procedendo de maneira a tornar inevitável a conflagração, esperou sempre, até à última hora, que a Inglaterra se conservaria neutral, bastante egoista para se não importar com a sorte dos outros, e talvez bastante descuidada para não ver o perigo que só indirectamente a ameaçava.

Foi só no dia 4, ao receber o ultimato de Londres, que ela se convenceu de que a Inglaterra entraria na refrega; mas era já muito tarde para recuar. Era o momento das audácias, o momento do *coup de tête,* o momento de tentar a sorte das armas confiando-se ao deus dos exércitos. Os outros precisariam de tempo para organizarem a resistência, e êsse tempo ela não lho daria, caindo em cima dêles com a subitaneidade do raio. Contou muito consigo e pouco com os outros, e o resultado foi iniciar a campanha obtendo, de comêço, espalhafatosos triunfos, para dentro em pouco, quebrado o ímpeto com que se lançara para a frente, eleger domicílio no ponto em que pôde fixar-se, e recuar prudentemente.

Sob o ponto de vista militar, o que a Alemanha fêz, de Agôsto de 1914 a Novembro de 1918, foi qualquer coisa de imensamente grande, qualquer coisa de tão extraordinário que aos homens que tiverem de escrever esta página de História universal parecerá maravilhoso, com ares de façanha homérica. Mas, sob o ponto de vista político, não há que encarecer, antes pelo contrário, a sagacidade da Alemanha, porque esta se iludiu grosseiramente quanto à atitude que tomariam os outros países perante a sua fanfarronada; e o manifesto predomínio que tinha adquirido no mundo, sob o ponto de vista económico, jogou-o numa loteria: perdeu-o numa cartada.

XXXVIII

Há uma consideração que pleiteia em favor da atitude do sr. Edward Grey, e essa não queremos omiti-la, porque sempre a crítica deve ser leal. E tratando-se duma tão eminente personalidade, como a do ilustre estadista inglês, que era Ministro dos Negócios Estrangeiros ao rebentar a guerra, essa lealdade tem de ser delicada como um escrúpulo de consciência.

A coisa ideal seria localizar o conflito austro-sérvio, ideal não apenas sob o ponto de vista inglês, mas ideal sob o ponto de vista europeu. O sr. Edward Grey, apenas teve de intervir entre Viena e Belgrado, mostrou o maior desejo de que essa localização do conflito se fizesse, podendo suscitar reparos o facto de não mostrar antes, e primeiro que tudo, um grande e sincero desejo de que o conflito, em vez de se localizar, se evitasse. Importa reconhecer que não seria fácil ignorar que em Seravejo, a 28 de Junho, se dera o assassinato do Príncipe herdeiro do Império Austro-Húngaro, e que êsse crime, essencialmente político, visava a Monarquia geminada. Talvez a Sérvia não tivesse tôda a responsabilidade, não tivesse sequer a maior responsabilidade no duplo assassinato de Seravejo; mas alguma teria, sem dúvida, e a Áustria, mesmo que não fôsse uma

grande Potência, não deixaria de proceder, no caso, por maneira a serem-lhe dadas tôdas as satisfações.

¿Quem lhas havia de dar?

A Sérvia, naturalmente, porque à Sérvia é que ela atribuía, e só a ela, a inteira responsabilidade de tão nefando crime.

¿Que satisfações exigiria a Áustria?

Era pouco natural que se limitasse a querer satisfações protocolares e se satisfizesse querendo que a Sérvia lhe apresentasse as suas desculpas, senão como autora do crime, pelo menos como autoridade que não soubera ser previdente.

A Áustria havia de querer aproveitar a *aubaine* para diminuir a Sérvia, diminuí-la na sua grandeza territorial ou, pelo menos, diminuí-la na sua independência e soberania. Ela o dissera, pela voz dos seus diplomatas, escusando-se a conversas amigáveis: a Áustria não pode viver no constante sobressalto do que fará a Sérvia, preparada para tôdas as eventualidades guerreiras.

¿Contentar-se-ia a Áustria com a humilhação da Sérvia?

Aí estaria a solução do conflito, se a Rússia não pusesse embargos, isto é, se essa humilhação da Sérvia a Rússia a não tomasse para si.

Tornava-se difícil, extremamente difícil, localizar o conflito, e então o sr. Edward Grey alvitrou uma Conferência em que quatro das principais Potências europeias, a quem o conflito não interessava directamente, o estudassem e sugerissem uma solução. O alvitre era inteligente, e teria sido bem visto, se da parte de todos houvesse o mesmo bom desejo, o mesmo honesto propósito de evitar uma solução violenta, que poderia desencadear a tremenda tempestade.

Logo a Alemanha objectou, e fê-lo por maneira que bem se viu desagradar-lhe o alvitre proposto. A Aus-

tria, Nação soberana, para mais grande Potência, não poderia aceitar que um tribunal de arbitragem decidisse entre ela e um insignificante País balcânico, para mais tratando-se de assunto de tamanha gravidade. Sucedia ainda que, nos termos da proposta do sr. Edward Grey, a Rússia era considerada uma Potência que tinha interêsse directo no caso, princípio que a Áustria não podia admitir, porque isso implicaria o reconhecimento dos direitos russos na província balcânica, contrários à política de expansão e predomínio que para si reclamava a Áustria-Hungria.

O sr. Edward Grey fàcilmente demonstrou que a sua proposta não implicava um tribunal de arbitragem, como a Alemanha alegava, e, para bem mostrar que só visava a uma solução pacífica do conflito, disse ao Govêrno de Berlim que se encarregasse de encontrar a fórmula que substituísse, com vantagem, a sua.

Claro está que a Alemanha nenhumas diligências empenhou nesse sentido, afirmando sempre, e de cada vez mais terminantemente, que o conflito austro-sérvio só à Áustria e à Sérvia importava, e que elas deveriam resolvê lo no exercício da sua plena soberania.

Quando já a Rússia tomara no caso uma posição que nada tinha de equívoca, e a França declarara, sem rodeios ou subentendidos, que cumpriria para com a Rússia todos os seus deveres de aliado, o sr. Edward Grey ainda se esforçava por um arranjo amigável, isto é, por que não se convertesse em questão europeia o minúsculo episódio balcânico.

¿O sr. Edward Grey, nestas alturas, ainda acreditaria na possibilidade de conjurar o mal, de afastar para longe a tempestade que se ia formando por cima da Europa, rugindo a distância, como um tufão que se aproxima ?

A hipótese é meramente possível ; mas não repugna acreditar que a ela se não prendia já o espírito do

sr. Edward Grey, formado nas duras realidades da vida.

¿Era inevitável a guerra?

A Grã-Bretanha tinha de sair do seu isolamento, tinha de pegar em armas, não para cumprir quaisquer estipulações de Tratado ou Aliança, mas para defender a sua integridade territorial, a sua independência, a sua intangível soberania.

A guerra que ia desencadear-se seria a maior de todos os tempos, impondo aos que nela entrassem incomportáveis sacrifícios.

Guerra terrestre e guerra marítima, para a Inglaterra ela teria de ser as duas coisas ao mesmo tempo, porque o exército francês não valia o exército alemão, e, vencida a França nos campos da batalha, a Alemanha teria ganho a partida. Ainda havia pouco, em 1912, a Alemanha votara o serviço de cinco anos, e essa votação — 247 votos contra 63 — mostrava bem de que ardor bélico, de que sentimentos guerreiros a Alemanha estava possuida.

XXXIX

A guerra que se preparava devia ser a maior de todos os tempos, e sôbre as suas desastrosas conseqüências, no duplo ponto de vista económico e financeiro, ninguém tinha ilusões.

Muitos tinham por certo que a guerra não chegaria a fazer-se, porque os interêsses constituídos, ameaçados de morte, contra ela se ergueriam, de tal modo que os políticos e os diplomatas teriam de ceder perante os financeiros e os industriais.

Uma guerra, tal como se desenhava, acentuando-se vigorosamente os seus traços a partir de 1910, implicaria despesas de tamanho volume que os beligerantes se arruinariam pela finança, antes de poderem liquidar o seu litígio pelas armas. Viu-se, depois, que se enganaram estrondosamente, pois não só as finanças de cada Estado deram para as despesas da grande guerra que se previa, mas deram ainda para as despesas da prolongada guerra que se fêz, durando quatro anos uma luta que todos supunham que não poderia durar mais de quatro meses.

Sacrifícios de tôda a ordem, mas sacrifícios máximos, teriam de impor-se os que pegavam em armas, sacrifícios tais que porventura não teriam compensação numa vitória alcançada, por completa que fôsse.

Sendo assim, e na verdade assim era, compreende-se o empenho do sr. Edward Grey em evitar que o seu País entrasse na guerra, empenho que se tornou quási uma obsessão, como que um monoideísmo político.

Para ter o direito, a indispensável autoridade para exigir da Nação os sacrifícios sem conta e sem medida que a sua entrada na guerra tornaria indispensáveis, o sr. Edward Grey precisava tornar bem patente, bem manifesto, que fizera tudo para evitar essa catástrofe.

Já em 1911, por ocasião de Agadir, estando iminente uma guerra entre a Alemanha e a França, o sr. Edward Grey, consultado sôbre o que faria a Inglaterra no caso da Alemanha tornar o conflito bélico inevitável, respondeu assim :

«Se os alemães vierem a estabelecer-se em Agadir, reservo-me o direito de consultar, a êsse propósito, os meus colegas no Gabinete».

Agora, em 1914, como então, em 1911, o sr. Edward Grey queria ter as mãos livres, o que tanto faz dizer que não considerava a Grã-Bretanha obrigada a entrar numa guerra por motivo das suas alianças ou acordos com a Rússia e com a França. Contudo, o golpe de Agadir visava mais a Inglaterra do que a França, e muito menos à França do que à Inglaterra importava que ali se fixasse a Alemanha, sendo certo que Agadir, embora não seja um pôrto, mas uma amplíssima baía, pode dominar tôda a navegação do Panamá, o que mais importaria ao comércio marítimo da Inglaterra do que à navegação comercial da França.

O sr. Edward Grey contava com o patriotismo inglês para o caso do seu País ter de entrar na guerra ; mas para que ninguém, no vasto Império, tivesse o direito de escusar-se a sacrifícios, seria necessário que fôsse para todos da mais irrecusável evidência que a

Grã-Bretanha só entrara na guerra por lhe ser impossível ficar alheia a ela, derivando essa impossibilidade dos seus altos interêsses ameaçados, da sua independência posta em jôgo, da sua honra correndo riscos.

A unidade moral do Império afirmara-se brilhantemente por ocasião da guerra do Transvaal; mas então a Inglaterra só tinha como inimigo um minúsculo povo de caçadores, valentes como as armas, mas incapazes de levarem a sua resistência para além de certos limites.

Tôdas as Colónias e Domínios ofereceram à Inglaterra, por essa ocasião, os seus auxílios militares, e se o Govêrno inglês os aceitou, sob a base da mínima participação, foi tam-sòmente para afirmar perante o mundo inteiro que o Império Britânico, longe de ser um corpo de membros esparsos — *membra dejecta* — era um organismo político de rara perfeição, visto nêle haver as interdependências, as correlações que nunca faltam nos organismos de superior categoria.

No Egipto produzira-se um forte movimento nacionalista; na Índia, desde 1908, fizera-se um movimento revolucionário, de carácter anarquista, duma violência desusada, à maneira russa; e na Irlanda, como já tivemos ocasião de dizer, as reclamações do *home rule* tomaram o carácter duma intimativa, ameaçadoras da integridade nacional. A Alemanha contava que todos estes factores entrariam no seu jôgo, e o sr. Edward Grey, não podendo ignorá-los, embora convencido de que o Egipto, a Inglaterra, a Irlanda, quando soasse a hora do perigo para a Inglaterra, tudo poriam de banda para acorrerem em seu auxílio, quis dar a êsses membros da comunidade inglêsa a impressão, resultante de factos: de que tudo fizera pela causa da Paz, absolutamente tudo, excepto levar a Inglaterra à prática duma covardia ou à realização duma infâmia.

Podia ser que a guerra obrigasse a Grã-Bretanha a sair dos seus usos e costumes, adoptando o serviço mili-

tar obrigatório, não só para satisfazer compromissos derivados do seu sistema de Tratados ou Alianças, mas para se defender a si própria, embora lutando na casa alheia.

Por grande que fôsse a confiança do povo inglês no poder das suas esquadras, a muitos espíritos se impunha a necessidade dum exército, insuficiente como era a Expeditionary Forc e a Territorial Army para garantirem a defesa insular, no caso duma possível invasão. O sr. Haldane fizera-se o campeão das reformas militares, sob a base do voluntariado, e lord Roberts fizera-se o campeão das mesmas reformas, sob a base da obrigatoriedade. Viu-se que era lord Roberts quem tinha razão, pois que o voluntariado não forneceu os efectivos, em soldados e segundos comandos, que a organização Haldane tornava necessários.

Se o Govêrno, em qualquer altura da guerra, tivesse de estabelecer o serviço militar obrigatório, era necessário que ninguém, na redondeza do Império, tivesse o direito de erguer a voz, para fazer esta pregunta: *¿ Porque nos lançaram na guerra ?*

A diplomacia inglêsa esforçara-se por desviar a Alemanha da Ásia para a África; em 1890 a Inglaterra dispõe-se a partilhar Marrocos com a Alemanha, talvez para a colocar longe da Mesopotâmia, sôbre a qual o teutão tinha vistas ambiciosas; em 1911 a Inglaterra aconselha a França a fazer as mais largas concessões à Alemanha, dando-lhe o que ela lhe pedia — o Congo — para evitar um conflito guerreiro. Sempre a Inglaterra se mostrara bem disposta a viver em boa paz com a Alemanha, a tal ponto que com ela assentara, nossa amiga e nossa aliada, a partilha das nossas colónias, sob o disfarce de zonas de influência económica.

A Grã-Bretanha tudo fizera, e desde muito longe, para evitar uma guerra com a Alemanha. Não tendo podido evitá-la, era necessário que na luta empenhasse tudo, visto que na luta tudo arriscava.

XL

Pode dizer-se—fôsse qual fôsse a atitude do sr. Edward Grey — que a guerra tinha de estalar, porque a Alemanha, vindo a prepará-la de muito longe, desde que reconhecera não ter esmagado a França com o Tratado de Francfort, não deixaria escapar o ensejo que as circunstâncias lhe ofereciam de tentar um golpe de suprema audácia.

Pode dizer-se isto, mas a afirmação é gratuita, embora em favor dela se possam aduzir razões de algum pêso.

A Alemanha vinha a preparar-se, como já dissemos, de muito longe, para a guerra, e fàcilmente se calcula o que seja o trabalho persistente dum povo que é todo método e disciplina. Se êle fixa, como supremo objectivo da sua actividade, um certo empreendimento a realizar, é seguro que na sua realização empenhará os seus melhores esforços, nada esquecendo, nada omitindo que possa auxiliá-lo nos seus propósitos. Foi assim que os governos da Alemanha, tendo concebido o sonho duma dominação universal, principiando pela sua hegemonia na Europa, foram dispondo tudo para que êsse sonho fôsse ambição nacional. Não bastava à Alemanha ter o maior exército do mundo; era necessário que tivesse uma esquadra capaz de se bater com a da maior Po-

tência naval, a Inglaterra. Mas o problema, tendo de ser resolvido pelas armas, a última razão dos reis e dos povos, não era estritamente um problema militar. Carecia a Alemanha de ter grande indústria, e criou-a; carecia de ter grande comércio, e criou-o; carecia de ter uma agricultura próspera, e teve-a; carecia de ter vasto domínio colonial, e adquiriu-o.

¿Só disto carecia a Alemanha para se abalançar a uma guerra em que, possivelmente, teria de bater-se contra uma coligação de Nações?

Não; a Alemanha carecia de tornar ambicioso de glórias e de predomínio o seu patriotismo, e isso seria a obra dos seus educadores, dos seus mestres. Os intelectuais da Alemanha, nos últimos anos que precederam a guerra, foram os melhores auxiliares do Imperador na sua megalomania guerreira. Diz-se que o apetite vem principiando-se a comer, e o que é verdade em relação aos indivíduos, parece também ser verdade em relação aos povos. O banquete de Sadowa abriu o apetite da Alemanha para o festim de Sedan; e por um triz, em plena digestão, se não atira novamente à França, em 1875, vendo que errara os cálculos, isto é, que a deixara em condições de fácil e pronta regeneração. Os doutores das várias Universidades alemãs por bem pouco não descobrem origens divinas para a Germânia, e com muito desembaraço, para não dizermos com muito despejo, afirmaram a pureza da sua raça através das vicissitudes da História, raça privilegiada, eleita pelo Senhor para ser o guia dos Povos a caminho da perfeição suprema.

Um velho e absurdo prolóquio aconselha que se prepare a guerra para se assegurar a paz; mas a Alemanha preparou a guerra para ter a guerra, mais lógica que a sabedoria das Nações.

Preparar a guerra é tornar inevitável a guerra, porque se cria a sua necessidade por motivos de vária or-

dem: políticos, económicos, financeiros, sem contar com os motivos de ordem psicológica, duma importância transcendental. Da mesma forma que as ideas e os sentimentos correspondem a determinadas atitudes ou expressões físicas, certas atitudes e expressões físicas despertam ideas e sentimentos. Sabe tôda a gente que nesta verdade da fisiologia se baseiam métodos de educação consagrados já por uma larga prática.

A preparação para a guerra, com intuitos de paz, é uma velha ficção que os factos têm desmentido mil vezes, e que subsiste, a-pesar-de tudo, pelas aparências de verdade que encerra. Preparar a guerra é tornar inevitável a guerra; mas pode ser, e é, geralmente, adiar a sua eclosão, permitindo que as costas folguem.

A febre dos armamentos tinha atingido o máximo grau compatível com a saúde financeira dos povos; e, vistas as coisas sob êste aspecto, talvez se possa dizer que a guerra, em 1914, tinha de fazer-se, não sendo possível um acôrdo entre as grandes Potências para estabilizar as despesas militares. A Alemanha propunha-se ter uma esquadra capaz de se bater com a esquadra inglêsa, e por isso não queria ouvir falar de limitação de armamentos, de férias navais, como propunha a Inglaterra. Mas a Alemanha conservava-se lúcida no seu delírio de grandezas, e se desde a primeira hora, isto é, se desde o crime de Serajevo, tivesse adquirido o convencimento de que a Inglaterra entraria na contenda, ao lado da França e da Rússia, fazendo boa cara ao mau tempo, ela teria procedido de modo que a guerra fôsse *partie remise,* ampliando e aperfeiçoando a sua preparação militar, porventura alargando ou robustecendo o seu sistema de alianças.

¿Não conviria à Inglaterra adiar o conflito?

A França estava mal preparada, em 1914, para uma guerra com a Alemanha; e a Rússia, menos preparada do que a França, nem sequer para se bater

vantajosamente com a Áustria tinha suficiente preparação.

A Inglaterra era forte no mar, possuindo a mais poderosa esquadra do mundo inteiro. Mas não tinha exército de terra, e não poderia organizá-lo, segundo os melhores cálculos, em menos de seis meses. Se a guerra não estalasse em 1914, tomando a *Entente* na consideração devida as advertências graves que lhe eram feitas a-propósito do conflito austro-sérvio, pela certa que ela realizaria uma preparação militar, em pouco tempo, tão vasta e tão perfeita, que a Alemanha se não atreveria a declarar-lhe guerra. Tudo, pode dizer-se, foi improvisado pelas Nações da *Entente*, em matéria de preparação guerreira, já a baterem-se com os alemães, e, a-pesar disso, o colosso germânico acabou por se confessar vencido, tendo lutado durante quatro anos com desespêro raivoso.

Evitar a guerra em 1914, quer-nos parecer, teria sido assegurar por largos anos a paz, não sendo verosímil que a Alemanha se metesse numa aventura guerreira com a certeza absoluta de ser esmagada.

As dúvidas, as hesitações, a pusilanimidade do sr. Edward Grey, induziram a Alemanha a contar com a neutralidade inglêsa até o derradeiro instante, só acabando essas dúvidas, essas hesitações, essa pusilanimidade quando já os exércitos da Alemanha, uns em direcção à Rússia, outros em direcção à França, avançavam a marchas forçadas.

XLI

Antes de fecharmos o largo parêntesis que abrimos na análise que nos propusemos fazer do *Livro Branco,* permitam os leitores que digamos algumas palavras acêrca da atitude que adoptaram, no começo da guerra, as chamadas pequenas Potências, justamente as que, sofrendo a primeira agressão, tiveram de suportar os primeiros golpes.

A Sérvia, pequena Potência balcânica, ameaçada pela Áustria, adoptou uma atitude de irrepreensível dignidade no terreno das negociações diplomáticas.

O ultimato austro-húngaro era duma brutalidade inaudita, duma violência que o sr. Edward Grey disse não ter nunca visto em documentos daquela natureza, tão violento, tão brutal e tão grosseiro que bem podia a Sérvia, atenta aos seus direitos e ciosa dos seus brios de Nação soberana, dispensar-se de responder. Uma grande Potência não teria recebido semelhante ultimato, admitindo a hipótese de que a Áustria seria capaz de o enviar a um Govêrno que não fôsse o de Belgrado ou outro de igual modéstia.

Certo é que a Sérvia recebeu o ultimato de Viena, e formulou a sua resposta em termos de evitar um conflito militar.

Não podendo aceitar na íntegra o ultimato, aceitou o mais que pôde, o que não amesquinhava uma Nação livre e independente, duma soberania reconhecida por tôdas as Potências; e com respeito às exigências que reputava inaceitáveis, e o eram, de facto, declarava-se pronta a conversar, isto é, disposta a procurar a maneira de, mesmo a êsse respeito, dar satisfação ao Govêrno de Viena, sem que sofresse a sua dignidade nacional.

Todos os conselhos de moderação foram ouvidos em Belgrado, não só os conselhos que lhe eram enviados da Rússia, mas os que lhe chegavam de tôda a parte.

A Áustria, intrigada pela Alemanha, achava pouco tudo quanto a Sérvia se prontificava a fazer, e em mais duma ocasião se temeu, em Viena, que as diligências diplomáticas tornassem impossível uma acção militar.

A avançar neste caminho, havia de chegar-se, necessàriamente, a um ponto em que às palavras tinham de sobrepor-se os actos, em que tinham de calar-se os homens para se fazerem ouvir os canhões. A Áustria-Hungria declarou guerra à Sérvia; e a Sérvia, como se tivesse de medir-se com uma Potência de poder militar igual ao seu, mobilizou as suas fôrças e preparou-se para a resistência. O território sérvio foi invadido, Belgrado foi bombardeado, e o exército sérvio, na fôrça de 400 mil homens, dispôs-se a vender cara a independência da sua Pátria, resistindo intemeratamente, por forma que os aliados pudessem ir em seu socorro. Convém não esquecer que a Sérvia tinha metade da superfície de Portugal e uma população que em pouco excedia a têrça parte da nossa.

¡Se alguém, na Sérvia, teria e audácia de falar nos seus talentos de organizador militar pelo facto de ter mandado para qualquer teatro da guerra cinqüenta mil camponeses fardados!

A Sérvia, nunca será demais repeti-lo, fêz todo o

possível para evitar a guerra; mas, quando teve de pegar em armas, foi duma perfeita unidade.

O Montenegro, sentindo os seus destinos, perante a guerra que se desencadeava, ligados aos destinos da Sérvia, não teve um momento de hesitação: assim que no País vizinho e amigo soaram os primeiros tiros, armou-se para o socorrer. Em superfície, o Montenegro era como a décima parte de Portugal; e em população, segundo as últimas estatísticas, pouco mais habitantes teria do que o Alentejo. Pois o Montenegro pôs em armas perto de cinqüenta mil homens, de cada um dos seus homens válidos fazendo um soldado. Ao Montenegro tinha o Govêrno de Viena, em Julho de 1914, oferecido, em troca da sua neutralidade, vantagens de tôda a ordem, não se esquecendo de lhe prometer Scutari; e dêste oferecimento havia sido dado conhecimento oficial aos Ministros da França, Inglaterra e Rússia, acreditados em Cettinhe.

O Montenegro recusou o oferecimento, e quando a Sérvia lhe preguntou se poderia contar com o seu auxílio, respondeu altivamente e com decisão:

«A Sérvia pode contar com o auxílio fraterno do Montenegro, nesta hora crítica para o povo sérvio, bem como em qualquer outra ocasião.»

Quando os soldados do Montenegro chegaram à fronteira, em refôrço das tropas sérvias, o rei Nicolau telegrafou ao príncipe herdeiro da Sérvia, seu neto, dizendo-lhe isto:

«Os meus montenegrinos já estão na fronteira, prontos a morrer em defesa da nossa causa comum e sagrada.»

Esta nobre atitude do Montenegro manteve-se através das vicissitudes da guerra, de modo que em Ou-

tubro de 1915, tendo já a Bulgaria atacado a Sérvia, o Ministro do Montenegro em Sofia declarou ao Govêrno búlgaro: *que êle* — o seu Govêrno — *considerava a covarde agressão da Bulgária contra a Sérvia como tendo sido feita igualmente ao Montenegro.*

Foi através do Montenegro que, por fim, as tropas sérvias recuaram perante a onda austro-húngara; e poucos factos há a registar tão emocionantes como a tragédia, a dolorosa tragédia dum anão esmagado por um gigante, do que essa retirada heróica dos sérvios em direcção ao sul, caminho de Corfu, rasgando os fatos e as carnes nos alcantis das montanhas albanesas.

A Bélgica, como superfície, é, aproximadamente, a quarta parte de Portugal; mas a sua população, à roda de sete milhões, é um pouco maior do que a nossa. A atitude da Bélgica, emquanto se tratou de negociações diplomáticas, foi duma correcção perfeita e duma dignidade inatacável, não escutando as propostas que visavam a corrompê-la, e repelindo as ameaças com que pretendiam intimidá-la. Afirmava os seus direitos, e mostrava-se disposta a defendê-los à custa dos maiores sacrifícios. Só recorreu à intervenção das Potências garantes da sua neutralidade quando já os exércitos alemães tinham invadido o seu território. Mal preparada para a guerra, pois que só tarde, à última hora, reformara a sua organização militar, fêz do peito dos seus soldados um muro de bronze e colocou-o na passagem dos invasores germânicos, obrigando-os a uma marcha retardada, com perdas que os desmoralizavam.

Sem a resistência heróica da Bélgica, pode afoitamente dizer-se, os alemães teriam realizado o seu famoso ataque *brusqué*; e Deus sabe qual seria o resultado da luta entre a Tríplice e a *Entente*.

Quem venceu foram os grandes, naturalmente; mas foi o sacrifício heróico dos pequenos que tornou possível a vitória.

XLII

A declaração ministerial, lida ao nosso Parlamento na sessão de 7 de Agôsto de 1914, era redigida nos seguintes termos :

«Logo após a proclamação da República tôdas as Nações se apressaram a declarar-nos a sua amizade, e uma delas, a Inglaterra, a sua aliança. Por nossa parte temos feito, incessantemente, tudo para corresponder a essa amizade, que de-veras prezamos, sem nenhum esquecimento, porém, dos deveres de aliança que livremente contraímos e a que em circunstância alguma faltaríamos. Tal é a política internacional de concórdia e de dignidade que êste Govêrno timbra em continuar, certo de que assim solidariza indissolùvelmente os votos do venerando chefe do Estado com o consentimento colectivo do Congresso e do povo português.»

O sr. Freire de Andrade, Ministro dos Negócios Estrangeiros, comunicou o que se passara na sessão parlamentar aos representantes de Portugal junto das diferentes Potências, nos seguintes termos :

«Govêrno declarou Parlamento que estamos em paz com tôdas Potências, mas em caso algum deixaremos

de cumprir deveres aliança inglêsa, se assim fôr mister. Parlamento aprovou decreto dando latos poderes Govêrno e declaração feita.»

Raciocinemos um pouco.

O estado de guerra entre a nossa aliada e a Alemanha fôra declarado à meia-noite do dia 4, e três dias depois o Govêrno português, com a aprovação do Parlamento, declara que preza muito as suas amizades, mas que elas, em circunstância alguma, o impedirão de proceder como aliado da Inglaterra.

Se fôsse obrigação de Portugal declarar-se em guerra com os países que em guerra estavam com a Grã-Bretanha, em vez da amistosa declaração de que nos estamos ocupando, o Govêrno teria levado ao Parlamento o pedido de uma autorização para se declarar em estado de guerra com a Alemanha. A prova de que essa obrigação não depende dos termos da nossa aliança, com carácter imperativo, de forma incondicional, está precisamente no facto de se dizer, na declaração lida pelo sr. Bernardino Machado, na sessão parlamentar de 7 de Agôsto, *que em circunstância alguma faltaríamos aos deveres dessa aliança.* Quer dizer, no dia 7 de Agôsto ainda êsse dever se não impunha às nossas deliberações ; e por isso, em vez de beligerantes, nos declarámos amigos de tôdas as Potências, sem exclusão da Alemanha.

¿Qual ficou sendo, depois da declaração de 7 de Agôsto, a situação de Portugal ? Ficou sendo, no critério do Govêrno presidido pelo sr. Bernardino Machado, *a de neutralidade.* Assim o disse o sr. Freire de Andrade, em telegrama — o n.º 9 — dirigido ao sr. Teixeira Gomes, comunicando-lhe a resposta que dera ao Ministro da Áustria, que o procurara para lhe preguntar porque não tínhamos declarado a nossa neutralidade.

E' bom transcrever:

«Declarei Ministro da Áustria, que me procurou depois declaração do Govêrno na Câmara, e fiz saber indirectamente Ministro da Alemanha, que o Govêrno Português não tinha feito declaração alguma acêrca neutralidade e que portanto estava neutro, segundo Direito Internacional, e assim estávamos cumprindo os deveres que como tal nos competiam.»

Pode dizer-se, em face dêste telegrama, que a nossa neutralidade foi declarada à Alemanha e à Áustria, com a salvaguarda de que a romperíamos no dia em que fôsse necessário fazê-lo para cumprirmos os nossos deveres de aliado. Seríamos neutrais, *mas tendo aliança com Inglaterra, e não podendo prever o futuro, poderia suceder que fôssemos levados a sair da actual situação, razão esta pela qual a neutralidade não fôra oficialmente declarada.*

Ser neutral é praticar os actos de neutralidade que mais ou menos andam definidos nos tratados de Direito Internacional, e êsses actos o Govêrno a que presidia o sr. Bernardino Machado tinha de praticá-los, dada a interpretação que dera aos Ministros da Alemanha e da Áustria, nos termos da sua declaração no Parlamento.

A declaração feita pelo Govêrno, no Parlamento, foi a que devia ser; como amigos e aliados da Inglaterra, de conformidade com as aspirações dessa amizade e de conformidade com as obrigações dessa aliança, teríamos de proceder de harmonia com as circunstâncias. O Govêrno inglês — documento n.º 5—pedira com instância ao Govêrno Português que se abstivesse, *por agora,* de publicar qualquer declaração de neutralidade; e o Govêrno Português dera a sua aquiescência a êsse pedido.

O que nós queremos pôr numa perfeita evidência é que o Govêrno a que presidia o sr. Bernardino Macha-

do, pela voz do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, disse aos representantes da Alemanha e da Áustria em Lisboa que estávamos neutrais, mas que a nossa neutralidade acabaria no momento em que, aliados da Inglaterra, precisássemos tornar-nos beligerantes.

Já tivemos ocasião de salientar o facto de ter o nosso Ministro na Inglaterra, sem que para isso recebesse indicações do seu Govêrno, declarado ao Govêrno Inglês que o nosso País estaria, em qualquer caso, ao lado da Inglaterra; e o Govêrno Português, antecipando-se ao Parlamento, confirmou as declarações do sr. Teixeira Gomes.

O Govêrno teria criado ao sr. Teixeira Gomes uma situação má se não tivesse confirmado as suas declarações; o Parlamento teria criado ao Govêrno uma situação absolutamente insustentável se tivesse resolvido adoptar uma politica diferente da que êle iniciara.

O sr. Edward Grey, quando disse ao Govêrno de Paris que se oporia a que a Alemanha atacasse os navios franceses ou fizesse qualquer demonstração nas costas da França, não se esqueceu de dizer que êsse compromisso ficava dependente do Parlamento...

XLIII

Publicaram os jornais de Londres um telegrama, expedido de Lisboa, anunciando que o Govêrno Português havia declarado na Câmara estar incondicionalmente com a Inglaterra.

¿ Quere o leitor saber que impressão fêz no *Foreign Office* êste telelegrama?

O sr. Teixeira Gomes disse-o ao sr. Freire de Andrade, em telegrama de 9 de Agôsto, e que constitue o documento n.º 17 :

«*Foreign Office* surpreendido com telegrama de Lisboa, publicado em vários jornais esta tarde, anunciando que Govêrno Português declarou na Câmara estar incondicionalmente com Inglaterra. *Foreign Office* não esperava que acontecimentos se precipitassem tão de--pressa. Subsecretário Crowe pensa que, confirmando--se notícia, resolução Govêrno Português devia ter sido provocada pela acção Ministro da Alemanha. Estou ansioso por pormenores, pois sendo verdadeira notícia, implica estado de guerra com Alemanha.»

Êste telegrama do sr. Teixeira Gomes é um comentário interessante à berrata dos que pretendiam, à viva

fôrça, que a sessão de 7 de Agôsto significava uma declaração de guerra à Alemanha.

Não significava tal. E no *Foreign Office* estava-se tão longe de esperar que nós tomássemos posição de beligerantes, que o sr. Crowe, *admitindo a verdade do que dizia o famoso telegrama enviado de Lisboa,* logo atribuíu a uma provocação alemã a atitude que adoptáramos.

Compreende-se que o sr. Teixeira Gomes ficasse ansioso por notícias; em seu entender, Portugal devia encontrar-se em estado de guerra com a Alemanha, desde que o Parlamento se declarava incondicionalmente ao lado de Inglaterra.

Entretanto chegava à Legação o texto exacto da declaração que o Govêrno fizera no Parlamento, e o sr. Teixeira Gomes levava-a, sem perda de tempo, ao conhecimento do Govêrno inglês.

¿Como foi recebida pelo *Foreign Office* uma tal comunicação?

O sr. Teixeira Gomes disse-o para Lisboa, em telegrama confidencial, que constitue o documento n.º 18:

«*Confidencial.* — Comuniquei *Foreign Office* texto exacto declaração do Govêrno no Parlamento, que satisfez completamente.»

O que o Govêrno Inglês nos tinha pedido, mostrando nisso o maior empenho, era que não declarássemos a neutralidade, o que manifestamente implicava o reconhecimento do nosso direito a fazermos essa declaração. Responde isto aos que apregoavam que tínhamos forçosamente de entrar na guerra, desde que a nossa aliada nela entrara, porque essa obrigação constava das estipulações, claramente expressas, dos nossos Tratados de Aliança.

É bom recordar...

O sr. Carnegie, em 4 de Agôsto, comunicara ao Govêrno Português os desejos do sr. Edward Grey, isto é, os desejos do Govêrno de S. M. Britânica: *Por agora, o Govêrno de Sua Majestade ficaria satisfeito se o Govêrno Português se abstivesse de proclamar a neutralidade.*

¿Como se explicaria que o Govêrno Inglês, não reconhecendo ao seu aliado o direito de ser neutral na guerra que ia desencadear-se, com o maior empenho o solicitasse a não declarar a sua neutralidade? Mas o sr. Edward Grey dizia mais, no referido telegrama ao sr. Carnegie: *No caso do Govêrno de Sua Majestade entender de futuro necessário fazer algum pedido ao Govêrno Português, que não seja compatível com a neutralidade dêste último, apelará para a Aliança como justificação de tal pedido.*

Quer dizer, nós praticávamos a neutralidade sem a declararmos, e o Govêrno inglês, se um dia viesse a ter necessidade de qualquer serviço que pudéssemos prestar-lhe, incompatível com a nossa qualidade de neutros, fundamentaria o seu pedido nos termos da Aliança, e êsse seria o momento de tomarmos perante a Alemanha uma atitude diversa.

Nunca, em conferências ou em jornais, os nossos intervencionistas se deram ao trabalho de analisar aqueles trechos dos nossos Tratados de Aliança com a Inglaterra, em que se contém a obrigação de sermos beligerantes tôdas as vezes que a nossa aliada estiver em guerra. Um ou outro intervencionista — muito poucos — teriam lido êsses Tratados, interpretando-os com exacto critério; mas a maior parte só saberia da sua existência por ter ouvido falar...

XLIV

A vigência dos nossos Tratados com a Inglaterra, o primeiro dos quais é de 1373 e o último de 1815, foi reconhecida em 1828-1829 pelo Marquês de Barbacena, Ministro do Brasil em Londres, e pelo conde de Aberdeen, primeiro Ministro da Grã-Bretanha.

Sempre a Inglaterra se julgou obrigada, pela fôrça dos Tratados, a assegurar a nossa independência contra quem quer que fôsse, e nunca deixou de reconhecer essa obrigação de forma expressa.

Em 19 de Fevereiro de 1873, lord Granville, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha, dirigiu aos Ministros britânicos em Lisboa e Madrid uma nota ou despacho, em que se lia :

«Eu disse (ao Ministro de Espanha em Londres) que a melhor resposta que lhe podia dar era a declaração de que a Grã-Bretanha se havia sempre recusado a intervir nos negócios externos dos outros paises. *Existem, porém, compromissos tomados em Tratados entre Portugal e a Grã-Bretanha para defender Portugal contra agressões externas, de modo que os espanhóis não poderiam contar com a indiferença da Inglaterra perante uma agressão contra Portugal.*»

Nos papéis do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que dizem respeito à Aliança inglêsa, deve encontrar-se uma nota dizendo que esta declaração nunca foi levada ao conhecimento do Parlamento, e que dela foram dadas cópias aos senhores José Luciano de Castro, quando Presidente do Conselho, e Wenceslau de Lima, quando Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Isto não quer dizer, bem entendido, que outros Ministros não houvessem dela tido conhecimento; simplesmente estes dois, não sabemos porque justificada concepção, a conheceram oficialmente.

Mais tarde, em 1876, Lord Derby comunica ao encarregado de negócios de Portugal em Londres:

«Espero que esteja agora mais tranqüilo com relação às ideas anexionistas da Espanha; *de resto, nada tinha e nada tem a recear, porque a Inglaterra jamais o consentiria.*»

Já em 1856, havendo receios em Portugal de que os acontecimentos de Espanha aqui tivessem desagradável repercussão, e figurando-se a hipótese da Espanha pretender efectuar contra nós algum golpe à mão armada, o Conde de Lavradio, Ministro de Portugal em Londres, foi conversando com o Govêrno inglês a êsse respeito, e, num ofício, que tem a data de 26 de Outubro, comunica para Lisboa:

«Não tenho deixado de chamar a atenção dêste Govêrno sôbre o estado da Espanha e as suas conseqüências, sobretudo as relativas a Portugal, que não pode deixar de ser mais ou menos afectado por quaisquer desordens que se manifestem no País vizinho.

«As minhas observações têm sempre sido ouvidas com notável benevolência e segurança de que o Govêrno

britânico não deixará de se mostrar, em tempo competente, fiel aliado.»

Em 1898 o Govêrno inglês declarou quais os artigos ou estipulações dos Tratados de Aliança, concluídos entre Portugal e a Inglaterra, que estavam em vigor, e no ano seguinte (1899) o Rei de Portugal, D. Carlos, e a Rainha de Inglaterra, D. Vitória, firmaram uma declaração, *considerando em plena fôrça e vigor os antigos Tratados de aliança, amizade, e garantias que subsistem entre as duas Coroas e confirmam especialmente nesta ocasião o artigo 1.º do Tratado de 29 de Janeiro de 1642 e o último artigo de 28 de Junho de 1661.*

Esta declaração serviu aos monárquicos para encarecerem os talentos diplomáticos do Rei D. Carlos, insinuando que se tratava dum novo Tratado entre Portugal e Inglaterra, tratado em que, mercê da hábil diplomática da nossa Lei, tínhamos alcançado vantagens consideráveis.

Ficam sabendo agora, os que ainda o ignoravam, que êsse pretendido Tratado nada mais foi do que uma confirmação dos Tratados existentes, fazendo-se especial menção dos Tratados de 1648 e 1661, naquelas estipulações que têm superior importância.

Em 1903 o almirante que comandava a esquadra inglêsa em manobras na baía de Lagos foi recebido pelo Rei D. Carlos, para lhe agradecer o acolhimento que lhe haviam feito as autoridades portuguesas e a visita que à esquadra fizera S. M.

O Rei Carlos, respondendo à alocução do almirante Wilson, disse:

«O afecto que me dizeis ter grangeado no coração dos valentes marinheiros inglêses considero-o entre os mais sólidos penhores da aliança tradicional, hoje mais

estreita do que nunca, entre os dois Países, e que tão perfeitamente se harmoniza com os interêsses e o sentir de ambos.»

O almirante não aludiu sequer à Aliança; mas o Rei achou bem fazer-lhe larga referência, não querendo perder o ensejo que se lhe oferecia de afirmar perante o mundo que continuávamos sendo aliados da Inglaterra.

O comandante duma esquadra que viera a Portugal para manobras não podia falar como se fôsse um Plenipotenciário, expressamente enviado para tratar de assuntos diplomáticos. Mas uma outra esquadra inglêsa veio a Portugal, em 1900, sob o comando do almirante Rawson; e no banquete que à oficialidade dessa esquadra foi oferecido na Sala do Risco, o Ministro inglês, sir Mac Donnel, pronunciou um discurso em que havia estas passagens:

«Como o Presidente do Conselho acaba de observar, a Aliança que une os dois Países é de remota data: formou-se no passado, afirma-se no presente. Da mesma forma que os navios de guerra, na actualidade, pela sua construção e armamento, são melhor adaptados às exigências do tempo presente que as caravelas dos velhos tempos, assim também é necessário remodelar e adaptar às circunstâncias de hoje os velhos instrumentos que foram adoptados para nos unirem no passado.

«A Aliança, pela qual nós estivemos ligados na antiguidade, apenas carece de ser renovada e confirmada, e essa confirmação é trazida a Portugal pela Esquadra do Canal, presente no Tejo.

«O Govêrno de S. M., portanto, considera que os Tratados que têm desde há muito tempo existido entre os dois Países e que têm sido tão repetidamente citados como ligando-nos ainda, se reforçaram pelos

acontecimentos recentes. Conseguintemente, os fervorosos e leais desejos do Govêrno da Rainha são que a firme e velha amizade e aliança sejam resolutamente mantidos no futuro.»

Escusado seria dizer que estas palavras do Ministro valiam como se as proferisse o próprio Govêrno inglês.

XLV

O discurso do Ministro inglês, a que nos referimos no capítulo anterior, teve um grande eco lá fora, na Áustria-Hungria, na Bélgica, na Rússia, na Itália e sobretudo na Alemanha, onde foi considerado, por uma boa parte da imprensa, como sendo uma manifestação contrária ao acôrdo anglo-alemão, *aquêle famoso acôrdo que dividia as nossas colónias, sob o disfarce de zonas económicas, entre a Alemanha e a Inglaterra.* O sentimento geral na Europa foi de que entre Portugal e a Inglaterra se ajustara uma nova Aliança, a qual interessava, particularmente, o mundo colonial, pois que estabelecia, com respeito às nossas colónias, garantias de defesa que as tornavam inatacáveis.

Foi êste o altíssimo significado do discurso do sr. Mac Donnel no banquete oferecido ao almirante Rawson, em Lisboa.

Convém dizer que o Ministro inglês, numa passagem do seu discurso, antes de se referir à velha Aliança inglêsa, renovou os agradecimentos do seu Govêrno ao Govêrno de Portugal pela atitude que adoptara em face da guerra anglo-boer. Essa atitude foi a de espectadores, não obstante já sermos, nesse tempo, os aliados e os amigos da Inglaterra, a-pesar da luta, em certo momento, parecer que ia decidir-se em favor dos heróicos

combatentes do Transvaal. Acto que representasse quebra de neutralidade só praticámos um: a licença de passarem tropas inglêsas pelo nosso território; e êsse foi baseado em notas reversais, que a diplomacia fêz surgir dos respectivos arquivos. Nem a Inglaterra se julgou no direito de pedir a nossa intervenção armada, com base nos Tratados, nem Portugal julgou conveniente dar à Inglaterra auxílio diferente do que ela pedia. Pois essa atitude mereceu os agradecimentos imediatos do Govêrno inglês, e o sr. Mac Donnel, sem dúvida por expressa recomendação do seu Govêrno, renovou êsses agradecimentos no discurso da Sala do Risco.

Antes de brindar pelo Rei, pela Rainha, pela Família Rial, o sr. Mac Donnel agradeceu ao Govêrno de Sua Majestade Fidelíssima, nos mais calorosos termos, a atitude amistosa que adoptara para com a Inglaterra, a qual fôra grandemente apreciada pelo Govêrno de S. M.

O melhor será transcrevermos:

«Before doing so however I take this opportunity of thanking the government of His Most Faithful Majesty in the warmest terms for the friendly attitud which they have so tactfully observed towards Great Britain during the war and wich have been most higly appreciated by Her Majesty's government.»

Por certo não passou despercebido ao leitor aquêle trecho do discurso em que o Ministro inglês fala na necessidade de actualizar a Aliança, antiquada como as Caravelas, dando-lhe linguagem corrente, e pondo-a em harmonia com as realidades actuais.

Isto se deveria ter feito, isto se deveria ao menos ter tentado em 1914; e para o conseguirmos bastaria que nos tivéssemos reportado aos dizeres, que eram um convite, do sr. Mac Donnel.

De semelhante bagatela não curaram os Pretores, alguns dos quais nunca tinham deixado cair a vista sôbre os Tratados de Aliança entre as duas Nações.

Sabemos muito bem que a Inglaterra é um País essencialmente preso à tradição, tão pouco legislador que a maior parte das suas leis, e das mais importantes, as conserva nos costumes, mais do que no papel.

Mas se a Inglaterra, em 1900, nos advertira da necessidade de actualizarmos os Tratados, ¿que dúvidas teria em o fazer em 1914, justamente no momento em que melhor conviria definir direitos e obrigações?

Tanto em 1908 como em 1910, a-propósito dum esboçado conflito entre Portugal e a China, a Inglaterra reconheceu as suas obrigações para connosco, isto é, o seu dever de nos assegurar a defesa da nossa integridade territorial. Em ofício que tem a data de 13 de Abril de 1910, o Marquês de Soveral comunicou para Lisboa que o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Inglaterra telegrafara ao representante da Grã-Bretanha na China, *lembrando-lhe a existência do Tratado anglo-português e mostrando que a menor agressão à nossa soberania constituiria um* casus foederis.

Valeria a pena saber que atitude tomou a Inglaterra no recente conflito entre nós e a China, há meses...

Em Abril de 1912, o sr. Noel Buxton, parlamentar, preguntou ao Secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros se a aliança ofensiva e defensiva entre a Inglaterra e Portugal fôra recentemente renovada.

Respondeu o sr. Edward Grey:

«A questão assim posta contém uma inexactidão que eu julgo necessário corrigir.

«E' um êrro grave falar de Aliança anglo-portuguesa como sendo uma aliança ofensiva e defensiva. Se o ilustre deputado quiser consultar o texto dos Tratados

que foram publicados em 1898, verá que a aliança é puramente defensiva. Os Tratados não tendo sido feitos para vigorarem por determinado período, são, por sua natureza, perpétuos. Êles só poderiam ser renovados, naturalmente, depois duma guerra entre as duas partes, não me atendo agora a rigores de linguagem técnica.»

Esta declaração de lord Edward Grey, feita dois anos antes de começar a grande guerra — em 1912 — tem a maior importância, seja qual fôr o aspecto sob que se considere.

Em primeiro lugar o sr. Grey afirma, peremptòriamente, que a Aliança é meramente defensiva, e tem em grave êrro considerá-la por outra forma — isto é, uma aliança ofensiva. Depois, o sr. Grey nega que tenha havido renovação da Aliança, o que ainda responde aos que têm pretendido enfeitar-se com os louros de felizes negociadores de Tratados entre Portugal e a Inglaterra. O que tem havido, ao longo dos tempos, é a confirmação de velhos Tratados, os quais o sr. Edward Grey considera perpétuos, visto não terem sido feitos por tempo determinado — *for any specified term*.

XLVI

Sempre a Aliança anglo-portuguesa foi considerada uma aliança *meramente defensiva,* precisamente nos termos em que o sr. Edward Grey, na sessão parlamentar a que já nos referimos, o declarou.

Em 1762 os Governos de França e Espanha convidaram o Govêrno português a juntar-se-lhes contra a Inglaterra. O Marquês de Pombal recusou, explicando a sua recusa:

«Tendo com a Inglaterra as antigas e por tantos anos não interrompidas alianças *puramente defensivas* e públicas por tantos e tão soberanos Tratados, jamais consentiria em expor seus súbditos às calamidades de uma guerra ofensiva».

Em 1796 andavam em guerra a França e a Espanha contra a Inglaterra; e, dado o valor militar, ao tempo, das duas Nações, o êxito da luta era, pelo menos, duvidoso. Pois o Govêrno português, com fundamento nos Tratados, fêz publicar um decreto, com a data de 17 de Setembro, no qual se declara neutral entre a Inglaterra, de um lado, e a França e a Espanha, do outro.

Não tardou que a França e a Espanha se mostrassem resolvidas a conquistar Portugal; e logo a Inglaterra

fêz aparelhar, em Falmouth, uma esquadra de mais de vinte navios para vir em nosso socorro, e o Parlamento votou, em nosso favor, um subsídio de duzentas mil libras.

¿ Os que andam por aí a berrar o crime da nossa neutralidade, aliás pedida pela Grã-Bretanha, na recente guerra, conheciam êste facto?

Os Tratados de agora são os mesmos de então, e a Inglaterra, então como agora, mostrou-se disposta a obedecer às suas estipulações.

Também em 1803, por decreto que tem a data de 3 de Junho, o Govêrno português se declara neutral entre a Inglaterra e a França; e quando se esboça um movimento de invasão no nosso País, por banda dos franceses, atravessando a Espanha, a Inglaterra declara aos nossos vizinhos que a entrada de tropas francesas em Portugal a tomará como um *casus belli*.

Lord Canning, em 1823, declarou no Parlamento que a Inglaterra não interviria na contenda, se Portugal se ligasse à Espanha para combater os franceses; mas no caso de Portugal, conservando-se fora da luta entre franceses e espanhóis, vir a ser atacado por uns e outros, *a Inglaterra porá em acção tôdas as suas fôrças para defender a independência do seu antigo e fiel aliado*.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, em 1912, ordenou uma compilação das estipulações mais importantes, e ainda em vigor, dos Tratados anglo-lusos, e preguntou ao Ministro inglês em Lisboa, sir Harding, se essa compilação estava perfeita.

O sr. Harding, devolvendo o respectivo memorando, disse que sim; a compilação era exacta e perfeita e os velhos Tratados estavam em pleno vigor, acrescentando que a sua opinião a êsse respeito era meramente pessoal.

«A minha opinião, não como Ministro, mas como

Sir Artur Harding, é que os antigos Tratados subsistem intactos, a-pesar das modificações determinadas por novas condições políticas às atribuïções formais das partes contratantes; mas um jurisconsulto talvez a não partilhasse.»

Como quer que no memorando em questão se omitissem, sem intenção, aqui e além, os nomes dos régios personagens que firmavam os respectivos Tratados, o sr. Harding notava o facto, na sua resposta: — *não vejo bem porque v. ex.ª riscou:* vous avez biffé — *(o vosso zêlo republicano por certo não chega até êsse ponto) os nomes dos nossos antigos soberanos respectivos, pelos quais os Tratados de Aliança foram concluídos.*

Ao terminar a sua resposta, muito ferido no seu respeito de bom vassalo, mesmo para Imperantes mortos há muitos séculos, o sr. Harding repetia a queixa:

«Penso, portanto, que não era preciso, mesmo correndo o risco de desagradar ao Grupo Democrático da Câmara, eliminar dum quadro resumido dos nossos antigos Tratados os nomes dos Reis e mesmo os de Oliveira Cromwell, cujo Poder excedia o de um Rei, que os concluiram ou os renovaram.»

Do outro se conta que, mesmo pelo telefone, não falava com o patrão sem tirar o chapéu...

As observações, um tudo nada impertinentes, do sr. Harding, naturalmente, não ficaram sem resposta:

«Omitindo algumas vezes os nomes dos Chefes de Estado que concluiram os Tratados de Aliança, não tive em vista — fàcilmente v. ex.ª o acredita — a menor pretensão a refazer a História. Não vejo inconveniente, de resto, em conservar, na próxima publicação dos Tra-

tados, os nomes de todos os Chefes de Estado que os concluiram. Mas eu pretendia, para maior clareza — como lhe expliquei — eliminar nas transcrições tudo o que não fôsse essencial ; e v. ex.ª concordará, assim o espero — como Gratius, Watel e outros — que os Reis se consideram sempre que tratam em nome e como representantes das Nações ou dos povos à frente dos quais Suas Majestades se encontram.»

Terminando a sua resposta ao sr. Harding, dizia o Ministro português, dr. Augusto de Vasconcelos:

«De resto, julgo que uma publicação actual, oficial e simultânea, em Londres e em Lisboa, dos nossos Tratados de Aliança, viria inteiramente a-propósito.»

Esta publicação, devidamente actualizada, não chegou a fazer-se ; e foi pena, porque teria habilitado os nossos eventuais estadistas a conhecerem, nos seus precisos termos e rigorosa significação, os Tratados de Aliança entre a Inglaterra e Portugal, dos quais decorram, para um e outro País, na eventualidade duma guerra em que algum dêles se empenhe, direitos e obrigações.

XLVII

Já o leitor conhece suficientemente os Tratados de Aliança entre Portugal e a Grã-Bretanha (*) para bem julgar da situação jurídica do nosso País como aliado da Inglaterra, perante a tempestade que se desencadeou por tôda a Europa nos princípios de Agôsto de 1914.

Por mais duma vez, a respeito dêstes Tratados, se fizeram declarações, se pronunciaram discursos parlamentares, se trocaram notas diplomáticas, mas êles ficaram sempre vigorando, em termos tais que o sr. Edward Grey pôde dizer, encontrando expressão feliz para enunciar um facto averiguado, *que êles eram um todo, formando verdadeiramente uma unidade.*

Quanto à natureza da Aliança anglo-lusa, se a êste respeito pudesse haver dúvidas, elas teriam desaparecido perante a formal declaração feita no Parlamento pelo sr. Edward Grey, e que o leitor já conhece, porque a transcrevemos tal como ela vem no respectivo boletim parlamentar. *A Aliança é defensiva, e êrro grave, na opinião de s. ex.ª, seria pensar o contrário.*

Nunca a Inglaterra deixou de invocar os Tratados,

(*) Para melhor conhecimento dêstes Tratados, ver no livro *Portugal na guerra*, de Brito Camacho, capítulo na página 57.

sempre que teve necessidade de o fazer, quer se tratasse de reclamar de nós algum serviço, quer se tratasse de bem definir a sua atitude em qualquer ocasião difícil da nossa vida nacional.

Por mais duma vez nos declarámos neutros, achando-se a nossa aliada em guerra, e jamais a nossa neutralidade, fundamentada nos Tratados, suscitou da banda da Inglaterra quaisquer observações ou reparos. Muito bem sabia a Grã-Bretanha quais eram os nossos deveres e os nossos direitos; e por que não estava na disposição de nos dispensar do cumprimento duns, respeitava a nossa liberdade no exercício dos outros.

Em 1899 andava a Inglaterra a lutar com o Transvaal. Nós, ligados ao Transvaal por um Tratado concluido em 1875, declarámo-nos neutrais; e essa declaração, feita pùblicamente, como um acto oficial, não suscitou objecções da parte da nossa Aliada. Sucedeu, porém, que o Govêrno inglês teve notícia de que um navio, o *Entre Rios*, ia a caminho de Lourenço Marques, levando metralhadoras e munições de vária natureza, com destino ao Transvaal.

Lord Salisbury, em carta particular, com data de 6 de Outubro, chamou a atenção do Marquês de Soveral, Ministro português em Londres, dizendo-lhe que êsse navio devia ser detido; e invocava, para formular esta reclamação, o artigo primeiro do Tratado de 1642. O Marquês de Soveral respondeu que tínhamos obrigações com o Transvaal, derivadas do Tratado de 1875, replicando lord Salisbury que não podíamos ater-nos a êsse Tratado, porquanto anterior a êle era o de 1642, e êsse obrigava-nos a não mostrarmos *aderência a qualquer guerra, conselho ou tratado*, em prejuízo do outro.

E acrescentava:

«Se Portugal quiser ater-se ao Tratado de 1875, com o Transvaal, não tem senão que renunciar ao Tratado

de 1642 com a Grã-Bretanha. — *If you rejected the Treaty of 1642 this would be a possible position.*»

Convém dizer, porque isso vem *ad rem*, que o *Entre Rios* estivera em Durban, podendo aí ser detido, pois muito bem sabiam as autoridades inglêsas que a sua carga se destinava ao Transvaal.

Pelo que já conhece dos Tratados, o leitor está habilitado a compreender a atitude do Govêrno Inglês nas suas primeiras conversas connosco, a respeito da guerra que ia travar-se.

Essas conversas fomos nós a encetá-las, o que não pode causar estranheza ; mas também a não causaria o facto de ser a Inglaterra a dizer, a êsse respeito, as primeiras palavras.

A Itália fazia parte da Tríplice, era aliada dos Impérios Centrais, a Alemanha e a Áustria-Hungria ; mas o seu Govêrno, tendo assentado na conduta a adoptar, esperou que lhe preguntassem que posição tomaria no conflito, para se pronunciar. Essa posição foi de neutralidade, fundada nas estipulações de um Tratado de Aliança ; e, pelo facto dela se declarar neutral, a Alemanha e a Austria não a consideraram como desligada dos seus compromissos de aliada.

Pois que a guerra, por banda dos Impérios, era ofensiva, ¿ como havia a Itália de ser obrigada a tomar parte nela, se apenas para guerras defensivas se aliara ?

A nossa questão, no que à guerra diz respeito, devia ser posta assim : — ¿ Portugal, aliado da Grã-Bretanha, é obrigado, pelas estipulações da sua aliança, a entrar na guerra ? Em caso negativo, não tendo obrigação jurídica de entrar na guerra, ¿ será de vantagem para os seus interêsses presentes e futuros ter nela participação directa ?

Assim devia ter sido posta a questão ; mas bem diferentemente a puseram os homens que exerciam funções de govêrno.

XLVIII

De duas, uma — ou nós tínhamos, ou não tínhamos obrigação jurídica de entrar na guerra, derivada essa obrigação dos termos expressos de qualquer dos nossos Tratados.

Se tínhamos obrigação de entrar na guerra, o nosso dever, logo que se viu ser ela inevitável, era prepararmo-nos, preparação extremamente difícil, porque partíamos... do nada...

¿A Grã-Bretanha, nossa aliada, entrava na guerra para se defender?

Não havia que pensar sôbre o que tínhamos a fazer, porque a nossa obrigação, em tal caso, está nitidamente expressa. Temos com a Inglaterra uma Aliança defensiva, *ùnicamente defensiva,* decorrendo daí a nossa obrigação de pelejar ao lado dela, quando atacada.

Mesmo que tivéssemos obrigação de intervir na guerra, como aliados da Grã-Bretanha, e por virtude dos Tratados de Aliança, que ligam as duas Nações, a nossa intervenção deveria fazer-se nos precisos termos dêsses Tratados, sendo pedida a nossa intervenção, e regulando-se ela não só pelas necessidades da Inglaterra, mas também, e principalmente, pelas nossas possibilidades de tôda a ordem. Nunca a Inglaterra poderia reclamar

de nós um auxílio arbitrário, nem nós poderíamos dar-lhe, ainda que o quiséssemos, um auxílio ilimitado.

Foi a Inglaterra que declarou guerra à Alemanha, e fê-lo sem nos prevenir, como aliado, do passo grave que ia dar. A Áustria procedeu identicamente para com a Itália, nem sequer lhe fazendo conhecer, prèviamente, a nota belicosa que dirigira à Sérvia; e a Itália, fundando-se em que a guerra, por banda da Tríplice, era uma guerra ofensiva, proclamou a sua neutralidade.

Dizer-se que entrámos na guerra porque a isso nos obrigava a nossa aliança com a Grã-Bretanha *é dizer uma falsidade;* e para disso ter a certeza, bastará ler os Tratados. Não; a Inglaterra declarou guerra à Alemanha sem que esta a atacasse: lançou-se numa guerra ofensiva; e, conforme disse lord Grey, no Parlamento, *é puramente defensiva a Aliança entre a Grã-Bretanha e Portugal.*

Se, pois, não tínhamos obrigação jurídica de entrar na guerra, visto não constar essa obrigação das cláusulas de qualquer dos nossos Tratados de Aliança, desde que a Inglaterra solicitasse a nossa intervenção, *sponte sua,* tínhamos de convencê-la do nosso direito à neutralidade, e seguidamente considerarmos se não valeria mais para os interêsses do País renunciarmos ao nosso direito, tornando-nos beligerantes.

Fez-se isto?

Nem isto, nem coisa que com isto se pareça.

A Inglaterra é que, muito espontaneamente, reconheceu o nosso direito à neutralidade, e com o maior empenho nos pediu que dêle não usássemos.

Se a nossa intervenção fôsse um dever daquela Aliança, a Inglaterra, em vez de nos pedir que não fizéssemos declaração de neutralidade, ter-se-ia limitado a dizer-nos que nos reservássemos para intervir no momento e pela forma que julgasse mais conveniente, adentro do seu direito e das nossas obrigações.

Assente que não tínhamos obrigação jurídica de entrar na guerra, vejamos em que circunstâncias, não sendo para nos defendermos, se poderia realizar a nossa intervenção.

Se a Inglaterra pedia o nosso auxílio, é porque dêle carecia; e por que nós tínhamos de fazer enormes sacrifícios para lho dar, natural seria, indispensável era, que falássemos de compensações. Se os Impérios vencessem, tudo perderíamos, talvez a nossa independência no continente e, pela certa, a melhor parte do nosso vasto império colonial.

Mas ¿se vencessem os Aliados?

Tínhamos um conflito de fronteiras na África Oriental; tínhamos igualmente um conflito de fronteiras na África Ocidental; e não seria muito que pretendêssemos sair da guerra com êsses conflitos resolvidos a nosso favor, para mais sendo inteiramente justas, num caso e noutro, as nossas reclamações.

Dizer-se que entrámos na guerra para não perdermos as colónias, é dar razão de mau pagador; é argumentar com ingenuidade, ou argumentar de má fé.

Perderíamos as colónias se a Alemanha vencesse, quer tivéssemos entrado, quer não tivéssemos entrado na guerra. Mas ¿perdê-las-íamos, do mesmo modo, não entrando na guerra, se vencessem os Aliados? Esta hipótese só é plausível atribuindo aos Aliados a mentalidade dos alemães, isto é, supondo-os capazes das mesmas violências sem motivo, dos mesmos crimes sem desculpa, selvagens em cujo espírito se identificou a fôrça e o direito, bárbaros em cuja rudimentar consciência não há uma precisa noção de justiça nem um leve sentimento de moral. Mas ¿como é que, pensando assim, alguém se atreve a dizer que fomos para a guerra bater-nos pelo direito, pela justiça, pela civilização?

A liquidação dos nossos conflitos em África não seria compensação suficiente dos sacrifícios que íamos im-

por-nos, pelo facto da nossa intervenção na guerra; mas já seria alguma coisa, e teria a superior vantagem de tornar impossível que êles viessem a agravar-se, o que desgraçadamente sucedeu.

Se por virtude da nossa aliança com a Grã-Bretanha éramos obrigados a entrar na guerra, não tínhamos senão que considerar os termos da nossa obrigação, para a cumprirmos honradamente, pois que a fôrça única dos povos fracos, a sua autoridade e o seu prestígio, resultam da firmeza com que reivindicam os seus direitos, em nada inferior ao zêlo que mostram no cumprimento dos seus deveres.

A Inglaterra, reclamando a nossa intervenção com fundamento nos Tratados de Aliança, não podia querer que essa intervenção se fizesse tão largamente quanto seria para desejar, considerados os perigos que corria, mas que ela fôsse aquilo que devia ser, de conformidade com as nossas possibilidades militares, económicas e financeiras. Adentro dêstes limites, nada poderíamos recusar à Inglaterra, desde que ela nos pedisse auxílio; mas para além dêstes limites ela só nos poderia fazer exigências arbitrárias, que devíamos repelir, baseados na letra bem expressa, bem clara, dos Tratados.

¿Os nossos estadistas, os homens que presidiam aos destinos nacionais em 1914, ao rebentar a guerra, teriam considerado a nossa situação jurídica, perante o conflito mundial que ia desencadear-se, com ânimo de por ela orientarem a sua acção governativa?

XLIX

A Inglaterra pediu-nos, pondo nesse pedido o maior empenho, que não declarássemos a neutralidade; mas não nos pediu que a praticássemos.

Se nos declarássemos neutrais, mal se desencadeou a guerra, teríamos definido a nossa posição, em face dos beligerantes, duma forma precisa; mas os deveres que impõe uma declaração de neutralidade, teríamos de praticá-los.

¿Conviria isto à Inglaterra?

É manifesto que não convinha, porque a nossa neutralidade a privaria de assinalados serviços que poderíamos prestar-lhe, dada a nossa situação geográfica, ocupando valiosas posições no mar e junto do mar!

Mas então, gritavam os patriotas, esforçando-se por que as suas vozes chegassem ao céu, o melhor para ela, e o mais correcto para nós, seria declararmo-nos beligerantes, desde a primeira hora, correndo a sorte da nossa aliada.

Convém notar, antes de mais nada, que a Inglaterra sabia perfeitamente o que mais lhe convinha; e se nos pedia que não declarássemos a neutralidade, é porque outro pedido mais valioso não tinha que fazer-nos, no momento.

¿Estaria em êrro a Inglaterra?

Se nos declarássemos neutrais, e procedêssemos como beligerantes, o nosso procedimento seria deshonroso; e nunca é impunemente que as Nações, como os indivíduos, se degradam. Se nos declarássemos neutrais e praticássemos a neutralidade, ou privaríamos a Inglaterra de vantagens e auxílios que lhe seriam de grande utilidade, ou essas vantagens e auxílios teríamos de os conceder por igual à Alemanha, o que não convinha à Inglaterra.

Pretenderam os Aliados que a guerra, por sua banda, tivesse uma base jurídica e moral, e neste propósito, ao lançarem-se na refrega, atacados pela Alemanha, proclamaram, mais do que a necessidade de se defenderem, a impreterível necessidade de defenderem o património da Humanidade, adquirido em séculos de civilização.

O dilema estava naturalmente pôsto: ou nos declarávamos neutrais, praticando a neutralidade, e tanto ou mais do que à Inglaterra serviríamos a Alemanha, ou nos declarávamos neutrais e procedíamos como beligerantes, servindo em tudo e por tudo a Inglaterra, Nação amiga e aliada, e, nesse caso, procedíamos como se fôssemos *boches*.

O mínimo auxílio que poderíamos dar aos Aliados seria o das nossas armas; êsse, para valer alguma coisa, pouco que fôsse, carecia de ser dado nas primeiras horas. A Bélgica tinha descuidado muito a preparação militar, fiada na sua neutralidade garantida, e a França também descuidara muito a sua defesa, trabalhada pela corrente pacifista, pouco de natureza a avigorar sentimentos patrióticos. Quanto à Inglaterra, preocupada sempre com o domínio dos mares, que tinha por assegurado, olhava em roda da sua ilha, e vendo o mar infinito a servir-lhe de fôsso e de muralha, dispensava-se de ter exército à maneira das nações continentais.

No início da guerra seriam de inestimável valor todos os elementos de resistência que os Aliados pudes-

sem oferecer à marcha do invasor, convindo, acima de tudo, tê-los na Bélgica, tornada um campo de operações.

Ora êste esfôrço imediato, da primeira hora, estávamos nós inibidos de o dar, pela simples, mas soberana razão de que *nemo dat quod non habet*. Sendo assim, e a Inglaterra sabia muito bem que assim mesmo é que era, a nossa beligerância em nada podia servir aos Aliados, e a nossa neutralidade declarada serviria à Alemanha. Sucedeu, então, que a Inglaterra nos pediu, com a maior instância, que nos abstivéssemos de declarar a neutralidade, e que êsse pedido nós o deferimos sem hesitações, o que o Govêrno inglês nos agradeceu com muito reconhecimento. Era então presidente do Ministério o sr. Bernardino Machado, e governavam, por interpostas pessoas, os democráticos.

Em 9 de Agôsto, uma semana volvida por sôbre o início das hostilidades na Bélgica, o sr. Freire de Andrade, Ministro dos Negócios Estrangeiros, informava os nossos diplomatas, em telegrama-circular, que voltamos a reproduzir:

«Declarei Ministro da Áustria, que me procurou depois declaração do Govêrno na Câmara, e fiz saber indirectamente Ministro da Alemanha, que o Govêrno Português não tinha feito declaração alguma acêrca neutralidade e que portanto estava neutro, segundo Direito Internacional, e assim estávamos cumprindo os deveres que como tal nos competiam.»

Escusado dizer que um telegrama desta importância não podia ser da exclusiva responsabilidade do Ministro dos Negócios Estrangeiros. Êle encobria uma definição de atitude, que, sob o ponto de vista dos princípios, era da maior importância, e, sob o ponto de vista dos factos, poderia ter as conseqüências mais graves.

Não sabemos por que tratadistas o sr. Freire de Andrade, engenheiro distintíssimo, estudou Direito Internacional; mas permitimo-nos achar muito curiosa a sua observação de que, à data do seu telegrama, acima transcrito, estávamos cumprindo o nosso dever de neutrais.

Não estávamos; e para que o não estivéssemos é que a Inglaterra nos pediu que não declarássemos a neutralidade.

Surgiram, então, inéditos tratadistas de Direito Internacional, proclamando o absurdo e o desvaire da nossa atitude: nem beligerantes nem neutros, títeres frustes que à distância de mais dum século estavam repetindo a diplomacia titubiante, sem grandeza e sem dignidade, dos ministros de D. João VI. Era o movimento intervencionista que se esboçava, tendo à sua frente, cá dentro, o partido que governava por interpostas pessoas, e tendo lá fora, como supremo paladino, o Ministro português na França, sr. João Chagas.

E, a-propósito, vem uma referência e comentário a um telegrama do sr. João Chagas para o sr. Freire de Andrade, documento que no *Livro Branco* figura com o n.º 20. Trata-se dum artigo publicado no *Fígaro*, e assinado pelo sr. Hanotaux, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Transcrevemos a parte que interessa:

«Na conflagração que vem de estalar, as Potências que pretendem conservar-se neutras vão encontrar-se, pela acção da Dupla-Aliança, num cruel embaraço. Uma intimação brutal foi dirigida pelo Govêrno Alemão a algumas dentre elas, mesmo afastadas do teatro da guerra, como Portugal, respondendo êste, afrontando todos os riscos que uma igual atitude comporta, que permaneceria fiel aos seus compromissos para com a Inglaterra.»

Nenhuma intimação dirigira o Govêrno Alemão ao Govêrno Português ; e se o sr. Hanotaux o ignorava, o sr. Chagas sabia-o na perfeição. Todavia, o nosso Ministro em França, solícito em transmitir o artigo do *Figaro,* dispensou-se de opor desmentido, como lhe cumpria, à fantasiosa afirmação do sr. Hanotaux.

L

O sr. João Chagas, atirando para o Ministério dos Negócios Estrangeiros a opinião do sr. Hanotaux, pretendia, manifestamente, exercer pressão sôbre o seu Govêrno, não fôsse êste cair na situação de neutralidade.

Na véspera, e em telegrama que tem a data de 10 de Agôsto, o sr. Chagas comunicara para Lisboa um artigo do *Figaro*, em que havia passagens relativas à nossa atitude perante a guerra como aliados da Grã-Bretanha:

«A neutralidade de Portugal teria para a Alemanha uma importância considerável; teria permitido aos seus navios de guerra fazer preciosas arribadas nos portos portugueses, e sobretudo na magnífica baía do Tejo, em Lisboa, onde os seus navios, perseguidos e caçados pelos cruzadores inglêses, teriam encontrado refúgio seguro. Da mesma forma que se pensou, em Berlim, que um ultimato bastaria para abrir ao exército alemão todos os caminhos da Bélgica, pensou-se que Portugal se inclinaria perante a Alemanha, fazendo-lhe uma intimação enérgica.»

O sr. João Chagas, como se o artigo do *Figaro* exprimisse o pensamento do Govêrno Francês e traduzisse

a opinião pública da França, muito receoso de que não fôssemos para a guerra, ajuntava êste comentário ao trecho transcrito:

«Entendo que, depois de feita esta opinião sôbre atitude Portugal, será desastroso para o nosso prestígio que ponhamos qualquer restrição nessa solidariedade ou nos reservemos o direito à neutralidade, como julgo depreender último telegrama V. Ex.ª»

O sr. João Chagas, como se vê por êste telegrama, inverte as posições: em vez de ser o Ministro de Portugal em França, procedendo conforme as indicações do seu Govêrno, toma a posição do Ministro dos Negócios Estrangeiros, e manda ordens, sob a forma mal *déguisée* de informações para Lisboa.

Um semelhante procedimento não ficaria sem correctivo imediato se o sr. Freire de Andrade não tivesse em demasiada consideração o republicanismo histórico do sr. João Chagas, figura de alto relêvo adentro do regime político que saiu da revolução de 5 de Outubro.

E por que o sr. Freire de Andrade não fêz logo o que devia fazer, chamando o sr. João Chagas à estrita observância dos seus deveres como agente do Govêrno, o sr. João Chagas voltou à carga em ofício que tem, nos documentos do *Livro Branco,* o n.º 21.

O sr. Chagas enviou para Lisboa os artigos do *Figaro,* a que se referira nos seus telegramas, disse que a opinião pública francesa tinha como certo que Portugal acompanharia a Grã-Bretanha na sua guerra contra o Império Alemão e acrescentou o seguinte:

«Espalhada esta informação — que Portugal entrava desde logo na guerra — deu-se já o caso dum grupo de estudantes portugueses, que vinham de Liège, pela linha do Norte, ser saüdado numa das gares com vivas

a Portugal, e dum certo número de franceses das minhas relações já me terem dirigido cartas em que aplaudem a atitude do Govêrno Português.»

Logo a seguir, o sr. João Chagas, no receio de que os factos que aponta, dum alcance transcendente, não sejam capazes de penetrar no espírito do Govêrno Português, obrigando a declarar, prontamente, a nossa beligerância, o sr. João Chagas escrevia:

«Por isto tomei a liberdade de fazer sentir a V. Ex.ª, no meu telegrama n.º 178, de 9 do corrente, que, depois de formada esta opinião sôbre a atitude de Portugal, seria desastroso para o nosso prestígio que o público tivesse de a modificar.»

Na verdade, depois de um grupo de estudantes ter sido o motivo de numa estação de caminho-de-ferro, em França, se terem dado vivas a Portugal, e depois dum *certo número de franceses amigos do sr. João Chagas* haver aplaudido a nossa atitude, crendo-a de beligerância, uma única coisa nos restava fazer: entregar os passaportes ao Ministro da Alemanha, em Lisboa, e pormo-nos a caminho da Bélgica, que era então o teatro da guerra...

É possível que o sr. João Chagas, em ofícios, telegramas, cartas, notas ou *memoranda,* tivesse informado o seu Govêrno acêrca da marcha que seguia a conversa entre as várias chancelarias, na fase prodrómica da guerra. Seria lamentável, e facto digno da mais acre censura, que êsses documentos não fôssem publicados; mas êles não existem, segundo informações que nos deram, e digno da maior censura é o Ministro que a êste respeito guardou, para o seu Govêrno, o mais absoluto e condenável silêncio.

Mas há mais... e melhor...

Em 18 de Agôsto o sr. Freire de Andrade enviou ao sr. João Chagas o seguinte telegrama:

«Nossa atitude concertada com Inglaterra, com a qual estamos perfeito acôrdo.
«Não estamos hostilidade País algum, portanto neutros, mas neutralidade condicional.»

Estava definida, claramente definida, a nossa atitude perante a guerra, e essa atitude fôra concertada com a Inglaterra, nossa aliada. A partir dêsse momento, o sr. João Chagas não tinha mais o direito de fazer reparos à situação política do seu País em face do conflito provocado pela Alemanha, cumprindo-lhe apenas adoptar um procedimento conforme à atitude que o seu Govêrno adoptara. E nem sequer lhe era permitido pôr em dúvida que essa atitude era correcta e conveniente, visto ter sido adoptada de acôrdo com a única Potência para com quem tínhamos direitos e obrigações.
Pois o sr. João Chagas, em 22 de Agôsto, mandou para Lisboa o seguinte telegrama:

«Obra socorridos feridos França presidência sr. Pierre Loti convidou-me fazer parte seu *comité* honra. Por se tratar obra assistência não me recusei, mas na sessão preparatória levantou-se debate a-fim-de saber minha representação será de Nações neutras ou Nações beligerantes e hoje fui procurado membro *comité* que me sugeriu essa resposta. Nenhuma resposta útil lhe pude dar. Efeito moral semelhante situação deplorável.»

Um cúmulo — o embaraço do sr. Chagas depois do telegrama do sr. Freire de Andrade, acima transcrito!...

LI

O sr. Freire de Andrade, logo no dia seguinte, por telegrama, disse ao sr. João Chagas o que convinha dizer-lhe para tranqüilizar o seu espírito :

«Govêrno Português está perfeito acôrdo com Govêrno Britânico, de que Govêrno Francês é aliado actualmente, não podendo portanto êste último ter quaisquer dúvidas sôbre nossa atitude.»

Não tinha Portugal que explicar ou justificar a sua atitude perante o Govêrno Francês, porque da França não éramos nem somos aliados. Mas também o Govêrno Francês se não mostrou preocupado a êste respeito, a menos que consideremos como equivalendo ao Govêrno Francês os cidadãos que numa estação de caminho-de-ferro deram vivas a um grupo de estudantes portugueses, um *certo número* de pessoas que escreveram ao sr. João Chagas, louvando a atitude de Portugal, e o *comité* da Assistência sob a presidência do sr. Pierre Loti...

No *Livro Branco,* que estamos analisando, não há telegrama ou ofício do sr. João Chagas, dando conta ao ao seu Govêrno de quaisquer preguntas que oficialmente ou particularmente lhe tivessem sido feitas pelo

Govêrno Francês, sequer ao menos por alguma alta personalidade da política francesa.

Sem dúvida o Govêrno Francês desejou saber qual era a nossa atitude; mas dispensou-se de o preguntar ao nosso Govêrno, no que procedeu correctamente, e dispensou-se igualmente de o preguntar ao nosso Ministro em Paris, naturalmente por achar mais cómodo preguntá-lo à Inglaterra, nossa aliada.

Certamente por nada ter que comunicar para Lisboa das conversas que, a respeito da guerra, o sr. João Chagas tinha com os Ministros franceses, é que s. ex.ª se fêz encargo de transmitir... o que diziam os jornais, em artigos que nem sempre tinham a assiná-los um nome autorizado. O sr. Delcassé publicou um artigo sôbre a guerra, no *Corriere de la Sera,* e logo o sr. João Chagas se deu pressa em comunicar para Lisboa a parte dêsse artigo que julgou interessante:

«A distribuïção dos benefícios será proporcionada aos sacrifícios, a parte de cada um será proporcionada aos esforços conforme o respectivo *apport.* É, pois, de interêsse de qualquer Potência chegar ao Congresso tendo uma parte no activo.»

O sr. Delcassé, diplomata de carreira, trata a questão em termos comerciais, exactamente como se a entrada na guerra fôsse uma sociedade por quotas, cada qual participando dos lucros segundo uma regra de companhia. Pena foi que os nossos estadistas, advertidos pelo sr. Delcassé, não fixassem a nossa quota, para nos servirmos das próprias palavras do sr. Delcassé: o nosso *apport,* definindo com a possível nitidez o que seriam os nossos benefícios, no caso de haver lucros, isto é, no caso de ser vencida a Alemanha.

O sr. Freire de Andrade, homem de superior inteligência, mas de fraquíssima vontade, em telegrama que

dirigiu ao sr. Chagas, em 25 de Janeiro, expressava-se por esta forma:

«*Confidencial.* — Govêrno Inglês perfeitamente identificado com atitude tomada pelo Govêrno Português e procedendo ambos inteiramente acôrdo. Obrigações nossa aliança temos de cumpri-las acôrdo com nossa aliada, não contràriamente sua orientação. Espero que V. Ex.ª reconhecerá conveniência conformar inteiramente sua acção mesmo sentido.»

Bem podia o sr. Freire de Andrade, nestas alturas, dispensar-se de explicar, ainda mais uma vez, ao sr. João Chagas, a nossa atitude; e a insistência do nosso Ministro em França, contrariando o seu Govêrno, devia claramente mostrar ao sr. Freire de Andrade que era inútil insistir para o colocar dentro da sua orientação. O último período do telegrama do sr. Freire de Andrade deveria ter esta redacção: *Espero que V. Ex.ª conformará inteiramente sua acção mesmo sentido.* Era uma ordem, expressa de forma cortês; mas ao sr. Chagas não ficaria a liberdade de proceder como julgasse conveniente.

O sr. Freire de Andrade devia ter reconhecido o seu êrro, quando recebeu, no dia seguinte, novo e mais audacioso telegrama do sr. João Chagas, redigido nestes termos:

«*Confidencial.* — Pede-me V. Ex.ª seu telegrama de ontem para conformar minha acção com a do Govêrno Português em vista de um acôrdo feito por êste com Govêrno Britânico, que é provável determine actual situação Portugal perante guerra. Espero V. Ex.ª convirá que simples indicação de que existe êsse acôrdo não me basta para o compreender e secundar, como V. Ex.ª deseja. Peço por isso a V. Ex.ª favor de me fazer co-

nhecer via telegráfica as bases de êsse acôrdo e as razões concretas que em virtude dêle impedem Govêrno Português de tomar posição definida perante guerra.»

Damos uma libra em ouro a quem fôr capaz de encontrar em qualquer livro diplomático — branco, amarelo, pardo ou côr de laranja — um elemento que com êste se pareça, pelo fundo e pela forma.

¿O Govêrno Português negociou um acôrdo com o Govêrno Inglês?

Generosamente, o sr. João Chagas se dispensa de o censurar por ter feito êsse acôrdo sem prèviamente o ouvir; mas exige que lhe faça conhecer as bases dêsse acôrdo, e como se isso ainda fôsse pouco, exige que lhe digam as razões concretas que dêle resultam, justificativas da atitude que o seu Govêrno adoptou perante a guerra!...

A êste telegrama o sr. Freire de Andrade, Ministro dos Negócios Estrangeiros, só tinha uma resposta a dar, resposta que não deu: chamar o sr. João Chagas a Lisboa, exprobrar-lhe a atitude, e dispensá-lo de continuar em Paris, como Ministro de Portugal, a menos que prometesse desempenhar as suas funções de conformidade com as melhores regras e preceitos estabelecidos pelo formulário que regula estes serviços.

O sr. Freire de Andrade não fêz o que, no momento, lhe cumpria fazer; não tomou a atitude que devia tomar, e como a audácia irreverente do sr. João Chagas lhe fizasse mêdo, logo começou a encolher-se, a agachar-se, não tardando que a fraqueza dos seus actos tivesse uma repercussão infeliz na firmeza dos seus pensamentos.

LII

Ao passo que o sr. João Chagas declarava inconveniente e absurda a atitude do seu Govêrno, o sr. Teixeira Gomes — documento n.º 51 — exorta o Govêrno Português *a resistir com serenidade a quaisquer sugestões que desviem da atitude conservada até agora, única que parece convir aos interêsses portugueses.*

Diz isto ao sr. Freire de Andrade o nosso Ministro na Inglaterra, e o próprio Ministro inglês em Lisboa declara ao sr. Freire de Andrade — documento n.º 62 — *que sir Edward Grey diz que está inteiramente satisfeito com a atitude do Govêrno Português e que outra não esperava nem julga deva ser conveniente.*

Estava o sr. Freire de Andrade em óptimas condições para impor ao sr. João Chagas a observância das indicações que lhe dava, e outras não lhe podia dar, para serem transmitidas ao Govêrno Francês, senão as que lògicamente decorriam do nosso acôrdo com a Inglaterra.

Tivesse o sr. Freire de Andrade procedido com a firmeza que as responsabilidades do seu cargo lhe impunham, e o Govêrno Francês não se teria abalançado a pedir-nos que praticássemos um acto de franca hostilidade para com a Alemanha, vindo a cair na guerra, não por virtude das nossas obrigações, consignadas em

Tratados, não por solicitações da única Nação que, sendo nossa aliada, estava em melhores condições do que qualquer outra para nos pedir auxílio, mas tamsòmente porque um dos beligerantes, precisando de nós, em nome de interêsses que não eram pròpriamente os nossos, se decidira a lançar-nos na contenda.

Mas o sr. Freire de Andrade, fraco e irresoluto, em vez de impor a sua orientação, começou a ter condescendências com a orientação dos outros, como se não fôsse sôbre êle que pesavam, naquele momento, as máximas responsabilidades do Govêrno.

Em 31 de Agôsto comunicou o sr. Freire de Andrade ao sr. João Chagas: *Portugal continua sempre firme política conforme declaração feita Parlamento, podendo V. Ex.ª, caso entenda, fazer essa declaração.*

Quando seria preciso dar ordens, o sr. Freire de Andrade limitava-se a repetir afirmações, deixando aos seus agentes a liberdade de procederem como entendessem. E o sr. João Chagas — já o sr. Freire de Andrade estava farto de o saber — entendia a política da guerra, não apenas de modo diverso, mas de maneira inteiramente oposta à de S. Ex.ª A diplomacia é a guerra nas chancelarias; e da mesma forma que na guerra, no fragor das batalhas, não pode haver timidez ou hesitação, no decorrer das lutas diplomáticas não pode haver fraqueza ou tergiversações. ¿O Govêrno Português adoptara uma orientação de acôrdo com a Inglaterra?

O sr. Freire de Andrade, Ministro dos Negócios Estrangeiros, não tinha senão que moldar por ela a sua acção governativa, impondo-a aos seus agentes com firmeza inalterável.

Na comunicação feita a Sidónio Pais, nosso Ministro em Berlim — documento n.º 58 — o sr. Freire de Andrade falava com absoluta clareza, e num tom firme de resolução inabalável:

«Portugal não declarou a neutralidade porque, sendo aliado da Grã-Bretanha, está na disposição de cumprir firme e lealmente os deveres que dai lhe derivam, desde que seja solicitado. O nosso desejo é mantermo-nos estranhos ao conflito. Não hesitaríamos em nêle tomar parte, sob a invocação da Aliança, quando a Inglaterra no-lo solicitasse; mas fora dessa obrigação de lealdade procederemos como neutrais. Regulamo-nos pelo nosso compromisso para com a Inglaterra e pelos nossos próprios interêsses.»

Dizia isto para Berlim, em 3 de Setembro, o sr. Freire de Andrade; mas logo em 2 de Outubro fazia chegar a Berlim, por intermédio de Berna, a seguinte informação:

«Portugal não fêz declarações e a sua tendência é para entrar no conflito.»

Tendência de quem?

O sr. Freire de Andrade sabia perfeitamente que o sentimento nacional era contrário à nossa intervenção na guerra, a menos que essa intervenção tivesse de fazer-se no cumprimento duma obrigação jurídica estipulada nos Tratados de Aliança. Sabia mais, o sr. Freire de Andrade, que não existia essa obrigação; e tendo adoptado uma política de neutralidade condicional, para nos servirmos das suas próprias palavras, S. Ex.ª tinha a plena consciência de que procediamos por modo a conjugarem-se os nossos deveres com os nossos interêsses.

Razão tivera o sr. Teixeira Gomes para o pôr de sobreaviso contra quaisquer sugestões que visassem a desviá-lo do caminho traçado; mas de pouco valeu, de coisa alguma valeu essa inteligente prevenção. A campanha intervencionista fazia-se cada vez com mais in-

tensidade, de cada vez mais audaciosa e ameaçadora; e o sr. Freire de Andrade, começando por transigir, acabou por abdicar. Igualasse a sua vontade à sua inteligência, e outra teria sido a nossa política da guerra, outra seria hoje a nossa situação, pobres e desamparados, sonhadores alquimistas pretendendo fazer das glórias e triunfos que outros colheram o pão de que hão-de alimentar-se, os tecidos de que hão-de vestir-se, o dinheiro com que hão-de satisfazer os seus pesadíssimos encargos...

Convém não esquecer que era, ao tempo (em 1914), Presidente do Ministério o sr. Bernardino Machado, e escusado será dizer que a orientação do Ministro dos Negócios Estrangeiros, sr. Freire de Andrade, era a orientação do Govêrno de que S. Ex.ª fazia parte. Se, pois, em 1914 nós definíamos uma situação de neutralidade condicional, procedendo de conformidade com a Inglaterra, foi porque o Govêrno assim o julgou conveniente, achando que as nossas conveniências perfeitamente se conjugavam com os nossos deveres de País aliado da Inglaterra.

Se uma fôsse a orientação do Ministro dos Estrangeiros e outra a orientação do Gabinete, o conflito ter-se-ia produzido, e naturalmente, como sempre acontece, a corda quebraria pelo mais fraco; e no caso de que se trata, o mais fraco seria o sr. Freire de Andrade. S. Ex.ª não teve a coragem de resistir às solicitações dos que pretendiam levá-lo por um caminho diverso daquêle que adoptara, e falhou-lhe a decisão para se retirar do Govêrno no momento em que a corrente que tinha de combater era superior às suas fôrças, capaz de quebrar uma vontade que não tivesse a rijeza do aço.

LIII

A guerra é hoje um facto jurídico, o que tanto faz dizer sujeita a preceitos e regras. Bem sabemos que estes preceitos e estas regras cada qual as respeita ou infringe, conforme as suas conveniências; mas elas representam, em todo o caso, um largo passo no sentido de algum dia se atingir o reinado da paz universal e eterna, se esta aspiração é susceptível de realidade.

Constitue vasta literatura quanto se tem escrito sôbre neutralidade, sendo todos os autores concordes em que ela é um predicado da soberania nacional, cada Nação fazendo dêle, livremente, o uso que tem por mais vantajoso.

Entendiam os nossos intervencionistas que, sendo nós aliados da Inglaterra, tínhamos obrigação de nos declararmos beligerantes, logo que a nossa aliada entrou no conflito com a Alemanha. Muitos dêles, a maior parte, ignoravam que a nossa aliança com a Inglaterra *é meramente defensiva;* e talvez nem sequer soubessem que fôra a Inglaterra que declarara guerra à Alemanha. Quem o não ignorava, como já por mais duma vez tivemos ocasião de dizer, era a Inglaterra, que pressurosamente, e com o maior empenho, nos pediu que não fizéssemos declaração de neutralidade.

Mesmo que a nossa aliança com a Inglaterra *fôsse*

defensiva e *ofensiva*, o facto da nossa aliada se declarar em guerra com qualquer Potência de forma alguma nos obrigava a imediatamente nos tornarmos beligerantes. Podia ser que não carecesse do nosso auxílio e por isso mesmo não o pedisse, decorrendo, então, para nós, do pacto de aliança, a simples, mas insofismável obrigação de nos prepararmos devidamente para intervir logo que a nossa intervenção fôsse solicitada.

Das guerras, sobretudo das grandes guerras, as que se fazem entre Nações de grande valor militar, pode quási dizer-se o que se diz dos demandistas que vão até às últimas instâncias na via dolorosa dos tribunais: o que ganha fica sem a camisa; o que perde fica sem a pele...

Nenhum País se lança, de ânimo leve, na guerra, mesmo que o maior número de probabilidades de vencer esteja do seu lado. Dificilmente a guerra compensa o vencedor dos sacrifícios que impõe, mesmo que se considerem apenas os estragos e prejuízos materiais que acarreta.

Não éramos obrigados a entrar na guerra, por motivo da nossa aliança; e logo na primeira hora, ainda não havia ruptura de hostilidades entre a Inglaterra e a Alemanha, a nossa aliada, espontaneamente, reconhecia o nosso direito à neutralidade na guerra ofensiva que ia fazer ao *boche*. Simplesmente, reconhecendo-nos êsse direito, ela pedia que não usássemos dêle ostensivamente, que não fizéssemos declaração de neutrais.

Deveriam saber os nossos intervencionistas que a declaração de neutralidade para nenhum País é obrigatória, e qualquer pode deixar de a fazer, afirmando plenamente a sua perfeita independência e soberania, sem ofender qualquer bom princípio de Direito Internacional.

Um País não é neutro pelo facto de se declarar neutral. O neutro, por declaração, que não cumpre os deveres que impõe o estado jurídico que se chama a neutralidade, como beligerante tem de ser havido, e como tal pode ser tratado.

O Estado que não faz, ao desencadear-se uma guerra, declaração pública de neutralidade, como neutro é considerado até que pratique actos contrários à situação neutral.

Embora sejam ainda vagas e imprecisas, na sua maior parte, as regras do Direito Internacional que à guerra dizem respeito, não é já admissível o puro arbítrio subordinando acontecimentos que formam o complexo dum fenómeno jurídico, que bem se pode considerar uma epilepsia da fôrça à busca de novas fórmulas legais.

Um neutro — dizem-no todos os tratadistas — tem direitos e deveres, e um dos seus deveres mais importantes consiste no exercício dos seus direitos, para nos exprimirmos numa linguagem correntia na literatura da especialidade, mas para o grande público tendo aparências de paradoxal.

O sr. João Chagas deve ter estudado Direito Internacional por qualquer *vade-mecum* duma extinta biblioteca de ciências sociais e jurídicas, adquirida por quinze cêntimos nas *bibliotecas do Sena.*

Se assim não fôsse, s. ex.ª não teria escrito isto, que vem no seu telegrama do dia 21 de Agôsto de 1914, dirigido ao sr. Freire de Andrade:

«Notificação de que Portugal acompanha a Inglaterra invalida tôda a idea neutralidade.»

Os estadistas e diplomatas inglêses é que não estudaram êsse ramo do Direito pelo mesmo substancioso e cómodo livreiro, e por isso nos diziam que não declarássemos a neutralidade e a praticássemos até ao momento em que tivessem de nos pedir alguma coisa que nos fizesse perder a qualidade de neutros.

A situação era clara para quem a queria ver, e era capaz de vê-la: uma situação que nada tinha de equívoca, nada tinha de absurda, nada tinha de incor-

recta. Praticávamos a neutralidade, sem a declararmos, como era do nosso direito, mas como estávamos dispostos a dar à Inglaterra todos os auxílios que ela nos pedisse, fôssem quais fôssem, desde que estivessem adentro das nossas possibilidades, condicionámos a duração da nossa neutralidade às necessidades da Inglaterra. No dia em que a nossa aliada nos fizesse um pedido cuja satisfação implicasse a perda da nossa qualidade de neutros, nesse dia teríamos dado à Alemanha o direito de nos considerar beligerantes, tratando-nos como lhe aprouvesse.

O sr. Freire de Andrade, dizendo que a nossa neutralidade era condicional, empregou uma expressão feliz, e definiu claramente a nossa situação.

Mais do que tudo deveria preocupar-nos o rigoroso cumprimento do nosso dever ; logo a seguir devia preocupar-nos a nosso interêsse, isto é, o interêsse da Nação. Não apenas aliados, mas amigos da Inglaterra, era indispensável que nos mostrássemos dispostos a acompanhá-la nas vicissitudes duma guerra que, não a visando a ela directamente, poderia comprometer sèriamente os seus destinos, uma guerra que, sendo resolvida em favor dos Impérios, de vez arrancaria à Inglaterra o ceptro de Neptuno — o domínio dos mares.

¿ Era do nosso interêsse que a Alemanha fôsse vencida ?

Sem dúvida que era ; mas a nossa contribuïção em favor dos aliados, sob o ponto de vista militar, por grandes que fôssem os sacrifícios que nos impuséssemos, havia de ser extremamente reduzida, tão reduzida que precisaríamos invocar, para que nos tomassem em consideração, a filosofia moral do conhecido anexim : *quem dá o que tem, mostra o que deseja...*

E nós, desejando na medida do que tínhamos para dar, afirmávamos um desejo incomensurável... porque muito pouco tínhamos para dar...

LIV

Uma obra que vale a pena ler, sôbre matéria de neutralidade, é a do sr. Richard Kleen, assim intitulada: *Leis e usos da neutralidade.* A páginas 158 do primeiro volume, apreciando as razões que podem determinar um Estado a ficar neutro, o sr. Kleen escreve:

«*A neutralidade pode também ser fatalmente determinada por hesitações sôbre a legitimidade das causas da guerra, quer por efeito da obscuridade da questão litigiosa, quer por falta de suficiente conhecimento das relações controvertidas peculiares às partes beligerantes. A apreciação do que a consciência nacional pode exigir em tal caso pertence, como de razão, a cada Estado. Um Govêrno não é, a êste respeito, obrigado a dar contas da sua conduta e das razões que determinam a sua atitude a nenhum Estado ou Govêrno estrangeiro; não tem êsse dever senão para com a Nação ou seus representantes.*»

Esta é a boa doutrina; fora dela não há senão o arbítrio ou a violência, a submissão voluntária ou forçada dos pequenos perante os grandes, dos fracos perante os fortes.

¿ Portugal, sem compromissos que o obrigassem a entrar na guerra, resolvia declarar a sua neutralidade? Não tinha que pedir licença a ninguém para o fazer, e se o fizesse não infringia qualquer regra estabelecida ou qualquer norma adoptada em Direito Internacional.

Se, pois, o sr. Freire de Andrade, como Ministro dos Negócios Estrangeiros, não tinha que explicar a *neutralidade condicional,* que o nosso Govêrno adoptara, a qualquer Potência aliada ou não aliada, ¿ porque bulas havia de explicá-la aos conselheiros que numa estação de caminho-de-ferro, em França, deram vivas a estudantes portugueses? ¿ Porque havia de explicá-la a *um certo número* de pessoas do conhecimento do sr. João Chagas, que aplaudiram a atitude de Portugal, supondo-o beligerante? ¿ Porque havia de explicá-la a um *comité* presidido pelo literato sr. Pierre Loti, criado para socorrer os feridos da guerra, sendo franceses? ¿ Porque havia de explicá-la ao próprio sr. João Chagas, que exigia o conhecimento perfeito das bases do acôrdo que supunha feito entre nós e a Inglaterra, bem como das razões que tivera o Govêrno Português para se conservar em atitude de neutro?

Desde a primeira hora correu voz, entre os aliados, de que a guerra desencadeada pela Alemanha era um duelo formidável, um duelo de morte entre a barbaria e a civilização, uma luta sem tréguas entre a fôrça, que pretendia estabelecer um império universal, e o direito, que pretendia a direcção espiritual das sociedades. Dizendo-se isto nada mais se pretendia do que incitar à formação de uma Liga contra os Impérios Centrais, propósito que seria irrealizável se os povos não se vissem sob o pêso da mesma ameaça, tendo interêsses comuns a defender.

A êste respeito os livros que tratam de Direito Internacional, na multiplicidade dos seus aspectos, e não apenas os que tratam de neutralidade, expressam-se no sen-

tido de intervirem na guerra todos quantos possam ter influência decisiva nos seus resultados, não deixando de mostrar o absurdo, quási a raiar pelo ridículo, de se arruinar um pequeno Estado, sacrificando os seus interêsses vitais, para levar a um beligerante ou grupo de beligerantes um auxílio tão modesto que bem podia ser dispensado.

É uma história muito interessante a da neutralidade, sobretudo a neutralidade no mar. Se quiséssemos, à maneira de matemáticos, figurar esta história por uma curva de inflexões várias, começando nos fins da Idade-Média e vindo acabar nos acordos e convenções da última guerra, à neutralidade concernentes, veríamos como o Direito, duma forma geral, foi sempre a expressão do interêsse, variando um com as variações do outro. A Inglaterra adoptou sempre o Direito que lhe convinha, em matéria de neutralidade; e porque desde muito cedo ela se tornou potência marítima, superior a qualquer outra, o seu Direito Marítimo, tendo de amoldar-se, adentro de certos limites, às ideas do tempo, foi sempre o Direito do mercante para quem o fim dos fins é realizar lucros, é ganhar.

Foram evoluindo as doutrinas através das idades, e se ainda hoje não se acham consignadas, suficientemente garantida a sua execução, as regras do chamado Direito da guerra, nêle compreendendo quanto diz respeito à neutralidade, bastante se fêz já no sentido de restringir o arbítrio, e chegou-se à conclusão, inatacável até ao comêço da guerra, de que sôbre o Direito reconhecido e exercitado da neutralidade teria de assentar o edifício da paz.

Talvez haja necessidade de refazer o Direito Internacional que estava em vigor em 1914, ao começar a guerra; mas a atitude que adoptámos, mantendo-nos fora da actual contenda, neutralidade que estávamos dispostos a praticar sem prèviamente a declararmos, essa

atitude tem de ser considerada em relação ao Direito que vigorava então, e que tinha o assentimento dos Estados.

Quando a Inglaterra nos pediu que não declarássemos a neutralidade, mas que a praticássemos, é possível que figurasse como provável a hipótese de virmos a ser, por fôrça das circunstâncias, beligerantes. Dada a nossa situação geográfica, mesmo sem pegarmos em armas, poderíamos ser de grande auxílio para a Inglaterra, obrigada a varrer os mares, limpando-os de navios alemães, e obrigada ainda a prover às iniludíveis necessidades do comércio marítimo, não só para ter assegurada a sua alimentação, mas também para ter assegurada a alimentação dos aliados.

Na previsão inteligente de que poderia vir a precisar de nós é que ela nos pediu que não declarássemos a neutralidade, mas que a praticássemos até que fôsse necessário um acto que nos tornasse beligerantes.

Clamavam os nossos intervencionistas de mais bestunto, na sua ingénua opinião, que procedendo assim éramos levados a reboque da Inglaterra, abdicávamos de tôda a iniciativa nobre e perdíamos voluntàriamente a qualidade de unidade táctica, para sermos uma fôrça auxiliar.

Não éramos tal levados a reboque da Inglaterra; procedíamos segundo as nossas conveniências, sem nos afastarmos um ápice do caminho que o dever nos traçava.

LV

Seria imperfeita a soberania dum Estado que, não tendo obrigação jurídica de se declarar beligerante, não fôsse inteiramente livre para se declarar neutral. Mas não seria mais perfeita a soberania dum Estado que, tendo-se declarado neutral, não fôsse inteiramente livre de abandonar a neutralidade, quando isso lhe conviesse, para se tornar beligerante.

Isto quer dizer que nós, praticando uma neutralidade que não haviamos declarado, porque isso nos convinha e não éramos, por qualquer princípio de Direito Internacional, obrigados a declará-la, podíamos muito bem, em qualquer altura, se isso nos conviesse, sair da neutralidade para a beligerância. Sendo assim, e visto a Inglaterra, nossa aliada, nos pedir com empenho que não declarássemos a neutralidade e nos conduzíssemos como neutros, ¿ porque não havíamos de conservar-nos alheios à contenda, servindo em quanto de nós dependesse a nossa aliada, e preparando-nos com vagar para uma intervenção, quando as circunstâncias no-la impusessem ou, simplesmente, aconselhassem ?

Estávamos tão preparados para uma guerra como para uma expedição ao Polo ; e não é preciso ser águia, bastando não ser parvo, para saber, sem o recurso da

experiência, que as Nações pequenas e pobres não improvisam a sua *outillage* militar.

O estado de neutralidade não implica a inércia perante um conflito que tem de ser resolvido pelas armas.

O neutro carece de ser hábil para manter a sua neutralidade, obrigar os beligerantes a que a acatem como sendo um direito, ou, então, constrangê-los a que a respeitem como sendo um facto assentado na fôrça armada.

¿O que justifica ou, simplesmente, explica a pressa dos nossos intervencionistas, sabendo ou devendo saber, alguns dêles, os mais categorizados, que não tínhamos exército, não tínhamos armada e não tínhamos aquilo que se tem dito ser o nervo da guerra, o dinheiro, o vil, mas indispensável metal?

Águias de visão curta, talvez por serem águias de capoeira, não podendo alongar o pescoço sem tocarem com o bico na orla do horizonte, imaginaram que a guerra seria de curta duração, uma guerra de poucas semanas, porventura de alguns meses, e recearam que não comparecendo nós logo nas primeiras horas, quando chegássemos já fôsse tarde. Era natural supor que a Alemanha, desde que nos viu praticar actos de manifesta parcialidade, realizando uma intervenção absolutamente defesa a neutros, nos pedisse explicações do nosso procedimento; e por virtude dessas explicações, que seriam de molde a nada explicarem, se declararia para connosco em estado de guerra.

Mas nesse caso, dirão os nossos intervencionistas, perderíamos os benefícios de entrar na guerra por motivos da nossa aliança com a Grã-Bretanha...

Puro engano.

A Inglaterra desejava que procedêssemos como neutros, para que não viéssemos a ser envolvidos no conflito, mas prevendo que em dado momento teria neces-

sidade de que não respeitássemos, a favor dela, a neutralidade que nos aconselhava.

Em 4 de Agôsto, logo nas primeiras horas da guerra, no momento em que a nossa aliada rompe com a Alemanha, o sr. Edward Grey, solicitando-nos que não declarássemos a nossa neutralidade, dizia o seguinte, prevenindo a hipótese que formulamos:

«No caso do Govêrno de Sua Majestade entender de futuro necessário fazer algum pedido ao Govêrno Português, que não seja compatível com a neutralidade dêste último, apelará para a Aliança como justificação de tal pedido.»

Estas palavras, êste compromisso voluntário do Govêrno inglês, responde cabalmente à dúvida e desfaz os receios dos nossos intervencionistas, admitindo que êles os tivessem.

A nossa preparação para a guerra era nula, e ninguém a êste respeito pode ter dúvidas.

Reorganizáramos o exército em 1911, mas essa reorganização, no papel, quando rebentou a guerra, ainda não tinha entrado no domínio dos factos.

Não tinhamos soldados para fazermos a guerra campal, e para fazermos a guerra marítima sobejavam-nos almirantes, mas faltavam-nos barcos. Legítimo seria, mesmo que tivéssemos a antecipada certeza de virmos a entrar na guerra, mais hoje, mais àmanhã, ganharmos tempo à sombra duma neutralidade que praticávamos, sem a ter declarado, para devidamente nos prepararmos. Mesmo a uma Nação grande — a Inglaterra, por exemplo — é extremamente difícil fazer uma larga preparação militar envolvida em operações de guerra, sendo uma tão grande e tão árdua tarefa impossível para uma Nação pequena como nós somos, para mais assoberbados, na paz, com dificuldades de tôda a or-

dem. Se a Inglaterra tivesse feito, de longe, pelo menos à distância de alguns meses, a sua preparação militar na previsão da guerra em que veio a envolver-se, talvez a Alemanha não tivesse invadido a Bélgica, e por seguro temos que na Bélgica se travaria a luta que veio a travar-se, com alternativas angustiosas de esperança e desespêro, nos departamentos do norte da França.

A despeito de tudo, dos esforços empregados pelos internacionalistas no sentido de *pousser à la guerre*, só em Março de 1916 — no decorrer do segundo ano da guerra — é que a Alemanha rompeu connosco, apresentando-nos um ultimato brutal, quási tão brutal como o que em 1890 nos apresentara a nossa aliada.

Os serviços que nós prestávamos à Inglaterra não os ignorava a Alemanha, e de todos tomara nota; mas a respeito dêles fazia vista grossa, não deixando, todavia, para organizar o seu caderno de queixas, de mandar o seu Ministro ao Terreiro do Paço, por ocasião de cada uma delas, a dizer que não estava a dormir, e bem vira o que tinhamos feito.

Se a Alemanha, a despeito de quanto nós faziamos, se abstinha de nos declarar guerra, é que, por um lado, compreendia o nosso procedimento como aliados da Inglaterra, e, por outro lado, não lhe convinha adquirir mais um inimigo para os tempos da Paz.

Que nós fôssemos beligerantes, que nós fôssemos neutrais, sem observarmos — e a êste respeito tinhamos feito declaração expressa — os imperiosos deveres da abstenção e da imparcialidade, a Alemanha não poderia estorvar-nos de continuar fazendo o que faziamos: darmos à Inglaterra todos os auxílios que ela nos solicitasse, prestar-lhe todos os serviços de que ela carecesse, sem nos preocuparmos com o efeito que um tal procedimento faria na Alemanha.

Mas precisamente por assim ser é que alguns dos

nossos intervencionistas, os que mais se picam de inteligentes e sabedores, achavam a nossa atitude pouco de harmonia com os nossos brios e com os nossos interêsses.

O juízo inflexível da História, quando arrefecerem as paixões, a todos julgará.

FIM

NOTA

Nos dois anos decorridos sôbre a morte do dr. Brito Camacho puderam-se editar dois livros, compilados com parte do vasto material que êle deixou destinado a publicação. Isto significa que se mantém o culto pela sua obra, onde se irmanam carácter limpido e lúcida inteligência.

Tanto quanto seja possível, e de harmonia com o generoso encargo que me foi atribuído, continuarei concorrendo para êsse culto, que, além de outras vantagens, fará entrar mais uns tantos livros apreciáveis e úteis nas bibliotecas nacionais — livros onde há páginas de grande brilho literário e de uma independência e clareza de opiniões que vão caindo em desuso nos nossos amargurados dias...

O presente volume — «Rescaldo da guerra» — é a continuação do anterior — «Portugal na guerra» — e faz parte duma série de trabalhos, de crítica e comentários à intervenção de Portugal no conflito europeu, que o ilustre escritor falecido tencionava publicar. É constituido por artigos publicados na «Luta», mas já esquecidos e totalmente ignorados pelas novas gerações, e foi organizado conforme escassas notas e indicações que colhemos entre os seus papéis. Por êsses elementos de informação podemos ajuizar como o plano da obra

era grandioso, muito mais vasto e profundo do que o trabalho que conseguimos apresentar aos leitores, visto a morte ter aniquilado, quási de surprêsa, o seu autor. Mas o que fazemos publicar chega como documento moral de uma das mais nobres inteligências da nossa época e, sobretudo, como testemunho, indispensável à História, dum homem que teve singular relêvo e justificado prestígio na vida política do País.

Pode mesmo afirmar-se que dos homens de Estado e chefes políticos portugueses do seu tempo, o dr. Brito Camacho foi o único que escreveu, detidamente, sôbre a grande guerra; e esta circunstância afigura-se-nos bem interessante.

Por agora encerraremos a série das suas obras respeitantes à guerra. Possìvelmente, com melhor oportunidade, aparecerão outras páginas sôbre o mesmo assunto — páginas que carecem de mais demorada e cuidada compilação.

Ao ler êste livro, o leitor, certamente, não deixará de reparar, mais uma vez, na maneira atenta como o dr. Brito Camacho observava e estudava a política diplomática e militar da Europa, mostrando-se perfeitamente informado, não só para poder produzir, conscientemente, a sua obra de jornalista sério e competente, que sempre

foi, como para assumir em qualquer altura as responsabilidades de homem de Estado, que teria sido, com maior plenitude — e quem sabe se com destinos diferentes para a República — se no nosso País fôssem melhor prezados os direitos da honestidade e da inteligência.

Particularmente interessante, neste trabalho, é o estudo que o escritor fêz da política inglêsa em redor dos prenúncios da grande guerra, criticando-lhe as indecisões, que talvez concorressem para o estalar do conflito, e fazendo crítica elucidativa, que, sem deixar de ser independente e enérgica, nunca saiu das normas da correcção. São de grande oportunidade, neste ano de 1936, essas reflexões sôbre a indecisão da política inglêsa, por virem num momento em que grande parte da opinião internacional também critica os dirigentes inglêses, exactamente pela sua indecisão em face dos conflitos do nosso tempo, e também pela deficiência de visão sôbre diversos e graves problemas externos que poderão afectar a vida interna inglêsa.

Estou certo de que o leitor reservará a êste livro um lugar de relêvo entre a nossa bibliografia da guerra, não só pelo que êle vale como documentação, mas também por ser o testemunho dum homem superior, que foi uma das mais prestigiosas figuras da República.

Depois da publicação dêste e do anterior livro sôbre a guerra, ninguém mais poderá acusar o dr. Brito Camacho de germanófilo, *nem de ter sido contrário à intervenção de Portugal. Nestes dois livros ficam bem documentadas a sua brilhante e entusiástica campanha a favor dos aliados e a sua vontade expressa de servir, como médico militar, nos campos de batalha. De-certo que o ilustre extinto condicionava os seus modos de ver ao imperativo da sua inteligência, do seu carácter, da sua consciência política, com os mesmos legítimos direitos de diversos homens públicos que, em todos os tempos, exerceram actividade política. Mas o que conhecemos do seu carácter, da sua competência, da sua cultura, garantem-nos que êle era incapaz de ter opiniões contrárias à honra e aos interêsses de Portugal ou que enxovalhassem os princípios da verdadeira Democracia.*

Outubro — 1936.

Julião Quintinha.

OBRAS DO AUTOR

Herança morbida (esgotado)
A propaganda (esgotado)
Dois crimes (esgotado)
Impressões de viagem (esgotado)
Nas horas calmas (esgotado)
Ao de leve (esgotado)
Pretos e brancos esgotado)
Por ahi fóra (2.ª edição)
Longe de vista (2.ª edição)
D. Carlos intimo (2.ª edição)
Gente rustica (2.ª edição)
Os amores de Latino Coelho
A Caminho d'Africa
Terras de lendas
Quadros alentejanos
Jornadas
Contos ligeiros
Gente vária
Contos e sátiras
Cenas da vida
Gente Boér
Pó da estrada
Lourdes
A questão romana (esgotado)
Por cerros e vales
Ferroadas
A reacção (esgotado)
A linda Emilia
Moçambique
De bom humor
Matéria vaga
Contos selvagens
Portugal na guerra
Rescaldo da guerra